

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – CURSO DE MESTRADO

EMÍLIA BANDEIRA PERISSATTO

**PROJETOS DE REFORMA AGRÁRIA NO NOROESTE DO
PARANÁ: DISPARIDADES ESTRUTURAIS E IMPACTOS LOCAIS**

MARINGÁ - PR

2009

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – CURSO DE MESTRADO

EMÍLIA BANDEIRA PERISSATTO

**PROJETOS DE REFORMA AGRÁRIA NO NOROESTE DO
PARANÁ: DISPARIDADES ESTRUTURAIS E IMPACTOS LOCAIS**

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Geografia da
Universidade Estadual de Maringá, como
requisito parcial para obtenção de grau de
Mestre em Geografia.

Orientador:
Prof. Dr. Elpídio Serra

MARINGÁ - PR

2009

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca Central - UEM, Maringá – PR., Brasil)

P446p

Perissatto, Emília Bandeira

Projetos de reforma agrária no noroeste do Paraná :
disparidades estruturais e impactos locais / Emília
Bandeira Perissatto. -- Maringá : [s.n.], 2009.
158 f. : il. color., figs.

Orientador : Prof. Dr. Elpídio Serra

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de
Maringá, Programa de Pós-Graduação em Geografia, área de
concentração: Análise Regional e Ambiental, 2009.

1. Reforma agrária. 2. Assentamentos rurais. 3.
Estrutura fundiária. 4. Cooperativismo. 5. Querência do
Norte, Região Noroeste, Paraná. I. Universidade Estadual de
Maringá, Programa de Pós-Graduação em Geografia. II.
Título.

CDD 21.ed. 303.484098162

“PROJETOS DE REFORMA AGRÁRIA NO NOROESTE DO PARANÁ:
DISPARIDADES ESTRUTURAIS E IMPACTOS LOCAIS”

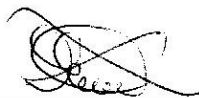
Dissertação de Mestrado apresentada a Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Geografia, área de concentração: Análise Regional e Ambiental.

Aprovada em **24 de março de 2009**.

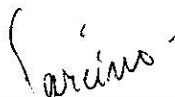
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Elpídio Serra
Orientador-presidente
Universidade Estadual de Maringá



Prof.ª Dr.ª Angela Maria Endlich
Membro convidado
Universidade Estadual de Maringá



Prof. Dr. Tracício Vanderlinde
Membro convidado
UNIOESTE – Marechal Cândido Rondon-PR

Dedico esta dissertação ao mais incrível entre os seres humanos, Márcio, meu esposo, que com seu amor e compreensão me fez chegar até aqui, e me fará ir ainda mais longe.

Agradecimentos

Dedico meus profundos agradecimentos:

- ✓ a Deus, por ter me dado a graça de viver;
- ✓ a meus pais, Jorge e Maria Luíza, por terem transformado suas vidas para que eu pudesse existir;
- ✓ a meu esposo Márcio, por ter acreditado em mim a cada momento;
- ✓ a minha irmã, Angélica, por ter escolhido compartilhar comigo os estudos geográficos;
- ✓ a meu orientador Elpídio, pela orientação e incentivo;
- ✓ a professora Yolanda, pelo apoio sempre manifestado;
- ✓ a Valkiria, pela amizade e companheirismo nos estudos;
- ✓ a Josemar Canassa, pelas informações preciosas sobre Querência do Norte;
- ✓ a meus patrões, Nissinho e Íngrid, pela compreensão perante as atividades que precisei realizar;
- ✓ a meus irmãos de fé do Grupo Fonte Viva, pelo apoio espiritual.

“É melhor tentar e falhar, que preocupar-se e ver a vida passar; é melhor tentar, ainda que em vão, que sentar-se fazendo nada até o final. Eu prefiro na chuva caminhar, que em dias tristes em casa me esconder. Prefiro ser feliz, embora louco, que em conformidade viver ...”

Martin Luther King

Resumo

O presente trabalho trata dos impactos da Reforma Agrária no município de Querência do Norte, localizado na mesorregião Noroeste do Paraná. O referido município possui hoje nove assentamentos rurais, que vem trazendo desenvolvimento para a localidade, através do aumento populacional, dinamização do comércio local e crescimento da produção agrícola. Realizamos uma apresentação geral dos assentamentos do Noroeste paranaense quanto sua estrutura organizacional, e vínculo com a prática cooperativista, esta, por sua vez estudada como estratégia para o desenvolvimento dos estabelecimentos de Reforma Agrária, merecendo destaque a COANA e a COPAVI, ambas cooperativas vinculadas a assentamentos organizados pelo MST. A estrutura fundiária apresenta um dos maiores índices de concentração do mundo, situação esta construída desde a colonização portuguesa. O quadro de injustiças e desigualdades históricas no Brasil levou a formação de movimentos sociais organizados de luta pela terra, como é o caso do MST. O processo de Reforma Agrária é necessário para amenizar tais desigualdades, trazendo também desenvolvimento econômico em nível local, como constatamos em Querência do Norte.

Palavras-chave: Noroeste do Paraná, Querência do Norte, assentamentos rurais, cooperativismo.

Resumen

El presente trabajo trata de los impactos de la Reforma Agraria en el municipio de Querência del Norte, localizado na mesorregión Noroeste del Paraná. El referido municipio tiene hoy nueve asentamientos rurales, que tracen desarrollo para el local, a través del crecimiento poblacional, dinamización del comercio local y crecimiento da producción agrícola. Realizamos una presentación general de los asentamientos del Noroeste paranaense cuanto su estructura de organización, y vínculo con la práctica cooperativista, esta, por su vez estudiada como estrategia para el desarrollo de los establecimientos de Reforma Agraria, mereciendo destaque el COANA y el COPAVI, ambas cooperativas vinculadas a asentamientos organizados por el MST. La estructura fundiaria presenta un de los mayores índices de concentración del mundo, situación esta construida desde la colonización portuguesa. El cuadro de injusticias y desigualdades historicas en el Brasil llevo a formación de movimientos sociales organizados de luta por la tierra, como eres el caso del MST. El proceso de Reforma Agraria es necesario para amenizar estas desigualdades, traendo tambien desarrollo economico en nivel local, como constatamos en Querência del Norte.

O processo de Reforma Agrária é necessário para amenizar tais desigualdades, trazendo também desenvolvimento econômico em nível local, como constatamos em Querência do Norte.

Palabras-clave: Noroeste del Paraná, Querência del Norte, asentamientos rurales, cooperativismo.

Lista de Figuras

Figura 1 - Capitânicas Hereditárias.....	19
Figura 2 - Regiões paranaenses segundo processo de colonização.....	46
Figura 3 - Mesorregião Noroeste paranaense com destaque para Querência do Norte.....	49
Figura 4 - Croqui do assentamento Santa Maria.....	66
Figura 5 - Residência no assentamento Santa Maria.....	69
Figura 6 - Propriedade no assentamento Pontal do Tigre.....	71
Figura 7 - Propriedade no assentamento Pontal do Tigre.....	71
Figura 8 - Croqui do assentamento Pontal do Tigre.....	72
Figura 9 - Croqui do assentamento Oziel Alves Pereira.....	74
Figura 10 - Localização da Guerra do Contestado.....	80
Figura 11 - COPAVI. Produção de leite.....	105
Figura 12 - Fundação da COANA. Sócios fundadores (1995).....	107
Figura 13 - COANA. Arroz industrializado pelo cooperativa.....	108
Figura 14 - COANA. Novo laticínio.....	109
Figura 15 - Produção de arroz no Paraná.....	139

Lista de Quadros

Quadro 1 – Municípios da Mesorregião Noroeste do Paraná.....	59
Quadro 2 – Assentamentos Rurais no Noroeste do Paraná.....	63
Quadro 3 – Resumo das diferenças entre cooperativa tradicional e dos assentados.....	101
Quadro 4 – Querência do Norte Variação populacional.....	121
Quadro 5 – Produção de arroz em Querência do Norte.....	141
Quadro 6 – Querência do Norte Número de estabelecimentos por classe de área.....	146

Lista de Gráficos

Gráfico 1 - Querência do Norte. Demografia.....	119
Gráfico 2 - Querência do Norte. População por localização.....	120
Gráfico 3 - Querência do Norte. População por Gênero.....	121
Gráfico 4 - Querência do Norte. População por Faixa Etária.....	122
Gráfico 5 - Querência do Norte. Matrículas escolares.....	123
Gráfico 6 - Querência do Norte. Transferências Correntes.....	124
Gráfico 7 - Querência do Norte. Fundo de Participação dos Municípios.....	125
Gráfico 8 - Querência do Norte. Transferências de Capital.....	126
Gráfico 9 - Querência do Norte. Despesas Correntes.....	127
Gráfico 10 - Querência do Norte. Despesas de Capital.....	127
Gráfico 11 - Querência do Norte. Despesas Municipais por Função.....	128
Gráfico 12 - Querência do Norte. Abastecimento de Água.....	130
Gráfico 13 - Querência do Norte. Número de estabelecimentos comerciais.....	132
Gráfico 14 - Querência do Norte. Comércio Varejista.....	133
Gráfico 15 - Querência do Norte. Empregos.....	134
Gráfico 16 - Querência do Norte. Receita Tributária.....	135
Gráfico 17 - Querência do Norte. Arrecadação de IPTU.....	136
Gráfico 18 - Querência do Norte. Arrecadação de ITBI.....	137
Gráfico 19 - Querência do Norte. Arrecadação de ISS.....	138
Gráfico 20 - Querência do Norte. Arrecadação de ICMS.....	139
Gráfico 21 - Querência do Norte. Produção de arroz.....	141
Gráfico 22 - Querência do Norte. Produção de leite.....	143
Gráfico 23 - Querência do Norte. Financiamento: Agricultura.....	144
Gráfico 24 - Querência do Norte. Financiamento: Pecuária.....	145

Sumário

Introdução.....	13
1 A Questão Agrária no Brasil.....	16
1.1 Capitanias hereditárias e sesmarias: a origem do latifúndio no Brasil.....	19
1.2 Lei de Terras de 1850.....	21
1.3 A terra e as leis.....	25
1.4 Reforma Agrária.....	28
1.5 A Reforma Agrária hoje.....	32
1.6 Programas e projetos governamentais da atualidade: indefinição e burocracia...37	
2 Noroeste Paranaense: da colonização à luta pela terra.....	44
2.1 Os primeiros habitantes.....	44
2.2 A Colonização Capitalista.....	45
2.3 Querência do Norte: uma questão agrária histórica.....	48
2.4 A modernização e a alteração da estrutura fundiária.....	53
2.5 Assentamentos rurais do Noroeste do Paraná.....	58
2.6 Formação dos assentamentos rurais no tempo e no espaço.....	64
2.6.1 Assentamento Santa Maria (Paranacity).....	64
2.6.2 Assentamento Pontal do Tigre (Querência do Norte).....	69
2.6.3 Assentamento Oziel Alves Pereira (Santa Cruz de Monte Castelo).....	72
3 MST, campesinato e agricultura familiar.....	76
3.1 Movimentos sociais brasileiros.....	76
3.1.1 Guerra do Contestado.....	79
3.1.2 Guerra de Porecatu.....	82
3.2 Criação do MST.....	83
3.3 O poder político do MST.....	84
3.4 Perseguição ao movimento: provas do poder exercido.....	87
3.5 Agricultura familiar e campesinato: o grande dilema.....	90

4 A prática cooperativista nos assentamentos rurais.....	93
4.1 Fundamentação ideológica do cooperativismo.....	93
4.2 Modalidades do cooperativismo.....	96
4.3 Cooperativas e modernização na agricultura: as duas faces da moeda.....	98
4.4 Cooperativismo e MST.....	100
4.4.1 COPAVI: Cooperativa de Produção Agropecuária Vitória.....	103
4.4.2 COANA: Cooperativa de Comercialização e Reforma Agrária Avante.....	106
4.4.3 COPACO: Cooperativa de Produção Agropecuária Conquista.....	110
4.5 Considerações.....	110
5 Reforma Agrária e desenvolvimento local: o impacto dos assentamentos rurais em Querência do Norte.....	111
5.1 Desenvolvimento local.....	111
5.1.1 O que é desenvolvimento?.....	111
5.1.2 Dimensões da localidade.....	112
5.1.3 Desenvolvimento local empresarial.....	113
5.1.4 Desenvolvimento local integral e socializante.....	115
5.2 Desenvolvimento local em Querência do Norte.....	116
5.2.1 Produção agrícola em Querência do Norte.....	139
5.2.2 Estrutura fundiária em Querência do Norte.....	144
Considerações.....	147
Referências.....	150

Introdução

O objeto de estudo da Geografia consiste no espaço produzido e modificado pelo homem, ou seja, estuda a materialização da sociedade. Esse objeto se encontra em constante transformação, visto que as questões sociais são dinâmicas. O espaço geográfico é, então, resultado das relações da sociedade no tempo e no espaço, relações estas proporcionadas por diversos fatores como cultura, religião, economia, entre outros.

O presente trabalho, dentro da área de atuação da Geografia, se situa nas relações agrárias, ou seja, nas relações do homem com o campo. O século passado foi caracterizado por grandes transformações na produção e nas relações de trabalho rurais. A modernização e o conseqüente êxodo rural se destacam dentre os eventos que mudaram o rumo da história do campo brasileiro; novos produtos, novos produtores, menos moradores e concentração da posse da terra: foi o que se assistiu nas áreas rurais brasileiras.

Dissemos há pouco que o espaço é a materialização das relações sociais; e em muitas vezes é a manifestação da desigualdade dessas relações. É o que se vê atualmente no campo brasileiro: grande concentração de terras, e muitos trabalhadores rurais sem ter terra para trabalhar. E assim, o espaço se torna cenário de luta entre as diferentes classes; no caso do campo brasileiro, temos os trabalhadores sem terra lutando pelo direito de ter sua propriedade, para nela trabalhar, afetando assim diretamente o interesse dos grandes proprietários.

Face à esta situação, movimentos sociais de luta pela terra foram se estruturando no Brasil, principalmente a partir dos anos 1980. É o caso do MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – que surgiu na região sul do Brasil, e hoje está presente em quase todos os estados da federação.

A solução ideal para a questão agrária brasileira é uma efetiva Reforma Agrária, que consiste na alteração da estrutura fundiária, o fim das terras improdutivas (latifúndio) e da concentração da posse da terra. No entanto, o que temos atualmente é uma política de

realização de assentamentos rurais, que representa apenas parte do processo de reforma. Os assentamentos têm apresentado resultados interessantes quanto a desenvolvimento local, geração de empregos e produção de alimentos; mesmo assim, não proporcionam a alteração efetiva da estrutura fundiária.

É importante ainda destacar que a política de assentamentos é resposta à atuação dos movimentos sociais de luta pela terra. Neste contexto é preciso, então, valorizar a ação desses movimentos e a realização de assentamentos, pois representam o caminho para uma verdadeira Reforma Agrária, através da conquista da terra, e dos meios para nela produzir, garantindo qualidade de vida e inserção social para as famílias assentadas.

Este trabalho, resultado da pesquisa realizada para obtenção de título de Mestre, busca mostrar a importância da Reforma Agrária para o Brasil, tanto através de justificativas históricas, quanto por resultados alcançados no Noroeste paranaense, tendo o município de Querência do Norte como referencial local. O município foi escolhido por possuir o maior número de assentamentos da mesorregião.

Além de analisar os impactos da Reforma Agrária em escalas local e regional no Noroeste do Paraná, buscamos identificar possíveis diferenças estruturais e de desenvolvimento existentes entre os assentamentos rurais da mesorregião, bem como as causas, em caso de disparidades.

O nível de atuação do cooperativismo foi estudado, a fim de verificar relações entre a prática cooperativista e o desenvolvimento dos assentamentos, no que tange a satisfação dos assentados, relação com mercado, infra-estrutura produtiva, qualidade de vida, entre outros.

Para mensurar o impacto causado pelos assentamentos no município de Querência do Norte foram realizados levantamento da arrecadação tributária histórica municipal, variação demográfica, número de estabelecimentos comerciais, geração de empregos, infra-estrutura pública e afins. Visitas ao município, e levantamento de dados na prefeitura e nos assentamentos completaram o quadro de informações necessárias para uma análise

tanto quantitativa, como qualitativa.

Antes do desenvolvimento dessa pesquisa de Mestrado, trabalhamos com um projeto de iniciação científica, no qual estudamos o assentamento Santa Maria, em Paranaity, Noroeste do Paraná, demonstrando nosso interesse pelo que a Reforma Agrária tem causado à mesorregião; pretendemos avançar ainda mais.

No primeiro capítulo intitulado “A Questão Agrária no Brasil” buscamos, através da história de organização do território brasileiro, relatar os mecanismos criadores da estrutura fundiária do país, caracterizada pela concentração da posse da terra. Tratamos ainda sobre Reforma Agrária e a atuação do Estado perante esta.

O segundo capítulo discute o processo de ocupação do espaço do Noroeste paranaense, desde seus primeiros habitantes – os indígenas –, até a atuação de colonizadoras privadas e do próprio governo. Destacamos também a história de colonização de Querência do Norte.

O capítulo “MST, campesinato e agricultura familiar” trata da atuação dos movimentos sociais no campo brasileiro, destacando os conflitos ocorridos em território paranaense, fazendo um traçado histórico que culminou na formação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST. É discutida, ainda, a questão da identidade camponesa.

A atividade cooperativista se fez em um dos pontos de análise para a identificação das disparidades entre assentamentos do Noroeste. Sendo assim, o capítulo quatro retoma a história do cooperativismo, bem como sua doutrina, e a utilização desse mecanismo pelo grande capital. É enfatizada, ainda, as peculiaridades do sistema cooperativismo praticado pelo MST.

O quinto capítulo traz os resultados quantitativos e qualitativos encontrados no município de Querência do Norte, provando a atuação positiva dos assentamentos nessa localidade.

Por fim, são feitas considerações – e não conclusões – sobre os resultados obtidos, ficando o desafio de continuar explorando os resultados da Reforma Agrária no Noroeste paranaense.

1 A Questão Agrária no Brasil

Presente nos discursos políticos, sociais, e até econômicos, o tema Reforma Agrária vem gerando cada vez mais discussões, tanto pelos que lutam por ela, e também pelos que não querem sua efetivação. No Brasil, as divergências com a questão fundiária remontam o período colonial, com séculos de latifúndio e concentração da posse da terra.

Reforma Agrária é entendida como um processo de transformação da estrutura fundiária de um território, buscando o fim da concentração da posse da terra agrícola, da imensidão de terras improdutivas, eliminando o latifúndio. O termo latifúndio já era utilizado na Roma Antiga para se referir a “uma grande área de terra sob a posse de um único proprietário”. No Brasil, pelo Estatuto da Terra de 1964, passou a ser utilizado para designar as grandes propriedades improdutivas.

O processo de Reforma Agrária, logo, é voltado para as terras já colonizadas, sendo colonização o processo de apropriação, estruturação e utilização de uma área, território, até então, não explorada¹. Esse conceito leva a entender que todo território colonizado deve ser utilizado, explorado; mas no Brasil existem imensas áreas ditas colonizadas, mas que são improdutivas - os latifúndios. Alterar essa situação pode garantir maior produtividade e mais trabalho para o homem do campo.

Segundo Martins (2000), a Reforma Agrária pode surgir tanto de pressões populares, como de necessidades políticas e econômicas das elites; para este último tem-se como exemplo os Estados Unidos (p. 25). Nesse país, há um limite máximo para a posse de terras, evitando a concentração de terras – concentração esta tão operante no Brasil – e permite intenso uso da terra agrícola, garantindo produção. No Brasil há limite para o tamanho da propriedade, que é de 600 módulos rurais², mas não se limita a quantidade de propriedades que um indivíduo pode ter. Aliás, diversos países do mundo – com destaque para países

1 É importante destacar que esse conceito de colonização se refere a apropriação do território pelo capital, visto que o território brasileiro já era habitado por populações indígenas.

2 Módulo rural ou módulo fiscal: propriedade rural que visa garantir subsistência, e progresso social e econômico a uma família, absorvendo toda força de trabalho desta. As dimensões variam de um local para o outro de acordo com atributos como fertilidade do solo, comportamento climático etc.

desenvolvidos –, ao longo de sua história, tomaram medidas para alterar a estrutura fundiária, medidas estas governamentais, legislativas, como deve ser uma legítima Reforma Agrária. Com o fim da II Guerra Mundial, a Coreia do Sul, por exemplo, encontrava-se destruída, com economia totalmente abalada, e concentração fundiária imensa. O governo impôs regime severo para desestimular a manutenção de latifúndios; temendo um calote no pagamento das indenizações por parte do governo, os proprietários venderam rápida e diretamente as terras para os arrendatários. Mesmo somente com 4% do território formado de terras agricultáveis, a redistribuição fundiária garantiu alimentação suficiente e a preços acessíveis para a população, dando base a emergência econômica do país.³

Mas a história nos remete também a reformas mais revolucionárias, de movimentação popular. A primeira grande movimentação desse cunho se deu em 1910, no México; Emiliano Zapata liderou a revolta dos camponeses, realizando a maior distribuição de terras da história, com 70 milhões de hectares distribuídos a 3 milhões de lavradores. Ele acabou assassinado, junto a 1 milhão de camponeses⁴.

Enfim, a Reforma Agrária é fato histórico para diversas nações, mas não deixa de estar no discurso atual de outros países. É o caso do Brasil. O Brasil é um dos poucos países, se não o único que, em função do tamanho de sua área agrícola, pode ainda promover essa redistribuição da terra sem prejudicar o desenvolvimento do agronegócio, responsável pelos excedentes exportáveis do País. Trata-se de indiscutível vantagem, pois permite a inclusão da pequena produção, ao mesmo tempo que as políticas econômicas tratam da inclusão do país no âmbito da globalização.

Um país de dimensões continentais (8.511.965 km²), com uma das maiores concentrações fundiárias do mundo (índice de Gini para distribuição de terras aproximadamente 0,8⁵), detentor de grande área favorável para produção agrícola, em grande parte não utilizada;

3 Informações retiradas de http://veja.abril.com.br/idade/exclusivo/reforma_agraria/contexto_5.html (Revista Veja on-line).

4 Cerca de 60 anos após a reforma, e no período posterior, os pequenos proprietários, que prosperaram inicialmente, já não conseguiam competir com as grandes empresas; uma verdadeira reforma precisa ter amparo legal e político.

soma-se tais características à alta taxa de desemprego, favelização e pobreza nos grandes centros urbanos, resultados de uma modernização excludente no campo, que levou ao intenso êxodo rural. Esse quadro de injustiças sociais forma um ambiente promissor para as reivindicações sociais, inclusive para reivindicar a Reforma Agrária. Com o fim da ditadura militar na década de 80, movimentos sociais que foram demasiadamente censurados tiveram oportunidade de se estruturar, e de “falar”; é o caso do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), fundado em 1984, na cidade de Cascavel, estado do Paraná, que hoje representa um dos maiores e mais ativos movimentos sociais no Brasil. O MST está presente atualmente em quase todos os estados da Federação, e sua luta é conhecida por todo país⁶; é um movimento que luta pela terra, e tem ideais de Reforma Agrária. Sua ação tem sido tão significativa, que conquistou, além de adeptos e simpatizantes, muitos inimigos: os latifundiários, representados politicamente pela bancada ruralista do governo.

O MST luta por justiça na questão fundiária do Brasil, questão esta tão complicada, desenvolvida ao longo da história do país. Como já foi dito, a concentração da posse de terras no Brasil tem origens longínquas, que remontam o período colonial do território. E desde então, a política, a legislação, e outras tantas ações, não caminharam para transformar essa realidade; pelo contrário, as leis e realizações culminaram na solidificação dessa (des)estrutura fundiária no Brasil. Afinal, a manutenção dos latifúndios funcionam no Brasil, além de outras coisas, como forma da classe dominante manter a condição precária dos trabalhadores próxima a sobrevivência, mantendo baixos salários, deixando os trabalhadores sem outra opção de sustento (ENDLICH, 2006).

Para compreender a origem do latifúndio e da concentração de posse da terra no Brasil é preciso voltar alguns séculos na história, e conhecer o processo de colonização do Brasil.

5 Índice de Gini é uma medida do grau de desigualdade da distribuição de renda ou de um recurso. O índice varia de um mínimo de “zero” a um máximo de “um”. “Zero” representa nenhuma desigualdade e “um” representa grau máximo de desigualdade. Desde de 1940 o índice de Gini para distribuição de terras é praticamente o mesmo (0,8), mostrando que em termos de estrutura fundiária o Brasil constitui um território com característica arcaica. Este índice para distribuição de renda atual no Brasil é de 0,505.

6 O MST também possui reconhecimento estrangeiro. Segundo Comparato (2000), o MST conta com amparo estratégico militar de Cuba (p. 153), além do apoio de países europeus, por exemplo.

1.1 Capitanias hereditárias e sesmarias: a origem do latifúndio no Brasil

A partir de 1530 Portugal iniciou no Brasil a colonização para o cultivo da cana-de-açúcar, produto este com grande valor no mercado europeu da época. Para isso foi utilizado o sistema de Capitanias Hereditárias⁷.

Grandes faixas de terra, que se estendiam desde o litoral até a linha imaginária do Tratado de Tordesilhas, foram cedidas aos denominados donatários; estes eram homens da nobreza, pessoas de confiança do rei de Portugal. Ao todo 15 lotes foram doados a 12 donatários.

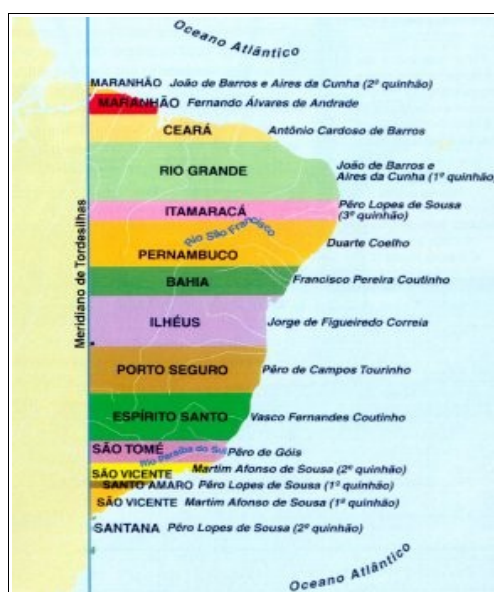


Figura 1- Capitanias Hereditárias

Os lotes distribuídos eram chamados de Capitanias Hereditárias pelo seguinte motivo: os donatários recebiam grandes lotes da Coroa Portuguesa, para explorar e desenvolver

⁷ O estabelecimento de capitanias também é explicado por alguns autores como forma de proteção da colônia contra invasão de outras nações, principalmente européias, e navios piratas.

atividades agrícolas com seus próprios recursos⁸; porém não eram verdadeiramente donos do lote que recebiam, pois não podiam vendê-lo; era permitido que repassassem para os filhos, que dariam continuidade ao sistema (por isso, “hereditárias”).

Posteriormente, Pernambuco e São Vicente foram as capitanias que mais prosperaram. O sistema foi extinto em 1759.

Dessa maneira, a colonização no Brasil iniciou-se apoiada no seguinte tripé: a grande propriedade rural, a monocultura de produto agrícola de larga aceitação no mercado europeu e o trabalho escravo.

Além do sistema de Capitanias Hereditárias, operava na colônia a concessão de sesmarias. Diferente das Capitanias, as sesmarias podiam ser do sesmeiro, desde que este estivesse dentro das normas estabelecidas, e efetivasse a posse.

O sistema de sesmarias foi implantado no território brasileiro, quando colônia de Portugal, porque obteve bons resultados na metrópole. Em Portugal tal sistema surgiu para que não houvesse um esvaziamento do campo, e problemas com abastecimento das cidades. O sistema criou a pequena propriedade em território lusitano, e grande aproveitamento da terra agrícola. Mas aqui no Brasil, deu suporte para a existência do latifúndio.

As sesmarias previam estabelecimento de moradia e produção; mas sendo o Brasil uma colônia tropical, não era possível realizar tais regimentos⁹. Não foi feita nenhuma adaptação no regimento das sesmarias para implantá-las na colônia. Sendo o Brasil cerca de 76 vezes maior territorialmente que Portugal, e não havendo pessoas interessadas em estabelecer moradia fixa, o sistema de sesmarias deu base para a concentração fundiária no Brasil (SILVA, 1996, p. 38-39).

8 O sistema de Capitanias Hereditárias previam o desenvolvimento da colônia, sem grande ônus para a metrópole.

9 As colônias tropicais não eram vistas como local para moradia; eram lugar de aventureiros, exploradores temporários (idéia europeia da época). Só o clima temperado era propício para habitação (idéia de espaço vital); é por isso a existência de colônias de povoamento e de exploração, das quais o Brasil se encaixa no segundo caso. Por motivo desse pensamento os Estados Unidos foram divididos em dois tipos de colônia.

Explicando de maneira bem simples, a sesmária era doada ao sesmeiro, que deveria estabelecer moradia com a família, e produzir, num prazo de cinco anos; passado este tempo, um representante da coroa iria fiscalizar a situação da sesmária, e se realmente houvesse moradia e produção, a posse seria efetivada. As sesmárias normalmente eram muito extensas, e seus limites mal determinados; muitas vezes a mesma faixa de terra pertencia a mais de uma sesmária. A esse descaso une-se o fato de que dificilmente a moradia e a produção exigidas eram estabelecidas, e por outro lado, a fiscalização prevista nem sempre era realizada, ou quando realizada, era feita a legalização da sesmária mesmo sem o cumprimento do acordo. Esses fatos foram criando no Brasil a concentração da posse da terra, o latifúndio, e a falta de regulamentação da posse; eram problemas que se acumulavam, e precisariam ser resolvidos no futuro.

O sistema de sesmárias foi extinto em 1822, criando outro problema: qual mecanismo regulamentaria a posse de terras a partir de então?

1.2 Lei de Terras de 1850¹⁰

Vimos que o sistema de Capitânicas Hereditárias, e mesmo as sesmárias, eram sustentadas pelo tripé: grande propriedade, monocultura de exportação e trabalho escravo. Esse cenário não permitia o desenvolvimento do capitalismo, pois a escravidão não permite, em partes, o pleno desenvolvimento comercial, afinal, escravo não é consumidor¹¹. Um outro entrave para o capitalismo era o fato de a terra não ser mercadoria. E ainda, a pressão dos países europeus (principalmente Inglaterra), agora com desenvolvimento industrial, que queriam expandir o mercado consumidor, operava para que o capitalismo expandisse.

Até 1822 a ação legal para conseguir posse de terra no Brasil era através do sistema de sesmárias, visto anteriormente; ou seja, não havia compra, e sim a doação de lotes, com

¹⁰ Maiores detalhes sobre a Lei de Terras de 1850 ver Silva (1996).

¹¹ Não podemos deixar de levar em conta que a escravidão também ajudou o capitalismo no que se refere a questão produtiva, com baixos custos.

algumas normas, que praticamente não eram cumpridas. Porém, em 1822 foi decretado o fim do sistema de sesmarias. Mas como se daria o processo de obtenção da terra?

Isso não ficou determinado. Uma nova regulamentação só viria em 1850, com a Lei de Terras. Dessa maneira, a única forma de obtenção de terras era através da posse; por isso Silva (1996) chama o período de 1822 a 1850 de “fase áurea do posseiro” (p. 81). Esse período só vem a confirmar o descaso histórico no Brasil sobre a questão fundiária.

Mas cronologicamente, antes da Lei de Terras, há um outro fato muito importante, inclusive, muito influente na própria lei: a determinação do fim do tráfico negreiro.

É preciso deixar claro que nessa época a produção de cana-de-açúcar, no nordeste do país, já perdera sua importância econômica; o produto que passou a movimentar a agricultura era o café, produzido no sudeste do país. Sendo assim, os poucos engenhos que restaram tinham pequena produção, e os donos de escravos do nordeste os vendiam para a produção de café no sudeste, mesmo após a determinação do fim do tráfico negreiro; desse modo, inicialmente, não houve falta de mão-de-obra nas lavouras cafeeiras. Vale dizer, que mesmo com a ação contra o tráfico, escravos africanos ainda entraram no Brasil. Mas o fim do trabalho escravo estava cada vez mais próximo, e faltaria mão-de-obra na lavoura do café, o grande produto de exportação do Brasil no referido momento.

A solução para o problema da falta de mão-de-obra seria, então, a vinda de imigrantes (principalmente europeus), já que havia mão-de-obra excedente em outros países. Todavia, essa solução vinha acompanhada de um outro problema: desde o fim do sistema de sesmarias não se tinha determinado outro meio para a aquisição da terra, estando esta livre para quem dela se apossasse; nesta situação, os imigrantes estrangeiros poderiam conquistar seu pedaço de terra, e não se transformariam em trabalhadores da lavoura, mas sim em proprietários; esta seria a oportunidade de terem seu próprio chão. Por isso, antes da vinda dos estrangeiros, era preciso impedi-los do acesso a terra.

E assim foi criada a Lei de Terras de 1850. A discussão sobre a necessidade de uma lei que regulamentasse a situação fundiária no Brasil já durava algum tempo. Em 1843, no projeto

da lei de terras, houve a proposta de limitar o tamanho das posses; mas esta medida foi considerada um atentado a propriedade pela maioria (SILVA 1996, p. 98); a criação de um imposto territorial anual também foi colocada no projeto (SILVA, 1996, p. 97).

Mas promulgada a Lei de Terras de 1850, foram observados aspectos conciliatórios. Um deles foi a liberação para o tamanho da posse; sobre isso Silva (1996) diz que “na lei, ficou estabelecido que as posses poderiam ser legitimadas do tamanho que fossem, sem restrição da data de ocupação, e ainda se concedia outro tanto de terreno devoluto contíguo” (p. 144). Um outro aspecto conciliatório foi a abolição do imposto territorial¹².

Mas a principal medida da Lei de Terras foi determinar que a partir de então a obtenção de terra só se daria através da compra, impedindo, de certa forma, que os imigrantes se tornassem proprietários, permanecendo livres para trabalhar na grande lavoura cafeeira; e ainda o preço da terra foi colocado a valores abusivos, para que mesmo se os imigrantes possuísem economias, não conseguissem comprar terra. Veiga afirma que “houve um amplo pacto para impedir que os negros e os imigrantes europeus e japoneses tivessem acesso à terra” (in TEIXEIRA; VIEIRA, 1996, p. 33). Martins (2000) também confirma essa idéia dizendo que a Lei de Terras acabou com a posse de terras, pois acabando a escravidão, se todo cidadão livre quisesse terra, e pudesse ter, a grande lavoura se acabaria, pois cada um iria trabalhar para si; por isso, a terra passou a ser comprada, impedindo que os pequenos tivessem terra (p. 138). Ele diz também que com isso a Lei de Terras criou excedentes populacionais, pessoas dependentes de ser empregadas na produção; ou seja, trabalhadores da terra, sem terra (p. 139).

A escravidão estava no fim; o café, produto de exportação, garante o contato com mercado externo; assim, a Lei de Terras vem trazer o que faltava para o capitalismo operar na agricultura brasileira: a terra agora é mercadoria.

Estabelecida a lei, restava aos competentes executá-las. Eis o problema. A lei foi criada

¹² Aqui é interessante esclarecer que até então era cobrado um imposto sobre a produção, uma espécie de “dízimo”. A criação de um imposto territorial seria muito viável, tanto porque a lei objetivava, também, regulamentar atos que gerassem recursos para imigração; isto também ajudaria a inibir a manutenção de terras ociosas, sendo um imposto sobre o território, e não sobre a produção.

para regulamentar a situação das terras no Brasil, e para auxiliar na imigração, mas na prática não alcançou o previsto.

Um dos problemas foi a letra da lei. Segundo Silva (1996), a lei era dúbia em muitos aspectos¹³, possibilitando diferentes interpretações; alega que

naturalmente não se pode atribuir apenas à letra da lei a responsabilidade por tudo que se passou posteriormente na história da propriedade da terra, mas, tendo a Lei de Terras perdurado por mais de meio século como única legislação reguladora da apropriação territorial - e mesmo depois disso, serviu de base à formação de jurisprudência sobre terras -, é lamentável que não primasse por uma melhor técnica na definição dos seus critérios (p. 162).

Diversos mecanismos, instâncias, e cargos foram criados para que as terras fossem regularizadas; haviam sesmarias a serem fiscalizadas, e revalidadas; posses a serem comprovadas; e eram muitos hectares a serem visitados.

Um mecanismo interessante, e curioso, foi o registro do vigário; sobre isto Silva (1996) diz que não se entendeu seu objetivo, que se dizia ser “tão-somente saber quais as terras apropriadas, para um levantamento estatístico e para fins de hipoteca” (p. 173); mas não valia como prova de propriedade (p. 174). Esse registro se tornou uma fonte de problemas para os tribunais, e contribuindo com os grileiros (p. 175). “Seus efeitos perduraram por mais de cem anos, pois em 1950, quando se quis instalar a capital da República do seu sítio atual [Brasília], a União teve que disputar nos tribunais seu direito às terras, que um particular afirmava serem suas, exibindo um Registro do Vigário” (p. 175).

Muito tempo se passou, e a regularização de posses continuou à beira do caos. A corrupção e interesse de poderosos eram sempre a lei, e muitos posseiros, pequenos proprietários, que haviam se apossado de um pedaço de terra para sobreviver, foram despejados e/ou remanejados. Sobre a questão da posse nesse período é interessante informar que a legislação imperial previa direito de posse para os caboclos; estes poderiam se apossar de pequenas propriedades para nelas produzir e morar.

13 Como por exemplo na definição do termo “terras devolutas”.

A Lei de Terras, com todas suas falhas, continuou operando por muito tempo. Silva (1996) relata que “até 1930, a lei serviu de base à regularização da propriedade da terra” (p. 344). E a regularização de terras no Brasil se manteve a “passos de tartaruga”; sobre isso Pinto diz que em 1985 ainda existiam cerca de um milhão de posseiros sujeitos a grilagem, a serem regularizados (in TEIXEIRA; VIEIRA, 1996, p 75).

1.3 A terra e as leis

A Lei de Terras de 1850 foi um marco para a história da estrutura fundiária, pelo momento histórico no qual se inseriu, pelos seus objetivos, por sua execução, por sua perpetuação. E por todos os problemas que essa lei veio efetivar ou criar, foram necessárias outras medidas legais para buscar organização fundiária, solucionar a questão agrária.

Um dos problemas gerados pela Lei de Terras de 1850 foram os trabalhadores do campo que não possuíam terra. No momento histórico de criação da lei havia trabalho para esses, aliás, a falta de mão-de-obra foi um dos problemas a serem sanados; sendo assim a existência desses trabalhadores não era um problema, mas uma solução.

Passado o tempo, avanços foram sendo notados na agricultura, e o café, grande utilizador de mão-de-obra, foi perdendo seu mercado.

A I Guerra Mundial pode ser apontada como uma responsável pela redução da importância do café, pois com a situação de calamidade na Europa, o café, um produto supérfluo, não estava mais na lista de compras desses países, que no momento se preocupavam mais com a obtenção de mantimentos, já que muito de sua produção interna estava abalado.

Com o problema de mercado, não se produzia mais tanto café, e muita mão-de-obra foi dispensada. Sendo dispensados da lavoura, esses trabalhadores, que foram historicamente excluídos no processo de obtenção de terras, não sabendo trabalhar em outra área se não no campo, se tornam trabalhadores da terra sem terra, e sem trabalho.

Esse quadro de injustiça vem trazer já nas primeiras décadas do século XX movimentações no campo, demonstrando revolta à situação instituída. O povo no campo começa que “sussurrar” por Reforma Agrária. São exemplos os diversos movimentos (às vezes denominados como guerras) regionais históricos do Brasil, como o Contestado, Canudos, e mesmo as ligas camponesas. É claro que essas movimentações não gritavam declaradamente a necessidade de Reforma Agrária, como hoje se vê com o MST; mas estas lutas históricas refletem o problema que aflorava no campo. São as questões que ficaram mal resolvidas em 1850 (ou que foram criadas neste momento), e que pedem resposta.

Na obra “Questão Agrária no Brasil”, João Pedro Stédile (1997) divide a história legal da terra no Brasil em cinco fases: 1850, 1946 com a Constituinte, década de 60, governo militar, pós-1984 (“Nova República”).

A fase de 1850 se refere a promulgação da Lei de Terras, abordada anteriormente. É possível notar que se refere a fase mais longa, segundo a proposta de divisão de Stédile.

O próximo momento se trata da Constituinte, em 1946, na qual pela primeira vez se falou em Reforma Agrária (STÉDILE, 1997, p. 12). Em 1961, com a renúncia do então presidente Jânio Quadros, João Goulart - o Jango - assume o cargo com a proposta de mobilizar as massas trabalhadoras em torno das reformas de base, que alterariam as relações econômicas e sociais no país. Vive-se, então, um clima de efervescência, principalmente sobre a Reforma Agrária. Stédile (1997) afirma que a década de 60 foi marcada por maior movimentação popular e partidária de esquerda, sendo que a Igreja passa a participar dessa luta também(p. 14).

Mas em 1964, com o golpe militar as lutas populares sofrem violenta repressão. Nesse mesmo ano, o presidente-marechal Castelo Branco decretou a primeira Lei de Reforma Agrária no Brasil: o Estatuto da Terra. Sobre essa lei foram encontradas diferentes opiniões entre os autores consultados. Ariovaldo U. de Oliveira (1991), Bernardo Mançano Fernandes (2000), e materiais do MST consultados afirmam que o Estatuto da Terra não saiu do papel, ou seja, que os militares não aplicaram a lei. Mas José de Souza Martins (1986) não concorda com essa visão; este autor diz que o Estatuto da Terra foi aplicado,

porque seu objetivo principal não era a reforma, e sim a expansão da agricultura empresarial, transformando antigos latifúndios em empresas rurais modernas e capitalistas; e isto, de fato, ocorreu (p. 35).

A Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 surgiu como resposta às lutas e reivindicações dos movimentos sociais pré-64, que exigiam profundas mudanças estruturais na propriedade e no uso da terra no Brasil. O Artigo 16 do Estatuto da Terra afirma que a Reforma Agrária visa estabelecer um sistema de relações entre o homem, a propriedade rural e o uso da terra, capaz de promover a justiça social, o progresso e o bem-estar do trabalhador rural e o desenvolvimento econômico do país, com a gradual extinção do minifúndio¹⁴ e do latifúndio.

Os militares utilizaram a política de colonização, principalmente na região amazônica, para deslocar o contingente de trabalhadores, promovendo assentamentos. Mas não deu assistência aos assentamentos que chegaram a ser constituídos, e posteriormente, muitas áreas que foram destinadas para esse projeto de assentamentos, foram cedidas para grandes empresas¹⁵.

A política de modernização dos militares ficou conhecida como modernização conservadora, pois modernizou os mecanismos de produção, conservando, no entanto, a estrutura fundiária. Tanto Oliveira (1991, p. 83), quanto Fernandes (2000, p. 42) afirmam que o regime militar alimentou os latifundiários.

Com o fim do governo militar, a movimentação popular (que já estava murmurando nos últimos anos de ditadura) renasceu, explodiu. No que se refere ao campo, o movimento mais notável da atualidade – o MST – se firmou nesse período; fundado em janeiro de 1984, na cidade de Cascavel no Paraná, o movimento passou a se estruturar em nível nacional.

¹⁴ Minifúndio: propriedade com tamanho inferior ao módulo rural, sendo, então, de extensão insuficiente para produção familiar.

¹⁵ Mais detalhes em Martins (1986), capítulo 6, e Oliveira (1991), p. 84.

Mas o fim do regime militar não trouxe a solução para a questão agrária; os movimentos populares vieram mostrar ao Brasil (e ao “mundo”) as desigualdades e injustiças no campo, e lutar por uma solução. Talvez a euforia trazida pela democracia a ser instaurada, após mais de duas décadas de ditadura, alimentou esperanças e sonhos, fazendo acreditar que, enfim, haveria justiça social no campo. Passadas mais de duas décadas do fim da ditadura militar, o trabalhador continua lutando por sua terra, apesar das repressões ainda existentes. Ainda não houve uma “lei” que fosse capaz de resolver o problema com a estrutura fundiária no Brasil, tanto porque devemos a questão é política e não somente legislativa . E como há muito tempo, os poderosos, detentores de terras, os latifundiários continuam no poder; mesmo não sendo os únicos no poder, buscam estratégias e mecanismos para defender seus privilégios, e não permitem que a Reforma Agrária aconteça. Sobre o comando dos latifundiários Luís Carlos Guedes Pinto diz que “...tanto INCRA¹⁶, quanto o Ministério da Agricultura estiveram sob o comando de grandes proprietários de terras, algumas vezes incluídos entre os maiores latifundiários do País, detendo dezenas e até centenas de milhares de hectares” (in TEIXEIRA; VIEIRA, 1996, p. 67). Os órgãos governamentais que deveriam agir pela justiça social no campo, nas mãos de latifundiários...

1.4 Reforma Agrária

Teoricamente, os significados e dimensões da Reforma Agrária estão bem definidos, expostos na extensa bibliografia existente, contando com diferentes estudiosos de várias áreas que se interessam pelo assunto. A história nos mostra os diferentes aspectos que a reforma assumiu em diferentes países do mundo, sendo revolucionária e popular (como no México), ou atendendo as necessidades políticas e econômicas das elites (como nos Estados Unidos).

Mesmo assumindo diferentes aspectos, o processo de Reforma Agrária tem um objetivo a ser alcançado, o qual Martins (2000) descreve bem, dizendo que “Reforma Agrária é todo

¹⁶ Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

ato tendente a desconcentrar a propriedade da terra quando esta representa ou cria um impasse histórico ao desenvolvimento social baseado nos interesses pactados da sociedade” (p. 102). A Reforma Agrária é o mecanismo necessário para a solução da questão agrária; mais uma vez utilizando das idéias de Martins (2000), “a questão agrária é o bloqueio que a propriedade da terra representa ao desenvolvimento do capital, à reprodução ampliada do capital” (p. 90). Sendo assim a Reforma Agrária tem papel importante nos setores econômico e social, estando intimamente ligada à política. Nesse quadro, não é possível concordar com os que restringem o valor da reforma ao quadro social, como o professor Bastiaan Reydon, do Núcleo de Economia Agrícola da Unicamp, que afirma que “... a reforma agrária reduziu-se a uma questão de justiça social”¹⁷.

No Brasil o tema Reforma Agrária é motivo de promessas de campanha política, pesquisas de estudiosos, e mobilização social. E isso porque, na prática, a reforma não tem se apresentado como deveria. O que se tem feito no país, há algum tempo, é uma política de assentamentos de famílias, tratando o problema simplesmente como uma questão social (de acordo com o pensamento de alguns estudiosos), respondendo às reivindicações de movimentos populares relacionados. É colocada a “questão do desenvolvimento” rural acima da “questão agrária” (GÓMEZ, 2002). No período militar, como já vimos, o lema “colonizar para não reformar” esteve presente durante toda a ditadura; optava-se por criar assentamentos em áreas ainda não colonizadas, ao invés de acabar com latifúndios. Diversos autores afirmam que assentar e/ou colonizar não constitui todo o processo de reforma agrária; e realmente não constitui; esta prática errônea, gera outra confusão: luta por terra de trabalho se transforma, equivocadamente, em sinônimo de luta por Reforma Agrária¹⁸.

Martins (2000) acrescenta ainda um outro aspecto a Reforma Agrária:

Reforma Agrária não é principalmente nem simplesmente distribuição de títulos de propriedades a agricultores pobres, nem tão somente crédito agrícola e apoio técnico. Em nosso caso, [...], ela tem como dimensão fundamental a retomada do

17 Retirado de http://veja.abril.com.br/idade/exclusivo/reforma_agraria/contexto_5.html

18 Sobre o assunto conf. Stédile (1997) p. 51; Fernandes (2000) p. 55 e 301; Martins (2000) p. 22 e 145.

senhorio do Estado sobre o território, o estabelecimento de meios institucionais que complementem essa política, como é o caso da inviabilização da grilagem de terras (p. 65).

Desde o início da colonização do território brasileiro, a falta de regimentos mais consistentes, e o não cumprimento dos débeis existentes, fez com que a transformação e consolidação da estrutura fundiária brasileira, historicamente, saísse das mãos do governo, e respondesse aos interesses das elites dominantes; e esta característica perpetua, mesmo que prejudique o desenvolvimento do país.

Há quem defenda a grande propriedade como necessária para o desenvolvimento biotecnológico no campo; estes vêem a pequena propriedade como atraso, produção de caráter obsoleto. De fato a mecanização não é economicamente viável em pequenas propriedades; produções de exportação precisam ser desenvolvidas em propriedades de maiores. Porém, esse discurso não justifica a manutenção da concentração excessiva da posse da terra, nem a existência de latifúndios. De acordo com Stédile (1997), esses setores contrários a Reforma Agrária costumam declarar, ainda, que os assentamentos não dão resultado, que muitos são como verdadeiras favelas rurais (p. 38); porém, Luís Carlos Guedes Pinto (in TEIXEIRA; VIEIRA, 1996) diz que “há ainda vários exemplos de assentamentos tão bem sucedidos que não só transformaram a agricultura do município em que se encontram como também tornaram-se a principal fonte de receita deste...” (p. 71)¹⁹. Também não se ignora a existência de assentamentos que passam por inúmeras dificuldades; mas não é regra geral; por vezes, assentamentos não prosperaram por serem instalados em locais com pouco infra-estrutura para transportes, comunicações diversas, entre outros, ou por investimentos insuficientes por parte do governo.

É fato que em cada país, de acordo com sua história, condições naturais, extensão territorial, o processo de Reforma Agrária assume diferentes dimensões. Países com territórios de pequena extensão precisam se organizar ao máximo para que haja o melhor aproveitamento de sua áreas agricultáveis. Territórios de maiores extensões podem utilizar-

¹⁹ Veremos posteriormente que os assentamentos instalados no município de Querência do Norte transformaram e dinamizaram a economia local.

se dessa organização para ter grandes produções, seja para consumo interno, seja para exportação. Com isso, segundo José Eli da Veiga (in TEIXEIRA; VIEIRA, 1996), “a predominância da agricultura familiar durante o século XX pode ser constatada em todos os países desenvolvidos” (p. 31), sendo que nos Estados Unidos a opção pela agricultura familiar veio antes do século XX (p. 32). Nesses países a agricultura do tipo familiar inibe a concentração de terras, fazendo com a terra agrícola seja mais aproveitada, fazendo do país o maior produtor agrícola da atualidade, e não permitiu a concentração da posse de terras, nem a existência de latifúndios²⁰. Quanto a esse aspecto (realização da agricultura familiar) Veiga (in TEIXEIRA; VIEIRA 1996) diz que “o Brasil é um dos exemplos mais chocantes da opção inversa...”(p. 33)²¹.

Face aos inúmeros equívocos que são praticados com os temas relacionados a Reforma Agrária no Brasil, é preciso citar mais um: comparar o trabalhador rural ao urbano, ou ainda, querer dar a mesma solução para o desemprego no campo e na cidade. Veiga (in TEIXEIRA; VIEIRA, 1996) afirma que a agricultura não pode ser tratada como a indústria, com trabalho assalariado (p. 31). Completando essa idéia Martins (2000) diz que o trabalhador do campo é bem diferente do trabalhador urbano, fazendo com que, em suas lutas, utilizem diferentes armas (p. 44); e utilizam distintas armas por possuírem também distintos objetivos: o trabalhador urbano luta por salário, e o trabalhador rural por terra (p. 97). E algo que dificulta a valorização da causa dos trabalhadores rurais é a existência de um entendimento de que o trabalho assalariado é superior ao trabalho rural (p. 97).

Cidade e campo são diferentes em sua estrutura, função, relações de trabalho etc. A febre de urbanização e industrialização que ocorreu (e vem ocorrendo) no mundo formou uma mentalidade de caráter pejorativo sobre o meio rural. A história nos mostra que o início do

20 É importante destacar também que, pela história de desenvolvimento biotecnológico dos Estados Unidos, não houve expropriação severa do homem do campo, como no Brasil. Naquele país os passos dados foram do “tamanho da perna”, permitindo que a população fosse se adaptando ao desenvolvimento. No Brasil houve um salto (e não passos) no uso de tecnologia no campo, não permitindo adaptação dos trabalhadores que foram expulsos do campo, e não estando as cidades preparadas, nem em infra-estrutura, nem em postos de trabalho, o quadro de injustiça social foi gerado. O Brasil “engoliu” a modernização que nos foi imposta de fora, por interesses internacionais; posteriormente mais detalhes.

21 O conceito de agricultura familiar, campesinato, pequeno produtor será melhor discutido posteriormente.

desenvolvimento urbano moderno na Europa causou grande entusiasmo, principalmente nas populações rurais; a idéia do período era de que “o ar da cidade liberta”, simbolizando a libertação da servidão, das relações feudais, e do início de uma “nova vida”; posteriormente grande parte dessa população se viu escrava do capital, sem terra para produzir. E com o passar do tempo a idéia de que o campo é atrasado, obsoleto, e que a cidade é moderna, desenvolvida, foi se configurando; este pensamento gerado pode ser considerado, basicamente, como o responsável pela idéia de que o trabalho assalariado (característico da cidade) é superior ao trabalho rural; neste caminho, o homem do campo deveria também ser um assalariado, para ser “moderno” como um trabalhador urbano. A prática, a realidade e mesmo a literatura, como foi visto, mostram que o assalariamento do homem do campo não gera desenvolvimento para este, e sim exploração de trabalho, precárias condições de vida, e tantas outras dificuldades conhecidas.

1.5 A Reforma Agrária hoje

O tema Reforma Agrária sempre aparece nos diferentes discursos políticos da atualidade; sendo assim, é preciso analisar o que se tem feito sobre Reforma Agrária no Brasil.

A Constituição brasileira determina que as terras que não cumprem sua função social devem ser desapropriadas para fins de Reforma Agrária. Mas medidas efetivas só são tomadas, quando há pressão por parte dos movimentos sociais, como o MST. E em resposta a essa pressão são criados assentamentos de Reforma Agrária.

Assentamento rural pode ser definido basicamente como uma nova unidade de produção agrícola, através de políticas governamentais com intuito de reordenar o uso da terra, em benefício do trabalhador rural sem terra ou com pouca terra. Mas esse reordenamento e benefício é localizado, não atinge toda estrutura, e assim, podemos dizer que a simples realização de assentamentos não efetiva a Reforma Agrária. Localmente o problema estará resolvidos: famílias foram assentadas, o latifúndio agora é terra produtiva, muitas famílias vão parar de sofrer com a fome e o desemprego. Mas o Brasil é um país de dimensões continentais, e com áreas ainda sujeitas a colonização. Desapropriar e acabar com um latifúndio não é nada; não modifica a estrutura fundiária do país. E além disso, não há o

que, ou quem, proíba que outros latifúndios se formem.

Dessa maneira a realização de assentamentos não constitui a Reforma Agrária em si; não deixa de ser uma ação da reforma, porém não resolve todo o problema de maneira efetiva. Como diz Martins (2000), o número de assentamentos não é quesito para avaliar o desenvolvimento da Reforma Agrária no Brasil; este desenvolvimento consiste realmente em assegurar e dar lugar a agricultura familiar no sistema econômico, criando maiores condições de trabalho no campo (p. 104).

A Reforma Agrária precisa partir de ações do governo, ações legislativas, que venham agir contra a concentração de terras; esta faz com que renda esteja na mão de poucos, gerando no país altos índices de pobreza no campo e na cidade. A população é prejudicada pela falta de trabalho no campo, logo, há inchaço nas cidades, onde também há o desemprego, e ainda, a favelização. Atualmente, devido à política massiva de programas sociais os índice de distribuição de renda tem alcançado índices mais satisfatórios (índice de Gini 0,505). No entanto, assistencialismo é um tipo de política emergencial, que não gera resultados estruturais.

Para se ter uma idéia do impacto produzido por esse processo [êxodo rural], lembremos que cerca de 70% da população brasileira, em 1950, encontrava-se na área rural, contra menos de 20% no censo do IBGE, de 2000 – uma inversão estatística que levou ao dramático inchaço das periferias de cidades e ao crescimento de favelas, com uma rápida e brutal mudança dos modos de vida de um enorme contingente de pessoas. Tema de preocupação desde pelo menos o início do século XX, as favelas expandiram-se de tal forma que passaram, justamente em 1950, a ser objeto de medidas estatísticas, como o Primeiro Censo de Favelas da Prefeitura do Rio de Janeiro.²²

Além dos problemas gerados nos centros urbanos, a expulsão do homem do campo e a existência de um número reduzido de pequenas propriedades, de propriedades familiares, prejudica a produção de alimentos para consumo interno, já que a grande propriedade produz para exportação. Com isso os alimentos acabam se tornando mais caros, dificultando a obtenção destes pela camada mais pobre (STÉDILE, 1997, p. 29). É um absurdo tantas famílias brasileiras passarem fome, com tanta terra para se produzir.

22 Retirado de <http://www.nead.org.br/index.php?acao=artigo&id=33&titulo=Artigo+do+M%C3%AAs>.

A estrutura fundiária, do jeito que está, ocasiona problemas em diversas áreas. A expropriação do homem do campo, causou o êxodo rural. Inicialmente a indústria absorveu a mão-de-obra; mas por um curto prazo. Depois a grande maioria da população vinda da área rural ficou sem emprego, sem moradia, sem condições mínimas de sobrevivência, e sem estar adaptado à vida e ao trabalho na cidade. Restou para essas pessoas a vida em favelas, subempregos, e trabalhar como “volantes” (bóia-fria) no campo.

Uma transformação na estrutura fundiária, abrindo mais espaço para a pequena propriedade, a propriedade familiar, gera muitos empregos. Estudos realizados mostram que é mais barato criar empregos no campo, do que na cidade; enquanto na cidade, as vagas são mais limitadas, no campo sempre há o que produzir. Criando empregos no campo, há incremento na produção de alimentos, que por sua vez tornam-se mais baratos; isto também reduz o desemprego e a miséria nas cidades. Os que foram empregados no campo se tornam consumidores; o maior número de consumidores gera mais empregos nas cidades (STÉDILE, 1997, p. 34-35/ ALVES; PAULILLO in TEIXEIRA; VIEIRA, 1996, p. 95).

A limitação da posse da terra agrícola reduz a especulação, e a grilagem. A efetiva desapropriação de latifúndios leva o país a produzir mais, tanto para consumo interno, como para exportação.

A Reforma Agrária é necessidade gritante no Brasil. Mas por que não acontece?

Vimos que o destino da terra no Brasil, desde o passado, esteve ligado ao interesse dos mais poderosos; e que mesmo órgãos responsáveis pela Reforma Agrária estiveram nas mãos de latifundiários. Os políticos da chamada bancada ruralista, grandes latifundiários do Brasil, lutam pela não realização da reforma; a Reforma Agrária fere seus interesses de especulação, de poderio sobre a terra, e conseguem se apoiar em brechas da lei brasileira. Para se tornarem mais fortes, em agosto de 1985 criaram a UDR (União Democrática Ruralista); segundo Fernandes (2000), ela foi criada como reação as ações do governo de São Paulo, do período, que passava a ensaiar uma Reforma Agrária (conf. p. 68). Hoje entra em ação nas diversas regiões do Brasil, sempre que há uma ameaça de Reforma

Agrária.

É um grande desafio propor uma Reforma Agrária efetiva no Brasil.

O órgão governamental responsável pela Reforma Agrária atualmente no Brasil é o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária).

Logo no início, o regime militar deu o primeiro passo para a realização da Reforma Agrária no país, editando o Estatuto da Terra (Lei nº 4.504, de 1964) e criando o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (Ibra) e o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (Inda), em substituição à Supra. Em 4 de novembro de 1966, o Decreto nº 59.456 instituiu o primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária. Não saiu do papel. Em 9 de julho de 1970, o Decreto nº 1.110 criou o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), resultado da fusão do Ibra com o Inda.²³

O INCRA foi extinto em 1987, e recriado em 1989; estes fatos variaram de acordo com a política de cada momento, junto a criação e extinção de ministérios e superintendências afins; servem também para mostrar a inconsistência (ou seria melhor inexistência?) da política de Reforma Agrária no país²⁴. É um órgão muitas vezes denunciado pela corrupção e ligação com latifundiários.

Veiga (in TEIXEIRA; VIEIRA 1996) chama atenção para a dificuldade de realização de Reforma Agrária no Brasil através do instituto; diz que “... o INCRA é um dos mais trágicos resultados da megalomania da ditadura militar. O pior é que seus funcionários são produto de uma cultura centralizadora e dificultam qualquer tentativa de delegar poderes a estados e municípios” (p. 37). Com isso a burocratização é fato nas ações do INCRA.

Francisco José da Costa Alves e Luiz Fernando Paulillo (in TEIXEIRA; VIEIRA 1996) apontam outra falha nas realizações do INCRA: “... a prática do INCRA em promover assentamentos isolados uns dos outros é anti-Reforma Agrária” (p. 97). A prática nos

²³ Retirado de http://www.incra.gov.br/_htm/instituicao/historico.htm.

²⁴ Os capítulos 3, 4 e 5 de Teixeira e Vieira (1996) descrevem bem essa trajetória confusa dos órgãos governamentais para Reforma Agrária.

mostra que a proximidade de assentamentos proporciona possibilidades de associatividade e cooperação, trazendo maior desenvolvimento e melhores resultados. A região de Querência do Norte é um bom exemplo dessa situação, na qual vários assentamentos estão vinculados à COANA (Cooperativa de Comercialização e Reforma Agrária Avante), alcançando bons resultados, e tendo transformado Querência do Norte no maior produtor de arroz do estado do Paraná²⁵.

Nesse contexto, a Reforma Agrária no Brasil não avança, perpetuando a concentração da posse da terra e a subordinação do trabalhador rural despossuído da terra. O meio oficial de realização da reforma é centralizador, comprometido com grandes proprietários, e tem atitudes anti-reforma (talvez com interesse de torná-la mais inviável?).

Um outro instrumento que deveria ser utilizado pelas forças públicas para reduzir a manutenção de terras ociosas é o Imposto Territorial Rural (ITR). Desde o projeto da Lei de Terras de 1850 o assunto é discutido, sendo que na promulgação da referida lei, o imposto foi excluído, como já foi visto. Stédile (1997) acredita que o imposto possui valor muito baixo (p. 50 e 51). Pinto diz que “o ITR..., além de desestimular a alocação ineficiente de terras, constituindo-se em instrumento de uma política econômica de interesse nacional, teria o efeito complementar de gerar recursos de natureza fiscal” mas desde 1964 o ITR mostrou-se inútil, não cumprindo com seus objetivos (p. 71).

Enquanto os políticos não cumprem seu papel de governar para o povo, este precisa ir à luta. E é por isso que existe o MST²⁶, uma organização que atingiu força nacional, estando presente em quase todos os estados da federação; o movimento luta pela terra, e grita por Reforma Agrária; são homens, mulheres, famílias inteiras, que decidiram lutar pela terra do trabalho, da vida. Denunciam o latifúndio e a exploração do trabalhador do campo. Segundo Martins (2000) a idéia de Reforma Agrária do MST é diferente da do governo, pois este só visa a propriedade individualizada, enquanto o MST tem pensamentos coletivos (p. 104). É necessário salientar que mesmo o MST tendo ideais de coletividade,

25 Maiores detalhes posteriormente.

26 Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

na prática o individualismo ainda impera, sendo poucos os casos de assentamentos coletivos, bem como várias tentativas frustradas²⁷.

O movimento foi oficialmente fundado em 1984, na cidade de Cascavel, no Paraná. Sua fundação se deu pela união de forças e experiências, vivenciadas desde 1979. Por esse motivo é possível encontrar quem diga que o MST surgiu em 1979, no Rio Grande do Sul. Essa data trata-se de uma ocupação histórica.

A questão agrária brasileira é resultado de antigas divergências históricas que remontam do período colonial. As diversas atitudes incoerentes que foram tomadas pelos detentores do poder em cada período histórico refletem hoje na forma de uma estrutura fundiária excludente, contraditória, elitista.

Os movimentos sociais que lutam pela terra são a demonstração da insatisfação do trabalhador rural perante a realidade agrária brasileira. A criação de assentamentos é uma resposta emergencial à reivindicação por Reforma Agrária. Uma reforma efetiva somente ocorrerá com amparo legislativo e executivo.

1.6 Programas e projetos governamentais da atualidade: indefinição e burocracia

Para auxiliar o desenvolvimento dos assentamentos são promovidos programas de crédito, auxílio técnico, entre outros. Houve inicialmente o PROCERA (Programa Especial de Crédito para Reforma Agrária), que foi criado pelo Conselho Monetário Nacional em 1985 com o objetivo de aumentar a produção e a produtividade agrícolas nos assentamentos de Reforma Agrária. O programa foi extinto em 1999.

Em 1996 foi criado o PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar). O programa veio consagrar o uso o termo agricultura familiar, estabelecendo conflito conceitual no meio acadêmico.

²⁷ Informações extraídas da experiências com a pesquisa.

São contemplados pelo PRONAF: extrativistas, assentados, pescadores, silvicultores (definidos pela atividade produtiva mais valorizada nos termos do programa); ribeirinhos (definidos pela adequação de práticas sociais aos ciclos de imersão ou emersão de várzeas); e remanescentes de quilombos (modo específico de apropriação e legitimação de posse e uso da terra). Assim sendo, nos quadros institucionais de aplicação, o PRONAF consiste numa política de intervenção que contempla a agricultura familiar. Devido sua amplitude, tem cunho social para uns, e cunho econômico para outros. A confusão conceitual do programa é grande, tanto que a rigor o PRONAF deveria se voltar para a produção (e não agricultura) familiar, abrangendo também artesãos, por exemplo.

Devido a extinção do PROCERA, e também de adaptações por mudanças de governo, o PRONAF já sofreu várias alterações.

Os objetivos do PRONAF são:

- financiamento da produção: o programa destina anualmente recursos para custeio e investimento, financiando atividades produtivas rurais em praticamente todos os municípios do país;
- financiamento de infra-estrutura e serviços municipais: apoio financeiro aos municípios de todas as regiões do país para a realização de obras de infra-estrutura e serviços básicos;
- capacitação e profissionalização dos agricultores familiares: promoção de cursos e treinamentos aos agricultores familiares, conselheiros municipais e equipes técnicas responsáveis pela implementação de políticas de desenvolvimento rural;
- financiamento da pesquisa e extensão rural: destinação de recursos financeiros para a geração e transferência de tecnologias para os agricultores familiares.

Inicialmente as condições para os produtores serem beneficiados pelo PRONAF eram as

seguintes:

- possuir, pelo menos, 80% da renda familiar originária da atividade agropecuária;
- deter ou explorar estabelecimentos com área de até quatro módulos fiscais (ou até seis módulos quando a atividade do estabelecimento for pecuária);
- explorar a terra na condição de proprietário, meeiro, parceiro ou arrendatário;
- utilizar mão-de-obra exclusivamente familiar, podendo, no entanto, manter até dois empregados permanentes;
- residir no imóvel ou em aglomerado rural ou urbano próximo;
- possuir renda bruta familiar anual de até R\$ 60.000,00.

Com a extinção do PROCERA em 1999 passou a ser utilizada a seguinte classificação:

- grupo A: agricultores assentados da reforma agrária que, com a extinção do PROCERA, passaram a ser atendidos pelo PRONAF;
- grupo B: agricultores familiares e remanescentes de quilombos, trabalhadores rurais e indígenas com renda bruta anual atual de até R\$ 2.000,00. Esse grupo inclui as famílias rurais com baixa produção e pouco potencial de aumento da produção no curto prazo localizadas em regiões com concentração de pobreza rural;
- grupo C: agricultores familiares com renda bruta anual atual entre R\$ 2.000,00 a R\$14.000,00, que apresentem explorações intermediárias com bom potencial de resposta produtiva;
- grupo A/C: agricultores oriundos do processo de Reforma Agrária e que passam a receber o primeiro crédito de custeio após terem obtido o crédito de investimento

inicial que substituiu o antigo programa de apoio aos assentados;

- grupo D: agricultores estabilizados economicamente com renda bruta anual entre R\$ 14.000,00 e R\$ 40.000,00;
- grupo E (Proger Familiar Rural): agricultores com renda bruta anual entre R\$ 40.000,00 e 60.000,00.

Posteriormente à adoção da segmentação dos beneficiários, ainda em 1999, foram criadas mais três linhas de crédito especiais para os agricultores familiares dos grupos B, C e D. A primeira é o chamado crédito rotativo, também conhecido como Rural Rápido, operado exclusivamente pelo Banco do Brasil. Esse tipo de crédito funciona como um cheque especial em que o agricultor vai utilizando os recursos segundo suas necessidades. Talvez por isto, ele acaba sendo utilizado majoritariamente pelo segmento dos agricultores familiares do grupo D, justamente os mais capitalizados. A segunda linha de crédito especial é o integrado coletivo, destinado a associações, cooperativas e outras pessoas jurídicas compostas exclusivamente por beneficiários do PRONAF. A terceira linha é o PRONAF-Agregar (Projeto de Agregação de Renda da Agricultura Familiar), destinado a financiar projetos individuais ou coletivos que envolvam infra-estrutura, prestação de serviços, *marketing*, beneficiamento de produtos, etc. Deve-se mencionar, ainda, que se enquadram nos grupos B, C, e D os pescadores artesanais, os extrativistas, os silvicultores e os aqüicultores, conforme os critérios de renda e dimensão da exploração.

As características e alterações apresentadas até agora, se situam no período do governo de Fernando Henrique Cardoso²⁸. O sucessor de FHC foi (e é até o presente momento) Luiz Inácio Lula da Silva, que comandou mais alterações na estrutura do PRONAF:

- acrescentou a questão de não subordinação do local e a proteção ambiental (apoio ao desenvolvimento local);
- criação do PRONAF Fome Zero com crédito de investimento para o Grupo B, sob

28 Fernando Henrique Cardoso governou o Brasil por dois mandatos, no período entre 1995 e 2003.

valor de financiamento entre R\$ 500,00 e R\$ 1.000,00. Assegurou-se ainda a inclusão de recursos para custeio associado de até 35% do valor do projeto, com o rebate de 25% sobre o principal e 1% de juros, incidindo em cada parcela paga no prazo pactuado. Para os agricultores que viessem a contratar o PRONAF Fome Zero e recebessem assistência técnica, seria destacado 3% do valor financiado para o pagamento desse serviço, na data da liberação do financiamento;

- criação do PRONAF Semi-Árido, crédito de investimento para infra-estrutura de irrigação do semi-árido, destinado a agricultores dos Grupos B e C. O PRONAF Semi-Árido abarcou o financiamento de infra-estrutura hídrica e implantação, ampliação e modernização das demais infra-estruturas, inclusive de projetos de dessalinização, da produção dos serviços agropecuários e não agropecuários. Os recursos financeiros deveriam ser disponibilizados de acordo com projetos apropriados à realidade das populações de baixa renda da região semi-árida;
- criação do PRONAF Alimentos: elevação em até 50% dos limites de financiamentos de custeio para as culturas de arroz, feijão, mandioca, milho e trigo, isto é, para estímulo à produção de alimentos que compõem a cesta básica;
- criação do PRONAF Pesca: crédito de investimento dirigido a pescadores artesanais que se enquadrem nos Grupos B, C ou D do PRONAF, para viabilizar a ampliação das atividades geradoras de ocupações produtivas e renda, implantação, ampliação e modernização da infra-estrutura da produção e serviços, de acordo com projetos específicos, viáveis técnica, econômica e financeiramente. A abrangência desses agentes produtivos se redefiniu pela complementaridade de crédito para mulheres e jovens afiliados a unidades produtivas qualificadas pelos grupos C e D;
- criação do PRONAF Mulher: concessão de crédito para as mulheres agricultoras visando incentivar atividades inovadoras e geradoras de renda, quando desenvolvidas por esposas, companheiras ou filhas de agricultores;
- PRONAF Jovem Rural: concessão de crédito para apoio às atividades geradoras de

renda desenvolvidas por jovens maiores de 16 anos e menores de 25 anos, que tenham concluído ou estejam cursando o último ano dos cursos desenvolvidos em centros familiares de formação por alternância ou em escolas técnicas agrícolas de nível médio, as quais atendam à legislação em vigor para instituições de ensino;

- criação do PRONAF Pecuarista Familiar: supressão da proibição do financiamento para aquisição de animais destinados à pecuária bovina de corte;
- criação do PRONAF Máquinas e Equipamentos: estimulando os agricultores familiares dos Grupos C e D a adquirirem máquinas e equipamentos agrícolas, com elevação em até 50% dos limites dos financiamentos de investimento dos Grupos C e D;
- PRONAF Agroecologia: destinado a agricultores familiares beneficiários dos Grupos C e D. Nas operações de investimento poderão acessar 50% do limite dos seus respectivos grupos, quando destinados à produção agroecológica (certificado sob as normas do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento). Agricultores do Grupo C, em operações de custeio, também se beneficiarão do sobreteto de 50%, quando apresentarem projetos em transição para a agroecologia ou estiverem produzindo na atividade agroecológica;
- criação do PRONAF Turismo Rural: Inclusão das atividades relacionadas ao turismo rural entre as finalidades dos créditos de investimento, podendo elevar o contrato em até 50% (cinquenta por cento).

Mais recentemente foi incorporado ao texto de planos do PRONAF o incentivo a pluriatividade, bem como enfatizou-se que o programa engloba também a agricultura de subsistência.

Podemos perceber com a caracterização do PRONAF que o programa em termo algum se mostra aliado da Reforma Agrária. Em nossa pesquisa, e de acordo com o encontrado em outros trabalhos de mesmo cunho realizadas em diferentes áreas do país, constatamos

descontentamento por parte dos assentados perante o programa, quando comparado com o extinto PROCERA. O extinto programa era voltado exclusivamente para Reforma Agrária, enquanto o PRONAF não; como já dissemos PRONAF é de caráter social para uns, e econômico para outros, não contemplando a realidade dos assentamentos.

A mudança de público alvo apresentada pelo PRONAF é demonstra que o Estado não trata o questão agrária senão pela questão de desenvolvimento. As conquistas obtidas pelos trabalhadores e que ajudavam no seu fortalecimento e organicidade são suprimidos pelo Estado com a desculpa de universaliza-las a todos os pequenos produtores. No entanto, a maior burocracia, condições de financiamento menos acessíveis, assim como a irregularidade nos repasses de verbas, criam com o PRONAF dificuldades para a viabilização das pequenas propriedades (GÓMEZ, 2002, p. 88).

Os economistas justificam a extinção do PROCERA por não proporcionar “emancipação” dos produtores vinculados à Reforma Agrária, não estabelecendo relação com o mercado, e não desenvolvendo a competitividade. O desenvolvimento para esses estudiosos só é possível na produção mercantil, capitalista, pois “só a produção mercantil e a conseqüente geração de renda monetária permitem a satisfação mais plena das necessidades de consumo, que vão muito além do permitido pela agricultura de subsistência” (IPEA, 1999, p. 12).

Esse pensamento se desvincula da questão agrária, tornam as soluções meramente econômicas e sustentam a ação do PRONAF.

2 Noroeste Paranaense: da colonização à luta pela terra

2.1 Os primeiros habitantes

O Noroeste do Paraná tem em sua história de ocupação territorial fatos que remontam ao período do “descobrimento”, no início do século XVI. A área foi motivo de disputas entre espanhóis, portugueses e, posteriormente, bandeirantes paulistas; cada grupo buscava adentrar nas áreas de matas virgens por caminhos fluviais, ou caminhos estreitos abertos a golpes de facão (as chamadas “picadas”). Além disso, existiam as trilhas já abertas e utilizadas pelos indígenas, muito antes das chegadas dos europeus; cruzavam a área de Leste a Oeste. O Caminho de Peabiru ou de São Tomé ficou muito conhecido, pois foi por ele que por primeira vez um português – Aleixo Garcia- alcançou o Rio da Prata, em 1512.

Um outro europeu que se destacou nesse período foi o espanhol Alvar Núñez Cabeza de Vaca, por também ter atravessado a área desde o Atlântico, até o Rio da Prata utilizando as trilhas pré-colombianas por volta de 1540.

De acordo com o Tratado de Tordesilhas a área que corresponde ao atual Noroeste do Paraná pertencia à Coroa Espanhola. Os espanhóis buscavam estender suas posses, proteger seu território do tratado, e formar um caminho por terra para o Atlântico, facilitando a liberação de mercadorias (extraídas da América Espanhola). Para tanto utilizaram a estratégia de formação de povoados, com a subordinação dos indígenas. A primeira fundação foi o povoado de Ontiveiros, em 1554, pouco acima da confluência do Rio Iguaçu; devido à precariedade foi transferido dois anos depois para a confluência do Piquiri, com o nome de Ciudad Real del Guairá. Em 1576, na confluência do rio Ivaí com o Corumbataí foi fundada a Villa Rica del Espiritu Santu.

A subordinação dos indígenas não alcançou o resultado esperado, e os jesuítas entraram em cena para a “pacificação” e “conversão” dos índios. Assim, em 1608 foi fundada a Província del Guairá, abrangendo a área oeste do atual território paranaense. Várias

reduções foram criadas, buscando a subordinação dos índios, e protegê-los dos bandeirantes paulistas²⁹.

Enquanto a Espanha buscava expandir seus domínios e fixar um caminho para o Atlântico, os portugueses, em conjunto com os bandeirantes paulistas passaram a lutar contra as reduções jesuíticas, atacando-as e destruindo-as, escravizando os índios já “civilizados”, e dizimando os “rebeldes”. Em 1629 as reduções jesuítas situadas no atual território paranaense estavam destruídas, ou foram abandonadas. Dessa forma os bandeirantes contiveram o avanço espanhol, e dizimaram etnias indígenas.

Devido à ocupação dos indígenas e a formação das reduções em território onde hoje se encontra o município de Querência do Norte, tem-se a presença de um sítio arqueológico (HARACENKO, 2002).

2.2 A Colonização Capitalista

Numa segunda fase de ocupação, esta bem mais próxima dos nossos tempos, o capital passa a figurar, trazendo as colonizadoras privadas, que vendiam lotes, aliadas aos interesses do estado, que buscava mecanismos para o desenvolvimento econômico. Atuaram no norte paranaense a colonização privada (por meio das empresas), a colonização oficial (por meio do estado), a grilagem e a posse.

Levando em consideração o processo oficial e privado Martine e Garcia (1987) dividem o Paraná em três regiões, de acordo com a feição e o momento de colonização: Paraná Antigo, Grande Norte e Extremo Oeste/Sudoeste (p. 130).

29 É interessante destacar que os espanhóis objetivavam a “civilização” dos índios apenas para facilitar seu avanço pelo território, fazendo uma espécie de “amizade” com os índios. Já os bandeirantes paulistas queriam escravizar os povos indígenas.

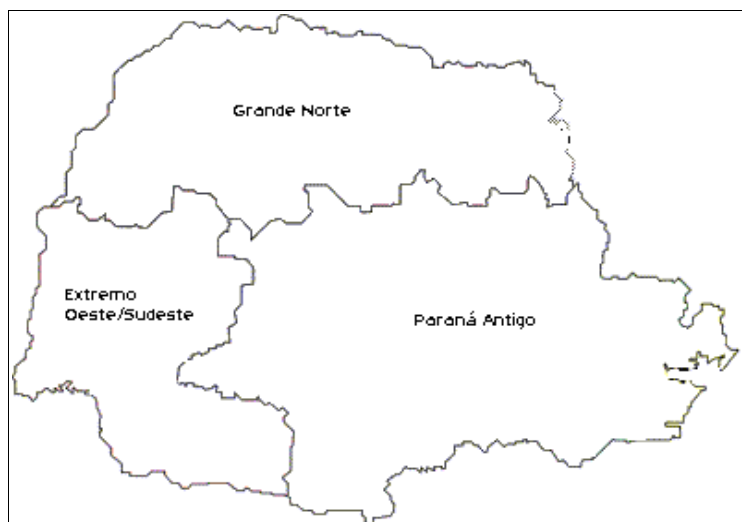


Figura 2 - Regiões paranaenses segundo processo de colonização

O Paraná Antigo foi a única região do Paraná que foi colonizada sob o regime de sesmarias; desta maneira é caracterizada pela existência de latifúndios, e de concentração da posse de terras, originados ainda no período colonial.

No Grande Norte a ocupação efetiva se deu na década de 1930, por cafeicultores paulistas, após a primeira crise do café, oriunda da histórica crise de 1929. Até este período o café brasileiro era produzido predominantemente no estado de São Paulo. A crise de 1929 fez com que o café, produto que podemos considerar “supérfluo”, perdesse importância e fosse desvalorizado no mercado internacional. Simultaneamente, os cafezais em São Paulo já se encontravam em estágio de reestruturação, ou seja, solos e lavouras desgastadas, necessitando de investimentos consideráveis para continuidade da produção.

Perante tal situação, os produtores paulistas viram nas áreas ainda inexploradas do norte do Paraná a possibilidade de dar continuidade à produção de café: solos férteis, e grande área para produzir resultariam em baixo custo e alta produtividade; mesmo com o baixo de valor de mercado ao qual estava submetido o café, se vendido em grande quantidade geraria lucro. Sendo assim essa região apresentou, inicialmente, menor índice de concentração de posse de terra, se comparado ao Paraná Antigo.

No período de colonização para a produção de café o Norte paranaense apresentou taxas de crescimento jamais vistas, transformando-se em área de especulação e interesse de várias classes, coexistindo a colonização privada e oficial, bem como a grilagem e a posse, como já foi mencionado.

Nesse contexto, a colonização do norte do Paraná foi estruturada a partir da pequena propriedade de caráter familiar, que produzia café para o mercado, e ainda, produtos de subsistência. As famílias eram numerosas, toda mão-de-obra era utilizada na propriedade. É ainda importante ressaltar que as famílias residiam no campo, e pouco se relacionavam com o meio urbano. A essa estrutura de produção, que predominou no norte paranaense no período do café, dá-se o nome de Complexo Rural.

O Extremo Oeste/Sudoeste é a área de colonização capitalista mais recente, caracterizada principalmente pela vinda de pequenos produtores, oriundos de outros estados; destaque para os gaúchos, que fugiam da alta densidade demográfica de seu estado, nos anos 40.

A empresa colonizadora mais atuante no norte paranaense foi a Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (CMNP), tendo seu trabalho reconhecido pela organização das cidades criadas. Enquanto as áreas colonizadas pela CMNP apresentavam maior organização fundiária, tanto rural quanto urbana, o Norte Novíssimo (Noroeste) foi muito atingido por grileiros e posseiros, e também por ações oficiais fracassadas, que só vieram agravar a questão agrária da área. Posseiros foram expulsos da terra em trabalhavam há tempos, pequenos proprietários foram enganados por grileiros.

Araújo (1982) fez um estudo sobre uma cooperativa de cafeicultores de Nova Londrina (noroeste do Paraná). Não nos interessa, nesse momento, exatamente a cooperativa, e sim as características do noroeste do Paraná que a autora expõe em seu estudo.

A autora diz que na região se deu a “... colonização privada com a venda destacada de pequenos lotes”(p. 22), “... numa região onde os cafezais prometiam repetir a façanha de brotar cidades - ...”(p. 35).

Num momento inicial não houve concentração da posse de terra no Norte do Paraná. O café podia ser produzido em pequenas propriedades, ocupando grande quantidade de mão-de-obra, como dissemos há pouco.

O Noroeste, mais especificamente, com seu solo arenoso, como afirma Araújo (1982) não é muito apropriado para o café; une-se à ameaça das geadas, que, segundo a autora, já passaram a causar problemas na região, nas décadas de 50 e 60 (p. 50). A história de Querência do Norte reforça essas informações, sendo que em 1955 a geada destruiu todos os cafezais do município. Mais detalhes posteriormente.

2.3 Querência do Norte: uma questão agrária histórica

Perante as diferentes formas de acesso à terra, Querência do Norte foi atingida por todas (HARACENKO, 2002). Antes de se tornar município em 1950, foi área de grilagem; em 1950 atuou na área a colonização privada, após a “colonização” promovida pelo estado³⁰; grileiros e posseiros, travavam disputas no campo, sendo os posseiros (os mais fracos) os mais prejudicados.

O município de Querência do Norte está localizado no extremo noroeste do Paraná, na microrregião de Paranavaí, esta por sua vez situada na mesorregião Noroeste. Limita-se com os municípios de Porto Rico, Santa Cruz de Monte Castelo, Ivaté e Icaraíma. A área total do município é de 1007,966 km², com altitude de 490 m (IPARDES, 2007).

30 Mais detalhes sobre a ação do estado posteriormente.

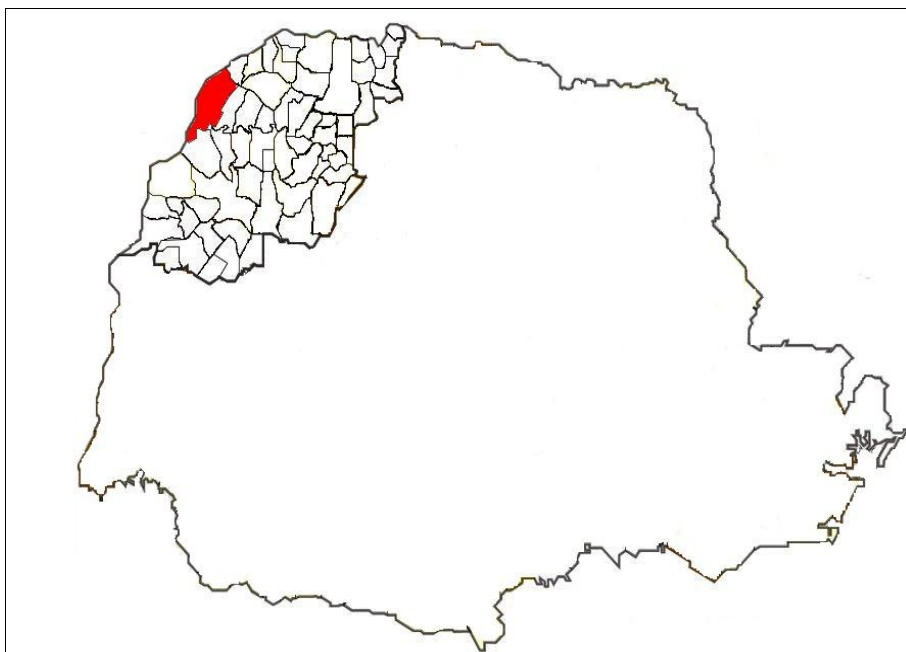


Figura 3 - Mesorregião Noroeste paranaense com destaque para Querência do Norte

O solo do município é de textura arenosa, oriundo das rochas do Arenito Caiuá. A vegetação nativa da área é a Floresta Estacional Semidecidual, hoje praticamente inexistente. Atualmente, predomina a produção agrícola, em sua maioria pastagem, em conjunto com a plantação de arroz e produtos de subsistência (HARACENKO, 2002).

Querência do Norte foi elevada à categoria de distrito administrativo de Paranavaí em 1953, e à município em 1954, sendo desmembrada de Paranavaí. As eleições ocorreram no ano seguinte, 1955, com realização da posse do primeiro prefeito no mesmo ano.

A partir de 1950 a colonizadora Brasil-Paraná (Brapa) começou a colonizar o município de Querência do Norte³¹. O modelo de colonização constituía na venda de lotes a prazo, com cerca de dois anos para o pagamento. Vieram para área principalmente sulistas e nordestinos, os primeiros como pequenos proprietários, comprando lotes da colonizadora, e os segundos como “peões”, em busca de trabalho. O tamanho médio dos lotes era de dez

31 Querência do Norte foi o único município colonizado por esta empresa.

alqueires paulistas³², possuindo cada qual uma estrada de rodagem na parte superior e um curso d'água ao fundo. Esse modelo foi adotado pela maior parte das colonizadoras que atuaram no Norte do Paraná como um todo.

Constava na estratégia da empresa colonizadora do município de Querência do Norte, a Brapa, a venda de lotes urbanos por meio da obrigatoriedade de contrato. A cada dez alqueires comprados em área rural, era obrigatório adquirir um lote urbano. Os lotes rurais serviam como chamariz para os compradores, já que a Brapa neles investia, mas os vendia a preço de custo; sendo assim os lotes urbanos é que lhe traziam lucro, justificando a obrigatoriedade de contrato. Esta colonizadora fez falsas propagandas sobre a infraestrutura urbana do município, afirmando existir água encanada, energia elétrica e uma estrutura industrial. Nos contratos de compra constava água, energia etc. Isso atraiu os compradores, motivados ainda pelas características do relevo e do clima.

No entanto, a Brapa não cumpriu o contrato, e ainda, fatores climáticos prejudicaram a plantação de café. Em 1955 uma geada destruiu toda a produção de café no município. Muitos proprietários ainda não tinham liquidado as prestações de seus lotes. A colonização privada trouxera problemas para a organização fundiária, tanto rural, quanto urbana, já que muitos lotes já não eram da Brapa, mas também não eram “completamente” de seus donos. Sem a organização esperada, o município foi ocupado de maneira desordenada tanto em seu perímetro urbano, quanto no rural (HARACENKO, 2002).

Simultaneamente, o governo do estado atuou como colonizador, contribuindo, e, alguns momentos, para intensificação da crise fundiária que se formava no Noroeste do Paraná como um todo.

A década de 1950 foi marcada por grandes conflitos envolvendo grilos de terras, posses, duplas titulações de propriedades, e muita violência. Havia nesta data grandes áreas de terras devolutas (pertencentes ao estado) que se encontravam improdutivas, bem como propriedades em situação de grilagem, ou com presença de posseiros, também existiam propriedades particulares sem uso, e casos de dupla titulação (a mesma propriedade

32 Cada alqueire paulista corresponde a 2,42 hectares.

registrada com donos diferentes). Nesse contexto os conflitos afloravam, já que os posseiros eram expulsos por grileiros ou por proprietários, gerando a violência no campo.

Buscando amenizar tais problemas, o governador Bento Munhoz da Rocha realizou medições e levantamentos, retirando os posseiros das frentes pioneiras, e transferindo-os para outras áreas como proprietários. Havia também a compra da chamada Ordem de Procuração, que seria uma espécie de posse legal acessível aos posseiros.

Em 1956 Moisés Lupion assume o governo do Paraná³³, dando início a uma fase de grandes doações de terras para seus “amigos”. Os conflitos amenizados por Munhoz da Rocha renascem, e se criam outros impasses. Posseiros voltam a ser expulsos indiscriminadamente por grileiros e jagunços. Houve conflitos também entre fazendeiros e grileiros, pois com as doações de terras, áreas antes devolutas, muitas atingidas por grilagem, passaram a ser privadas. Propriedades que tinham sido destinadas aos pequenos produtores por Munhoz da Rocha foram doadas por Lupion, como o ocorrido com trechos da Fazenda Pontal do Tigre³⁴.

Os beneficiados pelo governador eram reconhecidos como donos legais, e podiam fazer com as terras o que lhes conviessem. A Brapa, colonizadora de Querência do Norte, comprou a atual área do município de um desses beneficiados, para depois colonizar. Aliás, as colonizadoras que atuaram no Noroeste do Paraná de forma geral compraram terras nessas condições (HARACENKO, 2002).

Em 1951 começam a chegar os primeiros pioneiros à Querência do Norte, oriundos dos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, iniciando o plantio do café. Muitos haviam comprado os lotes nos próprios estados de origem, sem conhecer a área pessoalmente. Uma divisão social do trabalho passa a se estabelecer, pois os proprietários com melhores condições financeiras contratavam migrantes nordestinos para o trabalhar na lavoura e na

³³ Lembramos que Lupion já havia governado o Paraná em período anterior, entre 1947 e 1951, ficando novamente no poder entre 1956 e 1961.

³⁴ Atualmente a Fazenda Pontal do Tigre é um assentamento de Reforma Agrária. A história de conflitos e ocupações dessa área será apresentado posteriormente.

derrubada da mata. Já no início de sua colonização o município possuía cerca de 400 trabalhadores da terra (nordestinos) despossuídos desta (HARACENKO, 2002, p. 81). Como nem sempre havia trabalho, e grandes extensões de terra encontravam-se improdutivas e aparentemente sem dono, simultaneamente à colonização privada (na qual os sulistas compravam terra), houve a posse por parte dos nordestinos, que foram também incorporados ao processo produtivo. As áreas atingidas pelas posses eram geralmente latifúndios pertencentes ao estado, aos “amigos” do governador, ou terras griladas, de propriedade duvidosa. Os posseiros se estabeleciam na terra, e plantavam, principalmente arroz para subsistência; mas quando chegou o período de colheita, eram despejados, e perdiam a produção para os fazendeiros e grileiros.

Os sulistas que compraram terras sem conhecê-las pessoalmente sofreram forte decepção com a realidade que encontraram. No entanto, muitos compradores vistoriaram o local antes da compra, e mesmo observando a falta de infra-estrutura e a quase inexistência da cidade, compraram terras. Haracenko (2002) explica que esse comportamento é justificado pelo influência do discurso “Norte do Paraná”, formado na década de 1930, o qual trazia a colonização no Norte do Paraná como sinônimo de organização e progresso (p. 77).

A produção de café era o objetivo, mas o solo e o clima não colaboraram como previsto. Primeiro que a “terra roxa” não é o solo querenciano, como esperavam os pioneiros. Após a derrubada da mata, o solo arenoso, sem quaisquer cuidados passou a sofrer com a erosão e baixa fertilidade. E ainda, como já dito, as geadas atingiram os cafezais logo nos primeiros anos de produção, com destaque para os anos de 1955 e 1963.

Simultaneamente, o Governo promovia o programa de erradicação de cafezais, e incentivo a produção de outras culturas. Em 1966 tem-se início tal processo em Querência do Norte, e o algodão obtém destaque, até ceder, mais recentemente, espaço para o arroz; e logo após a derrubada do cafezal muitos produtores formam pastagens.

Inicialmente, a substituição do café por algodão manteve uma parte dos pequenos produtores, com alto uso de mão-de-obra. Mas o desabamento dos preços do algodão deixou a situação insustentável para boa parte daqueles produtores cuja base era a mão-de-

obra familiar e a pequena propriedade. Muitos venderam suas terras e os grandes proprietários já existentes na região ou provenientes de regiões vizinhas foram formando grandes fazendas que iam destinando a gado de corte. Sem investimentos no solo Arenito Caiuá, enfraquecido depois de vários anos de culturas, expandiu-se o plantio de capim e se desenvolveu a criação do gado bovino (GÓMEZ, 2002).

2.4 A modernização e a alteração da estrutura fundiária

Com o passar do tempo, devido a história particular de cada território, as regiões paranaenses assumiram feições e funções diferentes com a chegada da modernização agrícola.

O Paraná Antigo não modernizou de maneira considerável sua agricultura; devido à concentração de posse da terra, e pela região possuir um relevo desapropriado para mecanização, não havia uma estrutura que possibilitasse o avanço nesse setor. Portanto, a região se destacou pelo desenvolvimento industrial na área urbana.

Já as outras duas regiões incorporaram tecnologia na agricultura de forma até acelerada. O Grande Norte contava com o acúmulo de capital oriundo do café, que também desenvolvera a infra-estrutura da região, contando ainda com relevo propício à mecanização. O Sudoeste era formado por produtores com menos recursos, mas também modernizou a agricultura³⁵.

Na crise cafeeira da década de 1960 o café sobrava nos armazéns. Junto a isso, o mercado internacional passou a incentivar a produção de soja e carne para exportação, a primeira principalmente para suprir o mercado europeu.

Esse quadro ocasionou falta de trabalho no campo, sendo o excesso de mão-de-obra um problema já na década de 70, no noroeste do Paraná. O projeto original – o café – passa a ser substituído por diversos produtos de cultura temporária; o êxodo rural é cada vez maior, e as pequenas propriedades também vão desaparecendo. De acordo com Fernandes (2000)

³⁵ Atualmente é no sudoeste paranaense que se encontra a maior renda por hectare, em função da produção agrícola.

no Paraná, na década de 70 desapareceram 100 mil propriedades rurais (p. 65).

As lavouras permanentes sofreram redução entre os anos 70 e 75, e no noroeste dão lugar para as pastagens (ARAÚJO, 1982/ GÓMEZ, 2002/ ENDLICH, 2006). Nesse contexto, Araújo (1982) nota “uma maior proporção de grandes propriedades nos anos 70, que ultrapassam, inclusive, a marca dos 200 ha”; “...há uma visível polarização no tamanho das propriedades, com muita redução no número relativo de propriedades médias para a região, isto é, 30 a 100 ha”. “Este fato está ligado, conseqüentemente ao fenômeno de reagrupamento da propriedade rural pela anexação de pequenos sítios por fazendeiros e também por empresas agrícolas, dedicadas sobretudo à atividade pecuária” (p. 56).

A atividade pecuária expulsa o homem do campo, pois não utiliza tanta mão-de-obra como o café. Alguns pequenos proprietários continuaram com a produção de café, junto a cultivos de subsistência; a vida não era a mesma dos bons tempos do café, mas não se passava necessidade. Mas o cultivo do café chega ao fim – fim este, já anunciado -, com a geada negra de 1975, que destruiu 100% dos cafezais no Paraná³⁶. O que prendia ainda o pequeno proprietário ao campo foi totalmente destruído. E era isso que faltava para a mecanização e a grande propriedade se instalarem de vez no norte do Paraná como um todo.

A transição café-soja/gado transformou notoriamente a estrutura produtiva da área em questão. No que tange à mão-de-obra, o café empregava grande quantidade de pessoas, por ser, na época, uma produção com implementações tecnológicas mínimas; a produção era familiar, não assalariada, com produção de subsistência simultânea à produção de café. A saída do café provocou uma queda substancial na quantidade de mão-de-obra empregada, bem como uma ampla utilização tecnológica no campo; o desemprego foi, então, umas das primeiras conseqüências da transição.

A estrutura fundiária também foi alterada. Em pequenas propriedades a produção de soja ou a criação de gado para o mercado não é economicamente viável. Os pequenos

³⁶ Este é o marco do fim do café no Paraná, porque em Querência do Norte a produção cafeeira foi extinta definitivamente na década de 1960.

proprietários até tentaram, mas não conseguiram ingressar no mercado da soja ou do gado porque o custo de produção era muito alto e a produção pequena. Aos poucos as pequenas propriedades eram vendidas e anexadas à propriedades maiores.

Enquanto isso, os capitalistas, sobretudo urbanos, aumentavam suas áreas de produção, agora no meio rural. Sobre isso, Oliveira (2001) diz que a modernização na agricultura brasileira não agiu para transformar os produtores rurais, e nem os latifundiários, em empresários capitalistas do campo, mas sim, em transformar capitalistas urbanos e industriais em produtores, e também latifundiários. Nesse pensamento, temos outro aspecto da transformação a ressaltar: o êxodo rural. Com o uso de maquinários para o soja, ou com a criação de gado, grande parte da mão-de-obra foi dispensada; e ainda, com a ampliação da produção, as áreas destinadas à moradia e produção de subsistência foram incorporadas à lavoura. O homem do campo não teve outra alternativa a não ser migrar para as cidades, que passaram a enfrentar diversos problemas como a falta de moradia, desemprego, fome, atendimento à saúde pública deficiente, saneamento básico insuficiente, desemprego, que acabam por resultar em violência, crescimento do tráfico de drogas, entre outros. Deixemos claro aqui, que não estamos justificando todos os problemas urbanos com o êxodo rural; mas é clara a relação entre tais eventos.

Alterou-se a estrutura fundiária, os homens do campo foram para a cidade, a modernização chegou ao campo, e ainda, a cidade tornou-se parte integrante dessa nova estrutura produtiva: o complexo agroindustrial. A soja, ou o gado, continuam a ser produzidos no campo, mas em um campo muito menos “rural” que antes. A indústria, aparato classicamente urbano, invade o campo.

O processo histórico de criação do complexo agroindustrial (CAI) é digno de ser intitulado também de “período de produção de sem terras”. Parece ser um pouco exagerado, mas quando pensamos que o trabalhador do campo, pelas circunstâncias econômicas, não “evoluiu” a empresário capitalista do campo e nem continuou com seu pedaço de terra, e, ainda, que sua mão-de-obra tampouco foi aproveitada, consideramos o título apropriado³⁷.

37 Lembremos que este período descritos está relacionado com a modernização conservadora promovida pelos militares, já descrita neste trabalho.

Conhecendo as transformações ocorridas na década de 70 no Noroeste do Paraná (e no Paraná como um todo) é possível compreender porque, segundo Serra (1992a, p. 116), a década de 70 é o marco divisor entre a luta por terra (característica do momento de ocupação) e a luta por Reforma Agrária (momento atual, que busca transformação da estrutura fundiária). A partir desse momento os movimentos passam a se organizar, pois se antes cada um lutava pela sua terra individualmente, agora é necessário se unir para lutar pela reforma. Um outro fato que auxiliou na efetivação da organização dos movimentos foi a construção de barragens de usinas hidrelétricas no Paraná, que inundou vasta área agrícola, muitas vezes de pequenos proprietários; as indenizações não eram justas, na maioria das vezes, não permitindo que o trabalhador continuasse com as mesmas condições que tinha (SERRA, 1992a, p. 124).

É preciso deixar claro que a modernização da agricultura não é um processo ruim; o desenvolvimento biotecnológico no campo aumentou a produção de gêneros de exportação, reduzindo custos, e aumentando a competitividade no mercado externo. Porém, por ser tecnologia vinda de outros países, e imposta bruscamente, o homem do campo simplesmente foi excluído do processo, sem ter um “outro lugar” para ele. É por isso que Martine e Garcia (1987) dizem que a tecnificação foi excludente (p. 125); afinal, ela não atingiu nem todas as regiões do Paraná, nem todos os produtos, e nem todas as propriedades. No Paraná, como vimos anteriormente, a região tradicional (ou Paraná Antigo) não incorporou a biotecnologia, e não desenvolveu a agricultura (por questões históricas e naturais), enquanto norte e sudoeste tiveram altos índices de mecanização. Sobre os produtos, receberam tratamento mecanizado as culturas de cotação internacional, produtos de exportação; o “arroz e feijão” do dia-a-dia continuou sendo produzido com métodos simples, sem investimentos. No que tange às propriedades, o pequeno produtor não conseguiu se inserir no processo de mecanização; não porque foi “proibido”, mas porque a mecanização é inviável em pequenas propriedades; é necessário uma grande produção para que haja lucros, o que não é possível com uma propriedade pequena.

Sem seu pedaço de chão o trabalhador rural passa a depender de um trabalho assalariado, seja no campo ou na cidade. É por isso que Martine e Garcia (1987) chamam a atenção

para as transformações também na estrutura de emprego da mão-de-obra agrícola, agora, assalariada (p. 142).

Martine e Garcia (1987) descrevem bem esse quadro de transformações no norte do Paraná:

as condições para o adensamento populacional que caracteriza a região Grande Norte, e que foram determinantes para que a emigração atingisse os elevados níveis observados na década de setenta, surgiram do tipo de ocupação assentado, em parte, na pequena propriedade, com base no trabalho familiar e na significativa participação de trabalhadores não-proprietários. A substituição de cafezais por soja e pastagens, no bojo do processo de transformação da base técnica de produção, levou à liberação de expressivo contingente de mão-de-obra, formada principalmente por trabalhadores ligados à propriedade sob a forma do colonato e parceria. Nesse processo, forjaram-se as condições para expansão do sistema assalariado como relação de trabalho predominante (p. 151).

O Norte do Paraná, inicialmente tomado pela produção de café, foi tomado pela soja, gado e posteriormente (e atualmente) pela cana-de-açúcar. A produção de soja se concentrou predominantemente sobre solos argilosos, todavia, houve quem arriscasse produzi-la também em solo arenoso, principalmente nos períodos de maior valorização do mercado. O gado se concentrou predominantemente nas áreas de solo arenoso, e hoje disputa espaço com o avanço da produção de cana-de-açúcar.

Em relação à nossa área de estudos a criação de gado e a produção de cana-de-açúcar é o que mais nos interessa, visto que se concentram no Noroeste paranaense, junto aos assentamentos rurais de nosso interesse.

Os movimentos de luta pela terra agem contra propriedades improdutivas, objetivando transformá-las em assentamentos. Essa informação nos leva a pensar, então, no motivo da concentração de assentamentos na área de estudos, e em sua relação com a atividade econômica da pecuária.

Na área de solo argiloso a improdutividade é mínima, visto que o solo é de boa qualidade. Já em solos arenosos muitos proprietários preferem deixar o solo parado, do que investir para produzir; não se desfazem da posse por dar-lhe outros benefícios e facilidades no que tange a créditos e financiamentos diversos.

Na área de solo arenoso (noroeste) a improdutividade é mais acentuada, bem como a presença de assentamentos rurais. Para cada solo, de acordo com seu potencial, existe um patamar mínimo de produção, abaixo do qual a área é considerada improdutiva, e poderá ser destinada à Reforma Agrária. No Noroeste paranaense a pecuária serve muitas vezes para “proteger” as terras da Reforma Agrária. Com solos de baixa fertilidade uma pequena quantidade de animais pode caracterizar um “rebanho”, satisfazendo o critério produtividade. É por isso que ainda há grandes propriedades improdutivas (mas legalmente produtivas), apesar da ação dos movimentos de sem terras. Sobre isso Gómez (2002, p. 35) diz que

A região Noroeste do Paraná, em um período de menos de 70 anos, passou de frente pioneira, caracterizada pela pequena propriedade, a área dedicada a latifúndios improdutivos destinados a reserva de valor, criados em troca de favores políticos ou privilégios econômicos e destinados a pastagens de baixa produtividade em virtude de um parco investimento.

Os 33 assentamentos existentes nessa região são resultado da luta contra a estrutura acima descrita.

2.5 Assentamentos rurais do Noroeste do Paraná

A mesorregião Noroeste do Paraná possui atualmente 33 assentamentos rurais, distribuídos por 13 municípios. Constituem o Noroeste paranaense as microrregiões de Paranavaí, Umuarama e Cianorte, sendo que a primeira concentra predominantemente os assentamentos rurais.

Quadro 1 - Municípios da Mesorregião Noroeste do Paraná

Alto Paraíso	Nova Aliança do Ivaí
Alto Paraná	Nova Londrina
Alto Piquiri	Nova Olímpia

Altônia	Paraíso do Norte
Amaporã	Paranacity
Brasilândia do Sul	Paranapoema
Cafezal do Sul	Paranavaí
Cianorte	Perobal
Cidade Gaúcha	Pérola
Cruzeiro do Oeste	Planaltina do Paraná
Cruzeiro do Sul	Porto Rico
Diamante do Norte	Querência do Norte
Douradina	Rondon
Esperança Nova	Santa Cruz de Monte Castelo
Francisco Alves	Santa Isabel do Ivaí
Guairaçá	Santa Mônica
Guaporema	Santo Antônio do Caiuá
Icaraíma	São Carlos do Ivaí
Inajá	São João do Caiuá
Indianópolis	São Jorge do Patrocínio
Iporã	São Manoel do Paraná
Itaúna do Sul	São Pedro do Paraná
Ivaté	São Tomé
Japurá	Tamboara
Jardim Olinda	Tapejara
Jussara	Tapira
Loanda	Terra Rica
Maria Helena	Tuneiras do Oeste
Marilena	Umuarama
Mariluz	Vila Alta
Mirador	Xambrê

Fonte: IBGE, 2008

O substrato rochoso da área em questão é a Formação Arenito Caiuá, que deu origem, por

sua vez, a um solo arenoso, de difícil manejo para a produção agrícola; mas com o clima (quente e úmido) e relevo pouco acidentado é possível produzir e superar as fragilidades do solo, que deve ser trabalhado com cuidados específicos. E assim, nos 33 assentamentos de Reforma Agrária vivem mais de 1700 famílias (INCRA, 2007).

Os assentamentos rurais são áreas destinadas à Reforma Agrária, caracterizando um espaço produtivo específico de fixação do homem do campo, produção de subsistência e também de mercado. Terras improdutivas ou com outra irregularidade podem ser desapropriadas e destinadas para instalação de assentamentos. Terras devolutas também podem ser utilizadas para o mesmo fim. É importante destacar que os proprietários não perdem a terra; eles recebem o valor de sua propriedade e das construções realizadas. E as propriedades adquiridas por assentados não podem ser vendidas. As áreas desapropriadas são destinadas a famílias que têm interesse em trabalhar no campo; as famílias assentadas podem ou não estar ligadas a um movimento de luta pela terra.

Apesar de não contemplar o processo de Reforma Agrária em sua integridade, os assentamentos rurais tem sido a mais significativa ação em prol da reforma, como já vimos; em virtude disso, procuramos valorizá-los e estudá-los buscando melhores resultados.

Existem basicamente dois tipos de assentamentos: os coletivos e os individuais. Nos coletivos a área de produção é comum, ou seja, os integrantes do assentamento utilizam a área de produção de modo coletivo; há uma área destinada a construção das casas, uma para cada família. Já nos assentamentos individuais cada família recebe um lote para morar e produzir; o tamanho dos lotes correspondem geralmente a um módulo rural.

No que se refere aos assentamentos do Noroeste do Paraná, encontramos uma organização baseada em três pólos: o pólo de Querência do Norte, o pólo de Terra Rica e o Pólo de Paranacity.

Querência do Norte é o município com maior número de assentamentos (nove ao todo), e ainda polariza os assentamentos do município de Santa Cruz de Monte Castelo (com

quatro assentamentos). O município foi a porta de entrada do MST na mesorregião Noroeste.

Ainda que nem todos os grupos de famílias que formavam parte daquele primeiro acampamento[na Fazenda Pontal do Tigre] na sua origem se vinculavam ao Movimento, o exemplo dos que vinham de outras regiões do estado e que já passaram por diversos acampamentos organizados pelo MST ou pelas organizações que em 1984 vão formá-lo, amalgamou em torno dos princípios do Movimento a organização e as reivindicações da maioria dos acampados. (GÓMEZ, 2002, p. 118).

O assentamento Pontal do Tigre é o que possui maior número de famílias (338), e foi a primeira ocupação no município. Cerca de 15 famílias mantiveram por um período o sistema coletivo de trabalho, através da extinta COPACO (Cooperativa de Produção Agropecuária Conquista). Atualmente o assentamento é de caráter somente individual.

O cooperativismo é um ponto marcante para o sucesso dos assentamentos rurais. Funciona, atualmente, no município de Querência do Norte a COANA (Cooperativa de Comércio e Reforma Agrária Avante Ltda.) localizada na cidade de Querência do Norte, que é responsável pela comercialização dos produtos dos assentamentos do pólo de Querência do Norte. Atualmente vem investindo na estruturação agroindustrial, beneficiando arroz, e produzindo derivados de leite.

Na produção dos assentamentos do Pólo de Querência do Norte se destacam produtos como arroz³⁸, leite e ainda a piscicultura. Este pólo concentra assentamentos de diferentes dimensões, e com famílias oriundas de diferentes lugares do Paraná. No quadro abaixo encontramos dados sobre todos os assentamentos do Noroeste do Paraná.

38 Querência do Norte é o maior produtor de arroz do Paraná.

Quadro 2 - Assentamentos Rurais no Noroeste do Paraná

Município	Assentamento	Ano de instalação	Área (em hectares)	Famílias	
				Capacidade	Assentadas
Amaporã	Antônio Conselheiro	1997	968	47	36
Amaporã	Companheira Roseli Nunes	2006	1123,2	90	58
Icaraíma	Ribeirinho	2000	522,41	21	21
Icaraíma	Zarantonello	2000	359,4	17	17
Jardim Olinda	Mãe de Deus	1998	1258,45	53	53
Marilena	Quatro Irmãos	1999	719,64	29	29
Marilena	Santo Angelo	1998	872,89	37	36
Marilena	Sebastião Camargo Filho	1998	937,45	41	40
Mariluz	Nossa Senhora Aparecida	2002	5578,3	235	235
Mirador	Monte Azul	1998	617,79	29	27
Nova Londrina	Brizanta	1998	685,19	29	27
Paranacity	Santa Maria	1992	256,52	23	23
Planaltina do Paraná	Sumatra	1999	780,54	45	29
Querência do Norte	Antônio Tavares Pereira	2001	1000,5	73	41
Querência do Norte	Che Guevara	1997	2453,2	70	70
Querência do Norte	Chico Mendes	1995	2296,5	81	80
Querência do Norte	Fazenda Santana	2000	560,71	21	21
Querência do Norte	Irmã Dorothy	2006	2165,91	125	70
Querência do Norte	Luiz Carlos Prestes	1999	1256	50	50
Querência do Norte	Margarida Alves (ou 17 de maio)	1997	556,6	20	20
Querência do Norte	Pontal do Tigre	1995	8096,1	359	338

Município	Assentamento	Ano de instalação	Área (em hectares)	Famílias	
				Capacidade	Assentadas
Querência do Norte	Zumbi dos Palmares (ou Unidos pela Terra)	1998	801,8	25	22
Santa Cruz de Monte Castelo	17 de abril	1998	2033,68	74	74
Santa Cruz de Monte Castelo	Oziel Alves Pereira	1997	498,5	15	13
Santa Cruz de Monte Castelo	Paraná	1998	834,9	28	28
Santa Cruz de Monte Castelo	Teixeirinha	2001	562,3	41	24
Santa Mônica	Ildo Luiz Perruzo	1999	1256	37	34
São João do Caiuá	Taperivá	1999	726	40	32
Terra Rica	Nossa Senhora da Penha	1998	916,1	36	36
Terra Rica	Santo Antônio das Águas do Corvo	1998	1326,16	52	52
Terra Rica	São Paulo	1999	394,46	17	17
Terra Rica	Sétimo Garibaldi	2001	851,84	63	38
Terra Rica	Vida Nova	1999	622,45	25	25

Fonte: INCRA, 2007.

Terra Rica é um pólo que possui 13 assentamentos em sete municípios, sendo estes Nova Londrina, Marilena, Mirador, Amaporã, Planaltina do Paraná, Santa Mônica.

As famílias que compõem esses assentamentos são oriundas do Sudoeste do Paraná, e também brasiguaios, ou seja, trabalhadores brasileiros que foram para o Paraguai a procura

de emprego, e não encontrando, retornaram ao Brasil; devido a proximidade da região de estudo (Noroeste paranaense) com a fronteira Brasil/Paraguai, é intensa a presença de brasiguaios na área. No assentamento Brizanta, em Nova Londrina, 100% das famílias são brasiguaias.

O pólo de Paranacity compreende três assentamentos localizados em três municípios: assentamento Santa Maria em Paranacity; assentamento Taperivá em São João do Caiuá; e assentamento Mãe de Deus em Jardim Olinda. Desses assentamentos destaca-se o Santa Maria, de caráter coletivo. Nesse assentamento foi criada uma cooperativa, chamada COPAVI (Cooperativa de Produção Agropecuária Vitória) da qual todos os assentados são cooperados. Através da cooperativa administram e coordenam a produção, que contempla tanto produtos para consumo interno como produtos para exportação (principalmente cachaça e açúcar mascavo). O Santa Maria é um dos assentamentos de maior destaque no Paraná, e até no Brasil.

2.6 Formação dos assentamentos rurais no tempo e no espaço

Na mesorregião Noroeste existem 33 assentamentos como foi mencionado. Não detalharemos a história de formação e as características de todos, mas dos que achamos mais relevantes, de acordo com os resultados obtidos.

2.6.1 Assentamento Santa Maria (Paranacity)

No município de Paranacity³⁹, na Pr-464, a 500 metros da zona urbana do referido município, sobre solo arenoso, se deu a formação do assentamento Santa Maria. O assentamento manteve o nome da fazenda que foi desapropriada. A pouca fertilidade do solo, e a pequena extensão da propriedade (cerca de 256 hectares) levou à formação de um assentamento coletivo. Se fosse feito um assentamento individual um número muito

³⁹ Paranacity possui atualmente cerca de 9500 habitantes.

reduzido de famílias seriam beneficiadas⁴⁰.

40 Em assentamentos coletivos a área de cultivo é trabalhada em conjunto, coletivamente; em assentamentos individuais tanto a área de moradia quanto a de cultivo pertencem a uma única família.

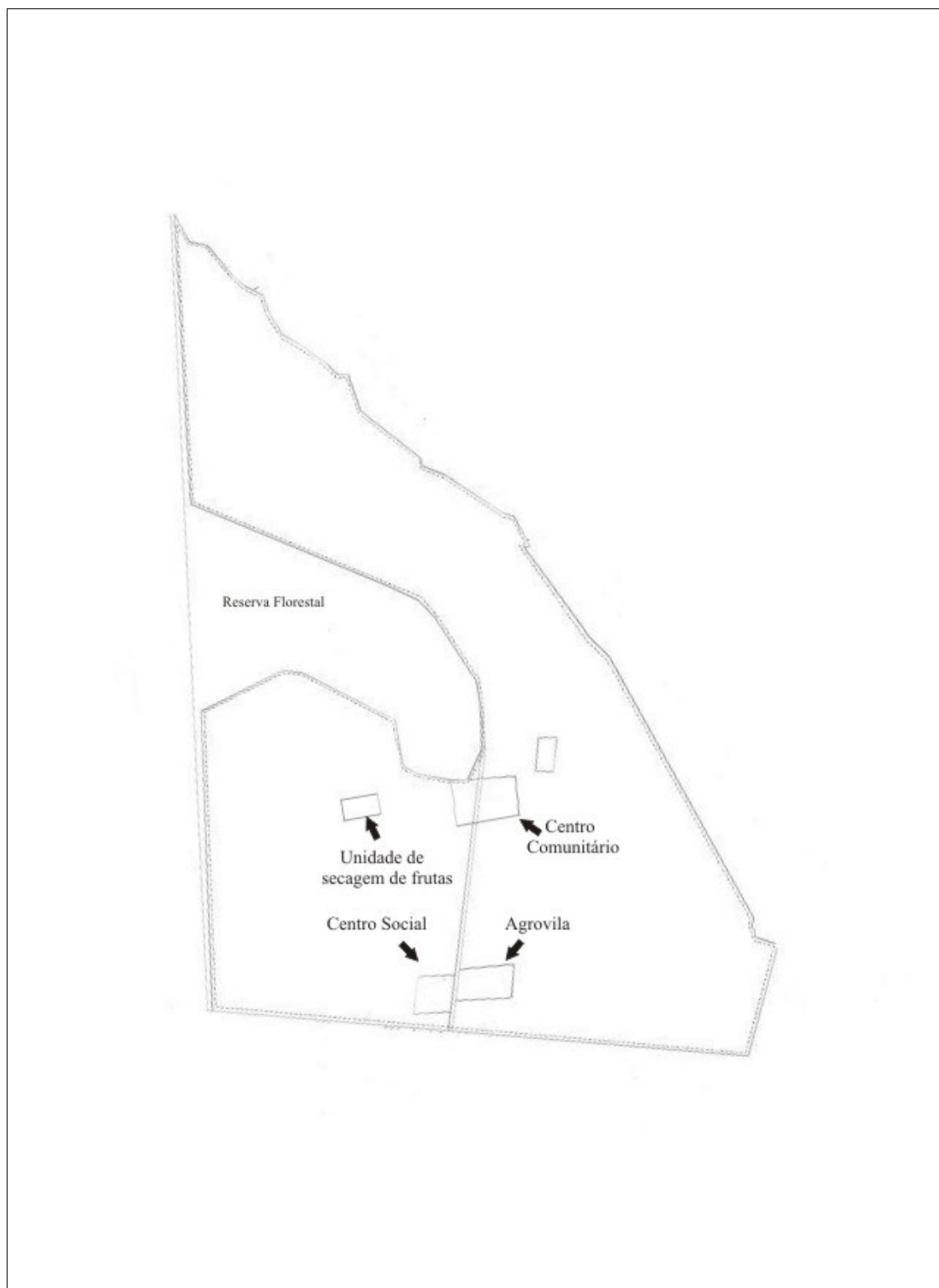


Figura 4 - Croqui do assentamento Santa Maria

Os integrantes do MST que foram assentados nessa localidade encontraram um solo muito empobrecido, já por sua fragilidade natural, e pela intensa produção de cana-de-açúcar que se fazia no local, quando da ocupação.

A propriedade Santa Maria foi desapropriada pelo INCRA em 1988. Passado algum tempo, vendo que a propriedade não estava sendo utilizada para fins de Reforma Agrária, o antigo dono, com a escritura já inválida, arrendou as terras para que a Usina Santa Teresinha produzisse cana-de-açúcar.

Posteriormente, o MST descobriu que aquela propriedade já havia sido desapropriada, e que o antigo dono se beneficiava de algo que já não era mais dele. Lideranças do assentamento Santa Maria contam que houve grande movimentação no município contra a ocupação da propriedade. O antigo dono se aliou a políticos contrários ao MST, e fizeram mobilização contra a ocupação; alegavam que o MST era um grupo de baderneiros, que estavam invadindo uma propriedade produtiva, afinal, todos podiam ver a cana-de-açúcar plantada na propriedade.

Mas como legalmente aquelas terras já estavam desapropriadas, o MST ocupou a fazenda Santa Maria. Quando da ocupação, ainda havia cana-de-açúcar plantada; chegando o período da colheita, os assentados colheram a cana-de-açúcar e a colocaram à beira da rodovia para que a Usina Santa Teresinha viesse buscar. Porém, toda cana apodreceu, sem que ninguém viesse recolhê-la.

O INCRA ainda demorou um ano para reconhecer o assentamento; o crédito concedido veio com atraso, fazendo do período inicial uma fase mais difícil do que já é normalmente.

A data de ocupação do assentamento é 19 de janeiro de 1993. Inicialmente vieram para o local 16 famílias integrantes do MST; hoje o assentamento é formado por 23 famílias, mas somente 12 destas estão desde o início.

Para conseguir o sustento das famílias no período inicial, precisavam trabalhar fora do

assentamento como bóia-fria, ajudante em construções etc., até em “bicos” na cidade, pois não era possível contar com a produção da terra conquistada, logo no começo; isto ainda foi mais dificultado pelo fato de haver cana-de-açúcar plantada na propriedade, como vimos.

Um outro problema enfrentado foi o preconceito da sociedade local para com os assentados. Sobre esse aspecto Francisco (um dos assentados que está no Santa Maria desde sua ocupação) nos relatou um fato interessante: o assentamento montou um time de futebol adulto, masculino, que participava de campeonatos municipais; eles chegaram até a ser campeões em um dos anos de competição. Essa integração fez com que a sociedade os conhecesse melhor, e o pensamento preconceituoso foi se extinguindo. Une-se ao desenvolvimento que o assentamento foi obtendo com o passar dos anos, fazendo com que fossem vistos com outros olhos, ao ponto de um dos assentados – Antônio Soares, conhecido como “Sacola” - ter sido eleito vereador na cidade de Paranacity por mais de uma vez, e figurando como Presidente da Câmara Municipal por dois mandatos consecutivos. Atualmente os assentados vêm enfrentando certa dificuldade no que se refere a relacionamento político. A atual administração municipal não apóia o assentamento e vem dificultando o repasse de verbas que passam pelo município para depois chegar na cooperativa.

No assentamento foi organizada uma cooperativa: a COPAVI (Cooperativa de Produção Agropecuária Vitória), fundada em 10 de julho de 1993, da qual todos os assentados são cooperados.

O INCRA determina as regras para os assentamentos, como a proibição de venda da terra, bem como de arrendamento. Já as normas da cooperativa (COPAVI) são determinadas pelos assentados, de forma a aproveitar melhor a propriedade, refletindo a ideologia do MST.



Figura 5 - Residência no assentamento Santa Maria

A vida coletiva nesse tipo de assentamento não é fácil; por mais que o MST como um todo apresente ideais de coletividade, de união, a sociedade atual alimenta um pensamento individualista. Por isso, de um modo geral no movimento as famílias preferem assentamentos individuais, apesar da coletividade permitir maior desenvolvimento produtivo, em menor tempo, com mais projetos. Com isso, há também associações em assentamentos individuais. As dificuldades da vida coletiva, e a preferência pelo individual podem ser notadas na própria história do assentamento, no qual não se encontram mais todas as famílias que o formaram inicialmente, sem contar as várias que já passaram pelo Santa Maria, e não ficaram, e ainda, um rapaz solteiro que foi expulso do assentamento por causar muitos problemas.

2.6.2 Assentamento Pontal do Tigre (Querência do Norte)

A Fazenda Pontal do Tigre foi um dos presentes do governador Lupion⁴¹, e se manteve improdutiva desde o início da colonização de Querência do Norte. Migrantes nordestinos, que vieram em busca de trabalho nas lavouras, ao não encontrar trabalho, tornaram-se posseiros, e passaram a produzir para sua sobrevivência. A Fazenda Pontal do Tigre, com

41 A política de doação de terras feita por Lupion foi descrita anteriormente.

mais de oito mil hectares de extensão, foi uma das áreas tomadas por posseiros, que foram despejados no início da década de 1970 pelo proprietário. Mas nem todos eram posseiros; alguns possuíam a Ordem de Procuração, que lhes garantia direitos sobre a terra, e pagavam impostos; esses documentos foram obtidos no governo de Munhoz da Rocha, e Lupion, posteriormente, doou essas áreas. A área manteve-se improdutiva por parte do beneficiário de Lupion.

Em 1986, a Fazenda Pontal do Tigre foi ocupada por integrantes do MST vindos de diferentes localidades paranaenses. A vasta área se encontrava improdutiva em sua maior parte, mas o proprietário arrendava um pequeno trecho para pequenos produtores, com intuito de alegar produtividade, pois a situação das terras já vinha sendo questionada. Os integrantes do MST tiveram de acampar inicialmente à beira da estrada pois parte da terra estava coberta pela produção dos arrendatários. Retirada a lavoura dos arrendatários, as famílias passaram a ocupar a área e plantar; logo em seguida, o “proprietário” da fazenda colocou 4500 cabeças de gado para tentar alegar produtividade. O gado destruiu a plantação das famílias, e passou a provocar uma série de problemas. Em algumas vezes, os acampados confessam ter utilizado desses animais para poder se alimentar. O empregado que cuidava do gado fez uma denúncia de que as famílias acampadas estariam vendendo o gado; as famílias negam, dizendo que realmente terceiros, sem qualquer relação com o acampamento, faziam isso. Perante essa situação, as famílias foram despejadas e alguns acampados foram presos.

Posteriormente as famílias puderam retornar, já que em 1988 a propriedade foi desapropriada, mas a legalização do assentamento veio somente em 1995 (INCRA, 2007). A fazenda foi dividida em grupos, de acordo com o local de origem das famílias; em vista da grandiosidade da propriedade, foi fácil realizar a divisão. Cada grupo, então, dividiu os lotes das famílias. Os grupos formados dentro do assentamento Pontal do Tigre são Grupo Reserva, Grupo Adecom, Grupo Amaporã, Grupo Capanema, Grupo Castro e Grupo União.

A ocupação do Pontal do Tigre foi pioneira, e serviu de aprendizado para ocupações

posteriores. Foi marcada por violência e perseguição de militantes, constando prisões ilegítimas, e outros conflitos. Conflitos se arrastavam há décadas na área, e foram sanados somente com a legalização do assentamento. Os outros assentamentos criados em Querência do Norte e região foram legalizados mais rapidamente.



Figura 6 - Propriedade no assentamento Pontal do Tigre



Figura 7 - Propriedade no assentamento Pontal do Tigre



Figura 8 - Croqui do assentamento Pontal do Tigre

2.6.3 Assentamento Oziel Alves Pereira (Santa Cruz de Monte Castelo)

O assentamento Oziel Alves Pereira, localizado no município de Santa Cruz do Monte Castelo, Noroeste do Paraná, recebeu este nome em homenagem ao jovem militante do MST de 17 anos que foi assassinado no massacre de Eldorado dos Carajás, Estado do Pará.

O assassinato ocorreu no dia 17 de abril de 1996, em decorrência da violência praticada pela polícia militar. Um outro assentamento do município também homenageou o massacre recebendo o nome de 17 de Abril.

O assentamento possui atualmente 13 famílias, a maioria vinda de outras regiões do Paraná; cada uma é responsável por um lote de 29,9 ha, em sistema individual de produção. Alguns pretendiam a forma coletiva, porém, a maioria estava convicta de que a terra deveria ser de propriedade individual. Essas famílias ficaram quase três anos acampadas às margens da rodovia BR 376, sob barracos de lona plástica. A ocupação da área (Fazenda São Sebastião) ocorreu em agosto de 1997, sendo legalizado em dezembro do mesmo ano.

Na organização do assentamento, o MST destinou 72,6 ha para a construção do Centro de Formação e Pesquisa Ernesto Che Guevara (CEPAG), centro este muito reconhecido.

As habitações são de alvenaria e foram construídas a 40 metros de distância da estrada. Medem, em média, 36 m², sendo que algumas foram ampliadas com investimentos próprios das famílias. Além disso, cada assentado possui um pequeno galpão que funciona de depósito para uns e, para outros, transformou-se em moradia. Todas as casas do assentamento possuem água encanada, oriunda de poço artesiano, e energia elétrica. Não existe uma área comum para reuniões sociais ou de lazer. Quanto às atividades de produção comercial, estas se limitam ao cultivo da mandioca, do arroz, do feijão e do milho, cuja comercialização é feita, parte com a COANA e parte com terceiros. Quanto à produção de subsistência, todos os assentados criam porcos, galinhas; cultivam arroz, feijão e uma pequena horta.

Os assentados, de um modo geral, possuem baixo nível de escolaridade, e o planejamento de suas atividades é precário, ficando muitas vezes lacunas, com períodos de tempo improdutivo, ocioso.

As referências individuais de utilização da terra concorreram para que os trabalhadores não ousassem em suas metas para a exploração econômica dos seus lotes, o que fez com que o assentamento não apresentasse grandes avanços. Mas o vínculo com a COANA e a troca de

informações e experiências estão caminhando para mudar essa realidade.

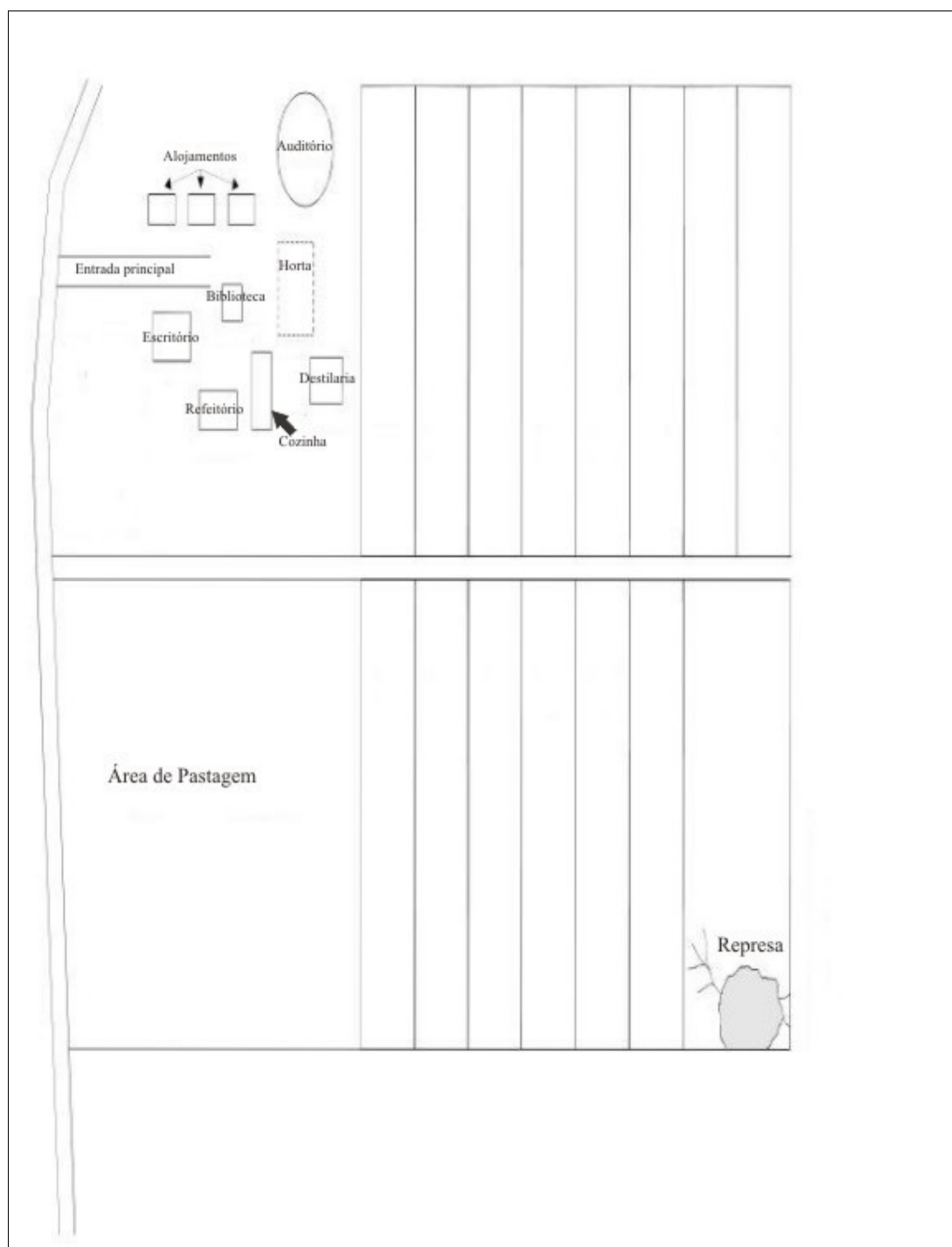


Figura 9 - Croqui do assentamento Oziel Alves Pereira

Procuramos apresentar assentamentos com diferentes perfis para demonstrar as disparidades possíveis, destacando os prováveis motivos para tal configuração.

Temos o assentamento Santa Maria, coletivo, exemplo de produtividade e organização; o Pontal do Tigre, individual, imenso, com forte vínculo com a cooperativa, e com resultados satisfatórios; e finalmente o Oziel Alves Pereira, individual, de menor porte, com dificuldades de desenvolvimento e infra-estrutura.

3 MST, campesinato e agricultura familiar

A sociedade é composta por diferentes grupos, com pensamentos e anseios também diversos. As classes menos favorecidas são aquelas com menos poder de decisão perante os rumos de uma nação. Elas passam a ter mais força quando se unem, e formam os movimentos sociais.

Os movimentos sociais são medidores de carências e injustiças em cada período histórico. Eles surgem, lutam, pressionam de acordo com as necessidades e vontades apresentadas⁴². A capacidade de ação vai depender de sua organização e conquista de poder. Os movimentos sociais “... são acima de tudo uma bússola para a ação social, impulsionando o campo social para formas superiores de organização e buscando a institucionalização jurídico-legal das conquistas” (SOARES DO BEM, 2000, p. 1138).

A seguir um breve histórico dos movimentos sociais no Brasil.

3.1 Movimentos sociais brasileiros

No século XVIII a mais notável movimentação brasileira foi a Inconfidência Mineira. Lutando contra o domínio dos portugueses, e por direitos a liberdade, envolveu um dos mais famosos nomes de nossa história: Tiradentes. O movimento foi abortado em 1789.

Nove anos depois explodiu a Inconfidência Baiana, também com ideais de luta pela liberdade. Os direitos almejados por esses movimentos só foram garantidos constitucionalmente em 1824, após a Independência.

A primeira metade do século XIX foi marcada por movimentos isolados, pouco organizados, de fácil dissolução, de caráter romantizado. Esses movimentos surgiram em nome da busca pela nacionalidade, mas a comunicação precária da época não permitiu que

⁴² É importante pensar tanto no termo necessidade, quanto em vontade, porque nem sempre as necessidades são reconhecidas por diferentes grupos. As questões trabalhistas podem parecer mera vontade dos trabalhadores quando analisadas pelos patrões, assim como o aumento dos salários de políticos, por exemplo, não é visto como necessidade por grande parte da população.

esses se unissem, se articulassem. Essas manifestações constituíram o embrião dos movimentos brasileiros, ainda desorganizados, com pouca fundamentação. Das manifestações desse período cita-se: revoltas escravas, a Revolução Pernambucana de 1817, as rebeliões contra as Juntas Constitucionais e Infantarias Lusas (Bahia, Pará, Piauí e Paraíba), a Confederação do Equador (Recife), a Balaiada (Maranhão), a Setembrada e a Novembrada (Pernambuco), a Cabanada (Pernambuco, Maranhão, Alagoas e Piauí), a Cabanagem (Pará), a Guerra dos Farrapos (Rio Grande do Sul), a Sabinada (Bahia), a Revolução Praieira (Pernambuco).

Os movimentos da segunda metade do século XIX se caracterizaram por maior organização e menos romantismo. A chegada de migrantes europeus está intimamente ligada ao maior cientificismo no pensamento dos movimentos, bem como em seu conteúdo. Saneamento e higiene foram as principais reivindicações do período. As idéias abolicionistas também estiveram fortemente presentes.

Nos primeiros vinte anos do século XX os movimentos sociais se intensificam no Brasil, e se concentraram na área urbana. O pensamento trazido pelos europeus levou a manifestações anarquistas e sindicalistas, com maior organização de grupos e classes. Destacaram-se no referido período os seguintes movimentos e conquistas: Revolta da Vacina (1904), greve geral de 1917, Revolução dos Tenentes (1922), criação do primeiro Código de Menores do Brasil, em 1927, as ações de padre Cícero em Juazeiro, o Movimento do Cangaço, o movimento estético em torno da Semana da Arte Moderna de 1922 e o surgimento de várias organizações de classe, além do Partido Comunista.

Na era Vargas (1930 a 1945) a censura reprimiu os movimentos. Direitos foram conquistados (1934) e perdidos (1937) no mesmo período.

O período de 1945 a 1964 foi muito importante para mostrar o poder dos movimentos sociais no Brasil. Passado um período de repressão, censura, os movimentos ressurgem com força total, reivindicando, lutando, muitos inspirados pelas idéias socialistas, famosas no período da Guerra Fria. A Constituição de 1946 foi caracterizada pela liberdade, incluindo direito a greve e a sindicalização. A questão agrária passa a ser representada de

modo jamais visto na história do Brasil, até então, com o surgimento das Ligas Camponesas em 1955, apoiadas e estruturadas pelo partido Comunista, com movimentações em vários estados. Surgiram também no período vários movimentos por reforma na educação, culminando na revolta estudantil em 1968, esta já no período militar.

Ainda nesse período é importante entender as ações do Estado, que estava preocupado com o desenvolvimento econômico do país, deixando de lado a organização e estruturação das cidades que cresciam rapidamente. Foi o clientelismo e a troca de favores a “política social” do período. Isso fez surgir mais movimentação e reivindicação. Ao mesmo tempo, a elite se dedicava a combater toda e qualquer tendência comunista, e apoiar o crescimento econômico promovido pelo Estado.

Com movimentos sociais cada vez mais organizados, o “perigo comunista” rondando, o movimento estudantil crescendo, e as elites temendo ter sua situação abalada, veio o golpe dos militares.

Em 1964, temendo que o comunismo se instalasse no Brasil, os militares assumem o poder através de um golpe de Estado, submetendo o país a um regime ditatorial, sob a égide do capitalismo. Os movimentos sociais foram desmantelados, perseguidos; atos institucionais foram promulgados dando mais e mais poderes aos militares, e acabando com os direitos dos cidadãos. Qualquer movimentação que fosse contra o governo era violentamente reprimida.

Para fugir da censura muitos movimentos passaram a se unir à Igreja, formando pastorais e comunidades. Isso permitiu que os reprimidos continuassem a se organizar. A crise de emprego e a inflação descontrolada passou a enfraquecer o governo militar, e acendendo a chama da indignação da população. Com isso, a partir da década de 70 os movimentos sociais crescem, e o poder autoritário dos militares entra em decadência; ocorrem greves, surgimento de movimentos de sem terra e de favelados, movimento feminista, Partido do Trabalhadores. Em 1984 o povo gritava pelas Diretas Já. Em 1985, após 21 anos de

militares no comando, um civil assume a presidência do Brasil⁴³, no entanto sem eleições diretas.

Com a democracia restituída, vários movimentos puderam se reorganizar (ou serem criados), e movimentações pela elaboração da nova Constituição foram fortes. Nunca os movimentos sociais tiveram tanto poder nas decisões políticas, e nunca foram tão diversificados. Passando a figurar até na elaboração de políticas públicas, representam o diálogo da sociedade com o Estado.

O amplo território da liberdade, da democracia e da sociedade como agente do querer histórico, vem se abrindo desde o fim da ditadura em consequência justamente da ação dos movimentos sociais e das organizações populares (MARTINS, 2000, p. 277).

Um dos mais notáveis movimentos sociais surgidos nesse período de transição foi o MST. Conhecido em todo território nacional, e até internacionalmente, o movimento vem lutando por Reforma Agrária e por melhores condições para os trabalhadores do campo. Mais detalhes sobre a criação desse movimentos serão apresentados posteriormente. Antes destacaremos dois conflitos ocorridos no estado do Paraná: A Guerra do Contestado e a Guerra de Porecatu.

3.1.1 Guerra do Contestado

A Guerra do Contestado, ocorrida entre os anos de 1912 e 1916, é considerada uns dos maiores massacres camponeses do mundo, e ocorreu pelo entrelaçamento de um conjunto de fatores. Dentre eles podemos citar:

- a disputa de limites entre os estado de Paraná e Santa Catarina;
- a construção da estrada de ferro São Paulo-Rio Grande, pela grande empresa norte-americana Brazil Railway;

43 É necessário destacar que apesar da pressão exercida, as eleições de 1985 não foram diretas, e que o civil que assumiu a presidência era grande parceiro dos militares. O poder dos militares e das elites não foi destituído completamente.

- instalação da segunda maior madeireira da América, a Southern Brazilian Lumber & Colonization Company Inc., de propriedade do mesmo grupo dono da Brazil Railway, em Três Barras/SC;
- movimento messiânico pró-monarquia;
- presença de posseiros que passaram a ser expulsos de suas terras após o intenso processo de regulamentação fundiário ocorrido com a instauração da república;
- concessão de exploração de madeira e erva-mate à Lumber, permitindo a primeira devastação industrialmente planejada da América Latina⁴⁴;
- aliança entre grandes proprietários e a madeira no avanço de seus domínios, expulsando os posseiros, e aumento a atividade de extrativismo.

A Guerra do Contestado não foi mais difundida, e não é tão reconhecida até hoje porque lá faltou um “Euclides da Cunha”⁴⁵. A Guerra do Contestado se desenvolveu na área contestada pelos dos estados (Santa Catarina e Paraná), envolvendo várias esferas sociais.

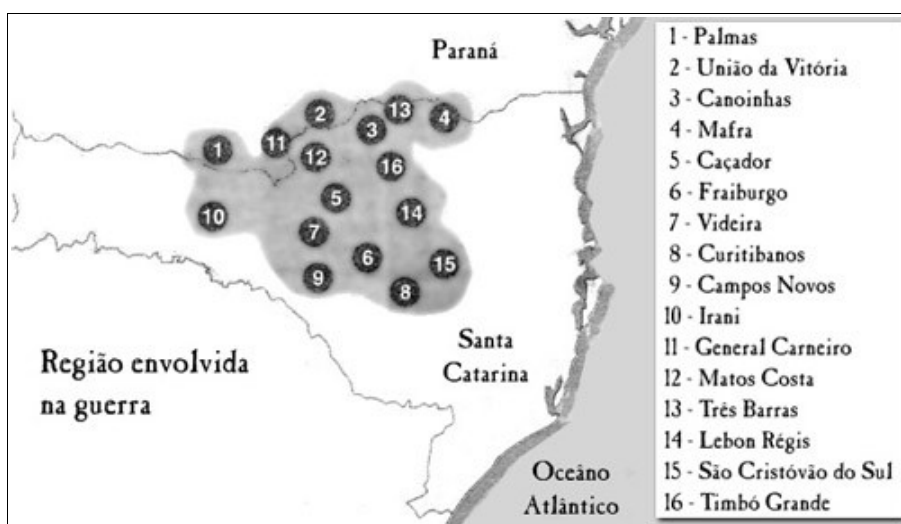


Figura 10 - Localização da Guerra do Contestado

44 Foram derrubados mais de dois milhões de pinheiros e outras madeiras nobres.

45 Euclides da Cunha era jornalista e presenciou a Guerra de Canudos, na Bahia. Depois escreveu o romance Os Sertões, que relata os fatos da Guerra. Até hoje, mesmo os paranaenses conhecem mais da Guerra de Canudos do que da do Contestado.

A atuação massiva das forças militares (cerca de dois terços do exército nacional do período foram deslocados para o local), com uso de armas de fogo, e até de aviões, tornou o conflito um dos mais sangrentos da história brasileira. Estima-se que cerca de 20 mil pessoas podem ter morrido nesse conflito, apesar dos dados oficiais apresentarem um número bem menor. O exército lutou contra o “revoltosos”, os posseiros.

Apesar de todo aparato bélico do qual dispunha o exército, os posseiros resistiram e lutaram, apoiados pelo monge José Maria; o apoio era tanto espiritual, quanto estratégico, pois o monge era grande conhecedor de movimentações de guerra. Esse grupo lutava tanto por suas terras, quanto por uma monarquia, na qual criariam uma comunidade igualitária.

A empresa construtora/madeireira, além de construir a estrada de ferro, tinha o direito de explorar madeira e erva-mate em 15 quilômetros de cada lado da estrada. Ela também comprava madeira de grandes proprietários, e está o motivo de sua aliança.

Chamou-se Contestado a área de 40 mil quilômetros quadrados disputada por Santa Catarina e Paraná (conforme figura). Além de terras, havia em jogo grandes florestas de madeiras nobres e imensos ervais nativos, que produziam erva-mate. Santa Catarina já havia ganho três disputas judiciais no Supremo, sem nunca ver cumprida suas determinações.

A Lumber operou por 40 anos até que fosse literalmente abandonada pelos americanos e sua área incorporada ao Exército Brasileiro. Não deixou um único exemplar das magníficas espécies nativas encontradas nas áreas onde atuou. Como prova do seu poder, a Lumber, mesmo em terras contestadas por dois estados, estabelece Três Barras como município pertencente ao Paraná. A cidade torna-se catarinense com a assinatura do acordo de fronteiras em 1917, no final da guerra.

Além do exército nacional, a própria empresa construtora possuía um exército particular que expulsava os posseiros. Para derrotar os revoltosos do Contestado foram necessárias 13 expedições militares, durante quatro anos. Pela primeira vez foram empregados aviões com fins militares na América Latina e bombas de fragmentação contra combatentes. A

campanha foi encerrada oficialmente depois de um longo cerco aos revoltosos, cortando-lhes suprimentos e matando-os de fome. Depois de terminada a guerra, tropas continuaram perseguindo os vencidos no sertão matando e destruindo suas casas.

3.1.2 Guerra de Porecatu

No início da década de 1940, o então governador do Paraná, Manoel Ribas, mandou lotear 120 mil hectares de terras devolutas, pertencentes a Porecatu, com intuito de acelerar o desenvolvimento da região⁴⁶. Colocou anúncio em meios nacionais sobre a existência de terras gratuitas, de primeira qualidade, para quem derrubasse a mata, plantasse, produzisse, pagasse impostos e nelas vivesse, no mínimo, por seis anos; após o que, o outorgado receberia o título definitivo da propriedade. Diante do anúncio, tanto os grandes quanto os pequenos vieram para área em busca de terras.

No entanto, não haviam nessa área apenas terras devolutas, mas também propriedades particulares, devidamente escrituradas. Em meio à floresta virgem era praticamente impossível designar os limites entre essas propriedades.

Em governos posteriores, grandes extensões de terras foram doadas a “amigos” do governador, como já relatamos. Com isso, a questão fundiária local passou a gerar conflitos, pois o acordo de direito a propriedade aos que produzissem na terra foi desrespeitado, e as terras foram escrituradas em nome de outras pessoas (“amigos” do governador). E ainda, havia o impasse sobre as propriedades já escrituradas antes da ação de Ribas.

Assassinatos, brigas, disputas, conflitos tornaram-se constantes nessa área, e os pequenos eram os que saíam mais prejudicados. Este ambiente confuso foi propício para que o Partido Comunista ensaiasse táticas de guerrilhas rurais, o que mais tarde veio a configurar nas Ligas Camponesas.

⁴⁶ A área corresponde atualmente aos municípios de Centenário do Sul, Miraselva, Florestópolis, Jaguapitã, Guaraci e Porecatu.

O conflito teve fim em 1951, por intervenção do estado.

3.2 Criação do MST

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – o MST – tem sido um dos maiores e mais ativos movimentos sociais brasileiros da história. Foi criado em 1984, na cidade de Cascavel (PR), durante o I Encontro Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, realizado de 20 a 22 de janeiro, contando com a participação de 92 pessoas, de diversos estados brasileiros⁴⁷. Há autores que consideram o ano de 1979 e o estado do Rio Grande do Sul como ano e local de fundação do MST. É preciso deixar claro que em 1979, no município de Nonoai (RS), ocorreu a primeira ocupação de um movimento que veio dar origem ao movimento nacional do MST, em 1984⁴⁸.

No estado do Paraná, a gestação e nascimento do Movimento aconteceram de conjunção das lutas e conquistas dos movimentos isolados em diversas regiões do estado, a saber: o Movimento dos Agricultores Sem Terra do Oeste do Paraná (MASTRO); o Movimento dos Agricultores Sem Terra do Sudoeste do Paraná (MASTES); o Movimento dos Agricultores Sem Terra do Norte do Paraná (MASTEN); o Movimento dos Agricultores Sem Terra do Centro-Oeste do Paraná (MASTRECO); o Movimento dos Agricultores Sem Terra do Litoral do Paraná (MASTEL). O MST-PR nasceu da unificação dessas lutas e o 1º Congresso, realizado em Curitiba, foi o catalisador desse processo. A articulação política de apoio à luta pela terra era formada pela Comissão Pastoral da Terra com a participação de religiosos da igreja católica e luterana, por Sindicatos de Trabalhadores Rurais e pela Central Única de Trabalhadores (FERNANDES, 2000, p. 154).

Em 1985, na cidade de Curitiba, foi realizado o Primeiro Congresso Nacional, que contou com a presença de muitas instituições que apóiam a Reforma Agrária, além, claro, de muitos trabalhadores sem-terra.

47 Segundo Fernandes (2000), estavam presentes representantes do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Mato Grosso do Sul, Espírito Santo, Bahia, Pará, Goiás, Rondônia, Acre, e Roraima (na época território de) (conf. p. 79).

48 A formação do MST em caráter nacional se deu pela junção de outros movimentos, de outros estados também.

As instituições presentes no congresso fizeram uso da palavra para declararem seus apoios à luta pela reforma agrária. Dentre os discursos, o mais aclamado foi o do então presidente do Partido do Trabalhadores, Luís Inácio Lula da Silva, que assumiu o compromisso de lutar para acabar com os latifúndios, para construir uma política de apoio aos agricultores familiares, para acabar com a miséria do povo brasileiro (FERNANDES, 2000, p. 90).

3.3 O poder político do MST

Há autores diversos que vêem a mobilização social no Brasil como rótulo de passividade. Dizem que o Brasil não é um país historicamente marcado por revoluções e grandes movimentações. É claro que a ação dos movimentos sociais no Brasil não levaram a nenhuma grande revolução, como a Revolução Francesa, por exemplo; mas não podemos comparar a história brasileira, no que se refere a territorialização, formação e consciência nacional, formação ideológica, com a francesa. Nossos caminhos, formas e tempos são muito distintos. Sendo assim, não podemos desmerecer, ou inferiorizar a ação e o poder dos movimentos sociais brasileiros; o que vimos até aqui já nos mostra o quanto a luta social transformou a nossa história. Estamos um tanto quanto distantes, ainda, de sermos um povo politicamente consciente; o povo brasileiro diz não gostar de política – e isso é ruim. Mas diversos movimentos têm se mostrado politicamente conscientes, e capazes de exercer poder perante as relações da sociedade.

O MST é um dos maiores movimentos sociais da história do Brasil, estando presente em quase todos os estados da federação. Tem atraído militantes, conquistado a confiança e simpatia da população, e incomodado latifundiários.

Está vinculado a organizações internacionais que lutam por justiça no campo, e segurança alimentar; cita-se a Via Campesina, criada em 1992. Consiste em uma articulação que congrega diversas organizações camponesas da Ásia, África, América e Europa. Tem como objetivo a construção de um modelo de desenvolvimento da agricultura, que garanta a soberania alimentar como direito dos povos de definir sua própria política agrícola, bem como a preservação do meio ambiente, o desenvolvimento com socialização da terra e da renda. No Brasil estão vinculados à Via Campesina: o Movimento dos Trabalhadores

Rurais Sem Terra – MST; Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA; Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB, Comissão Pastoral da Terra – CPT e Associação Nacional das Mulheres Trabalhadoras Rurais – ANMTR.

A principal estratégia de luta do MST consiste nas ocupações, que a mídia prefere chamar de invasões (é mais agressivo e pejorativo). Algumas ocupações objetivam a desapropriação da área ocupada, no geral áreas improdutivas ou com outra irregularidade, para destinar a área para Reforma Agrária. Outras ocupações visam o assentamento das famílias envolvidas, em áreas de Reforma Agrária. É por isso que em alguns casos o movimento ocupa fazendas até produtivas, mas de algum político, ou pessoa notável, ou ainda prédios públicos, entre outros; nem sempre a área ocupada é objetivo de posse: pode servir apenas para chamar a atenção das autoridades competentes. Lembremos do período FHC, que se recusava a tomar atitudes perante a reforma agrária: o MST ameaçou ocupar a fazenda da família Cardoso, e após isso o presidente recebeu pessoalmente a liderança do movimento.

Além disso, são necessárias manifestações na área urbana, onde se encontra a maior parte da população brasileira, da qual o movimento precisa do apoio. Sobre esse aspecto é interessante ressaltar, retomando o já dito, que a população brasileira ainda não está politicamente alfabetizada. Sobre isso Martins (2000) diz o seguinte: “a população pode generosa e comovidamente apoiar muitas das justas manifestações do MST e na eleição seguinte votar em candidatos que representam justamente o latifúndio e a dominação oligárquica” (p. 276).

Mas é inegável o poder do MST e sua importância para os movimentos sociais brasileiros. Nunca um mesmo movimento atingiu tantos estados, e ficou tão conhecido. Nunca se fez tanto sobre Reforma Agrária no país, mesmo que estejamos ainda restritos à realização de assentamentos.

Uma das maiores demonstrações do poder do MST foi no período FHC. Um governo neoliberal, comprometido com as elites, que destratava descaradamente a questão agrária, terminou seu mandato com números vultuosos de assentamentos. É claro que não foi feito

nada perto do tamanho do problema, mas a verdade é que até então nada nem ninguém havia conseguido tanto.

Os ruralistas podem não querer admitir, mas o MST tem sim poder, e tem conquistado muito no que se refere a Reforma Agrária e crédito rural. E isso nos faz afirmar o poder do movimento, afinal, relacionando com o que dissemos no início, as atitudes que foram e que vem sendo tomadas em relação a Reforma Agrária não ocorreriam espontaneamente; é o poder do MST que tem forçado o poder público a agir.

Para compreender melhor o pensamento que opera no movimento, conheçamos o Programa de Reforma Agrária do MST:⁴⁹

1. Modificar a estrutura da propriedade da terra;
2. Subordinar a propriedade da terra à justiça social, às necessidades do povo e aos objetivos da sociedade;
3. Garantir que a produção da agropecuária esteja voltada para a segurança alimentar, a eliminação da fome e ao desenvolvimento econômico e social dos trabalhadores;
4. Apoiar a produção familiar e cooperativada com preços compensadores, crédito e seguro agrícola;
5. Levar a agroindústria e a industrialização ao interior do país, buscando o desenvolvimento harmônico das regiões e garantindo geração de empregos especialmente para a juventude;
6. Aplicar um programa especial de desenvolvimento para região do semi-árido;
7. Desenvolver tecnologias adequadas à realidade, preservando e recuperando os recursos naturais, com um modelo de desenvolvimento agrícola auto-sustentável;
8. Buscar um desenvolvimento rural que garanta melhores condições de vida,

⁴⁹ Retirado de <http://www.mst.org.br/historico/programa.html>.

educação, cultura e lazer para todos.

A experiência em ocupações fez com que o MST, ao longo de sua caminhada fosse aperfeiçoando sua estratégia. Inicialmente muitas ocupações eram abortadas mesmo antes de ocorrerem, porque muitas vezes a polícia e os fazendeiros já sabiam qual local estavam planejando ocupar. Isso porque todos os participantes das reuniões sabiam qual era a propriedade almejada; poderiam haver espiões infiltrados nessas reuniões. O problema foi administrado da seguinte forma: os coordenadores da ocupação só ficam sabendo com exatidão qual propriedade irão ocupar horas antes do ato, e somente os coordenadores ficam com essa informação; os integrantes só ficam sabendo do local quando nele chegam.

A realização de ocupações também é motivo de problemas e divergências entre os integrantes do movimento; muitas famílias ficam indecisas na hora de enfrentar uma ocupação. Fernandes (2000) expõe depoimentos de integrantes do MST que se mostram insatisfeitos, pois algumas famílias só se instalam nos acampamentos depois de efetivada a ocupação; integrantes indignados dizem não ser “boi-de-piranha” (p. 284).

Desde o período de gestação do movimento houve o intuito de se negar a participar de projetos de colonização; as experiências durante o período militar mostraram que assentamentos em projetos de colonização só serviram para tentar calar as reivindicações, pois a infra-estrutura regional era insuficiente, e muitos assentados tiveram que abandonar suas terras⁵⁰. E porque haveriam de ser instalados em áreas de colonização, se existem tantos latifúndios pelo Brasil?

3.4 Perseguição ao movimento: provas do poder exercido

Com o fim da ditadura militar (1984), o país vive um momento de expectativa quanto a

⁵⁰ A região amazônica era conhecida na época por “inferno verde”, devido as dificuldades enfrentadas por famílias lá assentadas.

democracia a ser instaurada. Mas a realidade campo, no período inicial da “Nova República”, não é nada democrática. A repressão sofrida pelo MST no início de sua caminhada, que coincide com a retomada da democracia, foi muito grande. Dados de Fernandes (2000) afirmam que de 1985 a 1990 foram assassinados 585 trabalhadores rurais, enquanto em toda ditadura foram assassinados 884 (p. 198).

E a repressão continuou: Fernando Collor de Melo utilizou de alguns mecanismos para tentar derrubar o movimento:

- subornar líderes do movimento, para desorganizar e destruir a imagem do movimento;
- incentivar a formação de movimentos menores, locais e regionais, para desarticular o MST;
- violência e repressão.

A era Fernando Henrique Cardoso contou também com o apoio da mídia para desmoralizar o movimento, utilizando também da violência, sendo que foi em seu período de governo que ocorreu o Massacre de Eldorado dos Carajás (PA), resultando na morte de 19 trabalhadores rurais, no dia do fato, e outros dois, anos depois, devido a problemas de saúde causados pelo ataque.

Em virtude da forte repressão que o movimento sofreu desde sua gênese, foi preciso muito planejamento quanto suas ações, muita organização e fortalecimento. O MST foi trilhando seu caminho, e criando suas estratégias de luta e consolidação. Estados e regiões nas quais o movimento se encontrava mais organizado, enviavam militantes para realização da formação do movimento em outros locais. Criaram “... as instâncias de representação [que] são fóruns de decisão: momentos de construção, reflexão e definição das linhas políticas do MST, que acontecem nos encontros estaduais e nacionais” (FERNANDES, 2000, p. 184). A organização do movimento se faz:

- nos Congressos Nacionais, que ocorrem de cinco em cinco anos;

- nos Encontros Nacionais, que ocorrem de dois em dois anos;
- com a coordenação nacional, formada por dois membros de cada estado, eleitos no encontro nacional; um membro do SCA⁵¹ de cada estado; dois membros de setores de atividades;
- com a direção nacional, formada por um número variável de membros, que são escolhidos pela coordenação nacional;
- nos Encontros Estaduais, que ocorrem anualmente;
- com as coordenações estaduais, formadas por membros eleitos nos encontros estaduais;
- com as direções estaduais, formadas por membros indicados pelas coordenações estaduais;
- com as coordenações regionais, formadas por membros eleitos nos encontros dos assentados;
- com as coordenações de assentamentos e acampamentos, formadas por membros eleitos pelos assentados e acampados (FERNANDES, 2000, p. 184-185).

Incomodando ou não, o MST tem poder, e interfere nos planos e decisões a serem tomados pelo poder público. Imaginem se houvessem outros movimentos de tal grandeza que lutassem pela reforma política, reforma legislativa. Barreiras existem, porque não são somente os movimentos sociais que detêm o poder. A organização, a busca de estratégias de luta, a formação de militantes são fundamentais para o sucesso de um movimento, para a conquista do poder.

Sem-terra hoje é uma identidade; é um termo, inclusive, presente no dicionário Luft, desde

51 Sistema Cooperativista dos Assentados.

1998, que define: “sem-terra: designação sócio-política de indivíduo do meio rural sem propriedade e sem trabalho” (p. 601).

Falando em identidade, uma grande discussão conceitual está presente nos trabalhos e eventos que discutem a questão agrária: o que é, realmente agricultura familiar? E campesinato? Ainda existem camponeses? É o que pretendemos discutir agora.

3.5 Agricultura familiar e campesinato: o grande dilema

Não há na atualidade um consenso sobre o que é agricultura familiar, ou melhor, que tipo de produtores estão inseridos na agricultura familiar, e também, sobre a existência ou não do camponês no campo brasileiro.

O uso da terminologia agricultura familiar foi consagrado com o PRONAF, como dito anteriormente.

Os critérios para classificação são diversos, mas podemos considerar basicamente duas linhas de pensamento: a) os que acreditam que o campesinato não existe perante uma produção integrada ao capitalismo, sendo que os camponeses tendem a se integrar à agricultura familiar; b) os que acreditam na permanência do campesinato, por ser esta uma categoria com certo conteúdo social que não pode ser aniquilado pelo capitalismo.

O primeiro grupo se preocupa em diferenciar a agricultor familiar do empresário agrícola, através de critérios como uso de força de trabalho, tamanho da propriedade utilizada etc. Não pensam na agricultura de subsistência, pois esta é vista como entrave para o desenvolvimento da propriedade perante o mercado. A propriedade familiar pode ser industrializada, desde que a mão-de-obra seja familiar em sua maioria; a moradia no campo também é uma condição para diferenciar a propriedade familiar da empresarial para alguns autores. No entanto, mesmo dentro da linha de pensamento que não considera o campesinato, existem divergências sobre os limites da agricultura familiar. O PRONAF está diretamente vinculado a tal confusão.

Mior (2007) define que a “agroindústria familiar rural é uma forma de organização onde a família rural produz, processa e/ou transforma parte de sua produção agrícola e/ou pecuária, visando, sobretudo, a produção de valor de troca que se realiza na comercialização” (p. 10). Assinala ainda outros aspectos como a

localização no meio rural, a utilização de máquinas e equipamentos em escalas menores, procedência própria da matéria-prima em sua maior parte, ou de vizinhos, processos artesanais próprios, assim como predominância da mão-de-obra familiar. Pode ainda vir a ser um empreendimento associativo, reunindo uma ou várias famílias aparentadas ou não. (p.10)

Os teóricos dessa linha de pensamento estão quase sempre vinculados à Economia e áreas afins. Cita-se Lênin (1985; 1980), Kautsky (1980), Lamarche (1998), Abramovay (2001), Veiga (2006).

Enquanto isso, o segundo grupo acredita na perpetuação do campesinato, pois este “se mantém no Brasil pela luta pela terra” e “no capitalismo, a sua destruição não se efetivou conforme prognosticado, porque sua recriação acontece na produção capitalista das relações não capitalistas de produção e por meio da luta pela terra e pela Reforma Agrária” (FERNANDES 2003, p. 23).

Dentre os teóricos dessa linha de pensamento cita-se Shanin (1983), Chayanov (1974), Ariovaldo Umbelino de Oliveira (2001), Bernardo Mançano Fernandes (2003). Esses autores vêem o MST como um grupo representante do campesinato.

A produção camponesa compreende a subsistência e a venda de excedentes, havendo também contato com o mercado. A família ganha seu sustento com o trabalho na terra, ainda que seus trabalhadores possam desenvolver atividades de outros setores não agrários como o artesanato e comercial. Não existe o trabalho assalariado. E a agricultura camponesa não deixa de ser uma agricultura familiar.

A partir da pesquisa temos um questionamento a levantar sobre a real representatividade do campesinato pelo MST, pois nos assentamentos individuais pesquisados muitas famílias

não operam a agricultura de subsistência, utilizando toda a área produtiva de seu lote para produto de comercialização, com visão empresarial, e não camponesa.

Não estamos aqui querendo defender o fim do campesinato, mas é preciso pensar numa transformação dessa categoria. Santos (2007) traz que a mudança da relação campo-cidade foi decisiva para a alteração da vida do trabalhador rural, trazendo uma nova posição e nova função para a produção rural.

4 A prática cooperativista nos assentamentos rurais

O cooperativismo tem se constituído como “pedra-chave” para o desenvolvimento dos assentamentos rurais. Sua ideologia social e comunitária vai de encontro com os objetivos dos estabelecimentos organizados pelo MST.

Passamos a estudar essa prática, tanto em sua história, quanto em sua atuação na Reforma Agrária.

4.1 Fundamentação ideológica do cooperativismo

De acordo com Serra (in VILLALOBOS, 2000) “o sistema cooperativista surgiu em função das idéias socializantes de Saint-Simon (...), Charles Fourier (...), Robert Owen (...), e outros filósofos do século XVIII e da primeira metade do século XIX” (p. 133); mas, somente em 1844 por primeira vez uma cooperativa conseguiu colocar a teoria em prática: os 28 tecelões de Rochdale, na Inglaterra. A organização se constituiu, inicialmente, como uma cooperativa de consumo, e posteriormente passou a operar no ramo da produção.

A iniciativa surgiu em um período difícil para os operários: as indústrias passavam por uma fase de modernização, o que reduziu os postos de trabalho, e desvalorizou ainda mais a mão-de-obra operária; sem considerar as péssimas e exaustivas condições de trabalho, com jornadas diárias de mais de 15 horas.

Os momentos de crise, de dificuldades diversas são mola propulsora para cooperação, e com isso, podem surgir organizações cooperativas, como no caso de Rochdale.

Baseada na experiência de Rochdale a Aliança Cooperativa Internacional, em seu Congresso em Londres em 1934, proclamou os princípios cooperativistas; ainda, dividiu estes princípios em obrigatórios (os quatro primeiros), e importantes (os outros três), mas não absolutamente indispensáveis:

1. Adesão voluntária: as cooperativas devem ser abertas a toda classe de pessoas, independentemente de raça, nacionalidade, religião, partido político, sexo etc. Também existe a liberdade de retirar-se a qualquer momento, se cumpridas as formalidades que estabelecem os estatutos;
2. Controle democrático: o voto em assembléias e demais decisões terão o mesmo valor por cooperado, cada um tendo direito a um voto. Sendo assim, a valorização não se dá pela quantidade de ações. Esse princípio é humanista: o cooperativismo considera o homem como valor substancial e o capital somente como instrumento de trabalho;
3. Distribuição dos excedentes sociais: é feita em proporção às operações realizadas pelo cooperado na cooperativa;
4. Limitação do juro do capital: o capital deve ser visto como simples instrumento de trabalho;
5. Neutralidade política e religiosa: relacionado com o princípio de livre adesão, o pensamento cooperativista não faz nenhuma discriminação;
6. Vendas à vista: medida adotada por razões de ordem econômica e moral;
7. Promover a educação: a formação intelectual dos cooperados é caminho para um bom desenvolvimento da cooperativa.⁵²

Serra (in VILLALOBOS, 2000). traz, então, a definição de cooperativa segundo a Aliança Cooperativa Nacional: “toda associação de pessoas que tenha por fim a melhoria econômica e social de seus membros, através da exploração de uma empresa sobre a base de ajuda mútua e que observe os princípios de Rochdale”, e ainda acrescenta que “como sistema universal, o cooperativismo prega o auxílio mútuo e a ação conjunta, objetivando conquistar para seus seguidores o bem-estar social” (p. 132). Araújo (1982) afirma, ainda,

⁵² Baseado em <http://www.ipgap.org.br/coop.asp> e http://www.sebrae.com.br/br/parasuaempresa/tiposdenegocios_833.asp.

que “teoricamente, toda cooperativa não visa lucro ...” (p. 142).

O cooperativismo pode ser praticado em diversas áreas, seja em meio urbano ou rural, seja na produção, no comércio etc. Mas é preciso compreender que, mesmo com princípios internacionais estabelecidos, não há um modelo universal de cooperativa estabelecido (SERRA in VILLALOBOS, 2000, p. 136), pois “o sistema cooperativo não segue uma filosofia rígida predeterminada dogmaticamente”(ARAÚJO, 1982, p. 88).

Uma forma interessante de cooperativismo é o kibutz⁵³ israelita; com ideais de propriedade coletiva comunitária, os kibutzim (este é o plural) desempenharam um papel muito importante na criação de Israel. Tiveram seu crescimento e desenvolvimento nas proximidades de 1920, atingindo grandes dimensões após a II Guerra Mundial. O ideal de propriedade coletiva é um ponto notável dos kibutzim; o cooperativismo nos Estados Unidos e na Europa não seguem essa idéia; o cooperativismo no Brasil segue a tendência européia e norte-americana.

O discurso cooperativista traz grandes expectativas sociais. Mas segundo Araújo (1982)

a cooperação ao nível idealista , [...], situa-se mais no plano discursivo, dando ênfase à causa comum, propondo-se, inclusive, a atingir esferas universais. Enquanto a cooperação no sentido objetivo destaca do último o capital que se multiplica, com o patrimônio institucional que cresce (p. 92).

Dessa maneira, não é viável conter-se simplesmente ao aspecto social; é preciso analisar a cooperação em seu aspecto econômico e político também.

Sobre esse aspecto Serra (in VILLALOBOS, 2000, p. 129) diz que as cooperativas rurais são um importante instrumento de penetração e consolidação do capitalismo no campo, a ponto de muitas se tornarem grandes empresas. Araújo (1982) acrescenta que a cooperação é então uma forma peculiar do capitalismo (p. 89). Portanto, muitas cooperativas, ao se desenvolverem, passam a se portar como verdadeiras empresas capitalistas, mantendo

53 A palavra kibutz significa “reunião”, “juntos”.

somente no papel os princípios acima citados. A obra de Araújo “Eles: a cooperativa: um estudo sobre a ideologia da participação” vem justamente mostrar a história de uma cooperativa, que após seu desenvolvimento, “eles” (os técnicos, os diretores) passaram a ser a cooperativa, deixando os demais cooperados sem voz e nem vez. Nesse trabalho a autora cita que “... a instituição cooperativa reproduz com igual intensidade a estrutura de classes da sociedade onde se insere” (p. 169); com isso a cooperativa tende a ser uma “forma de atrelar o produtor rural a própria lógica de acumulação ampliada do capital” (p. 174).

Nesses moldes não é possível pensar hoje em cooperativas tomando como exemplo os tecelões de Rochdale, ou os kibutzim israelitas. De modo geral, a cooperativa se desenvolve, apresentando praticamente todas as características da grande empresa agro-produtora capitalista⁵⁴.

4.2 Modalidades do cooperativismo

A Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB, determina a seguinte classificação para as cooperativas brasileiras:

1. Agropecuária: cooperativas de produtores rurais ou agropastoris e de pesca, nas quais os sócios possuam os meios de produção. Produz, industrializa e comercializa;
2. Consumo: cooperativas dedicadas à compra em comum de artigos de consumo para os cooperados;
3. Crédito: cooperativas destinadas a promover a poupança e financiar necessidades ou empreendimentos de seus cooperados;
4. Educacional: cooperativas de professores e alunos de escolas agrícolas; de pais de

⁵⁴ Mais adiante discutiremos o papel das cooperativas no desenvolvimento da produção capitalista no campo brasileiro.

alunos e cooperativas de atividades afins;

5. Especial: cooperativas constituídas por pessoas que precisam ser tuteladas. Incluem as seguintes pessoas: deficientes físicos, sensoriais, psicomentais, dependentes químicos, pessoas egressas de prisões, os condenados a penas alternativas e os adolescentes em idade adequada ao trabalho e situação familiar difícil do ponto de vista econômico, social ou afetivo;
6. Habitacional: cooperativas destinadas a construção, manutenção e administração de conjuntos habitacionais para seu quadro social;
7. Infra-estrutura: cooperativas que atendem o próprio quadro social com serviços de infra-estrutura; estão incluídas as cooperativas de limpeza pública, de segurança etc;
8. Mineral: cooperativas com a finalidade de pesquisar, extrair, lavrar, industrializar, comercializar, importar e exportar produtos minerais;
9. Produção: cooperativas dedicadas a produção de um ou mais tipos de bens ou mercadorias, sendo os meios de produção propriedade coletiva, através da pessoa jurídica e não sendo de propriedade individual do cooperado;
10. Saúde: cooperativas que se dedicam a preservação e recuperação da saúde humana, integrada por médicos, dentistas, psicólogos e profissionais de outras atividades afins;
11. Trabalho: cooperativas de trabalhadores de qualquer categoria profissional para prestar serviços como autônomos, organizados num empreendimento próprio. Abrange todas as categorias profissionais, exceto as de Saúde e de Turismo e Lazer;
12. Turismo e Lazer: cooperativas que visam organizar as comunidades para disponibilizarem seu potencial turístico, hospedando os turistas e prestando-lhe toda ordem de serviços, organizando-os para usufruírem desse novo paradigma de

turismo, mais barato, educativo e prazeroso;

13. Outro: cooperativas que não se enquadraram nas acima definidas.

4.3 Cooperativas e modernização na agricultura: as duas faces da moeda

O termo cooperação remete às ações sociais articuladas, com a finalidade de solucionar problemas de um grupo. A cooperação pode acontecer por via institucional (através de uma cooperativa) ou não.

A cooperativa, por sua vez, é antes de mais nada uma instituição; instituição esta regida por princípios de igualdade de gestão, igualdade econômica. Ela pode adquirir um caráter mais econômico do que social, e nem sempre estar vinculada à idéia de cooperação, exposta há pouco.

No Brasil, não é de hoje que o cooperativismo rural tem sido visto como mecanismo de modernização da agricultura, estratégia de crescimento econômico ou instrumento de mudança social. O setor se apresenta com uma dupla face - popular e institucional -, colocando em questão o seu caráter de contestação ou de controle social.

Ao analisar as cooperativas brasileiras, é necessário considerar o contexto sócio-histórico em que elas aparecem, para compreender o que se foi alcançado a partir do reconhecimento dos interesses das classes e atores sociais envolvidos e da dinâmica que caracteriza as relações sociais de produção no interior do movimento concreto da acumulação do capital. É possível notar que apesar dos incentivos estatais, o cooperativismo rural brasileiro desenvolveu-se de modo seletivo em determinadas regiões e setores agropecuários. O surgimento do cooperativismo se deu junto a uma política de modernização conservadora e excludente, e não é estranho, então, que as cooperativas seguissem a mesma linha (lembrar do período militar, já discutido neste).

Aplicando-se o cooperativismo sobre uma base produtiva desigual, há uma tendência de aprofundamento das desigualdades existentes. O cooperativismo individualista inserido no contexto de uma formação social que tem no capitalismo o seu modo de produção dominante, não é capaz de atuar no sentido de reverter a dinâmica da expansão do capital e das forças sociais que sustentam este processo.

Em suma, o cooperativismo, aliado ao grande capital, e de origem internacional, serviu para desenvolver a grande produção capitalista no Brasil.

No entanto, o cooperativismo pode assumir outra fisionomia. Não podemos deixar de considerar que o sistema foi tanto um instrumento de organização econômica da agricultura de exportação desenvolvida por latifundiários capitalizados (como já dissemos), quanto foi utilizado para promoção sócio-econômica dos pequenos produtores rurais e artesãos ao tentar solucionar os seus problemas de comercialização. Esta dupla diferenciação faz do cooperativismo tanto uma ideologia conservadora quanto transformadora das relações sociais, pois, tendo o seu surgimento e o seu desenvolvimento historicamente situados, as cooperativas tanto podem ser condicionadas pelos interesses das classes dominantes quanto podem favorecer os interesses das classes dominadas.

A ideologia cooperativista revestida de apelo igualitário e humanista, é meio de amenizar e/ou solucionar os graves problemas econômicos e sociais num momento histórico marcado pela presença de grandes corporações, pois trabalha com a idéia de que basta os pequenos se unirem para terem força.

As experiências de cooperativismo desenvolvidas pelo MST através da CONCRAB – Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil têm sido apontadas como pioneiras no Brasil pelo ineditismo na introdução do debate, na formulação de diretrizes e na implementação de práticas de cooperativismo popular. Há uma diversidade de tipos de cooperativas vinculadas ao MST (produção, consumo, comercialização etc.), e dentre as cooperativas existentes na área de estudo (Noroeste do Paraná), destacaremos a atuação de duas: a COPAVI – Cooperativa de Produção Agropecuária Vitória, e a COANA - Cooperativa de Comercialização e Reforma Agrária Avante.

As cooperativas vinculadas aos assentamentos de Reforma Agrária também servem como órgãos de destino de financiamentos, devido exigências burocráticas, além de viabilizar maior produção, beneficiando os assentados/cooperados.

4.4 Cooperativismo e MST

Segundo Fernandes (2000), o MST não quer reproduzir meramente o cooperativismo tradicional; quer construí-lo para abranger as concepções do movimento (p. 228); e é por isso que o cooperativismo no movimento assume características diferentes. O autor propõe uma comparação entre as cooperativas do MST e cooperativas comuns, ou tradicionais:

Quadro 3 - Resumo das diferenças entre cooperativa tradicional e dos assentados

Características	Cooperativa tradicional	Cooperativa dos assentados
Sócios	Empresários rurais Pequenos produtores	Pequenos produtores (assentados ou não) e suas famílias
Classe	Capitalistas junto com trabalhadores	Somente trabalhadores
Quem trabalha	Assalariados permanentes e temporários Pequenos produtores	Os próprios sócios. Assalariados temporários, somente quando falta mão-de-obra
Ramo de atividades	Comercialização Agroindústria	Produção agropecuária Comercialização Agroindústria
Poder de gestão	A minoria que detém o maior capital controla a diretoria e toma as decisões	A maioria decide sobre tudo o que acontece na cooperativa
Forma de participação dos sócios	Assembléias anuais	Assembléias mensais Conselho Diretor Conselho de representantes dos setores

Características	Cooperativa tradicional	Cooperativa dos assentados
Distribuição das sobras	Os associados não têm como controlar. Acontece através de prestação de serviços aos associados e através dos fundos previstos por lei	A decisão é do coletivo. Geralmente acontece em função da quantidade e qualidade do trabalho realizado e em função da liberação de militantes para o MST. Acontece através de serviços, valores em dinheiro e espécie e por meio dos fundos previstos por lei
Planejamento das atividades	De cima para baixo. Os burocratas e a diretoria fazem	De baixo para cima. Cada setor faz seu plano de trabalho que deverá ser aprovado em assembléia
Inovação tecnológica e geração de empregos	Por utilizar assalariados, ao adotar novas tecnologias tende a agir como empresa privada, demitindo alguns empregados	Por não poder despedir sócios e nem ter mão-de-obra ociosa, ao introduzir novas tecnologias busca diversificar a produção para manter o pleno emprego
Resultado social	Mantém a tendência de concentração de renda e de propriedade, estimulando a expulsão de trabalhadores no campo	Possibilita o desenvolvimento rural, baseado na melhoria de vida dos trabalhadores e suas famílias

Fonte: FERNANDES, 2000, p. 230.

A organização das atividades econômicas e sociais do movimento estão voltadas a construção de um modelo de gestão democrático e participativo, havendo a necessidade disciplinar de seus participantes para que os objetivos sejam alcançados. A preocupação maior não são as sobras líquidas, e sim o desenvolvimento do homem através do trabalho, resgatando dignidade e cidadania, libertando o trabalhador rural de relações de trabalho injustas. Visam melhorar e aumentar a produção, e em conseqüência, a qualidade de vida dos assentados.

A valorização da natureza é outro aspecto importante das cooperativas do MST; a produção agrícola sem elementos químicos é uma das propostas do MST, dando ênfase à produção de alimentos orgânicos; e ainda, a preservação do solo, de mananciais, de remanescentes florestais, respeitando as leis ambientais.

Para manter tal organização as cooperativas de produção agrícola do MST possuem Estatuto Social, Regimento Interno, Assembléia Geral, Conselho de Administração ou Conselho Deliberativo ou Coordenação, Conselho Diretor ou Diretoria Executiva, Conselho Fiscal, Setores de Trabalho e Núcleos.

É preciso deixar claro que os bons resultados alcançados por cooperativas de produção agrícola em assentamentos são frutos de muitas experiências, inicialmente até com resultados negativos. Fernandes (2000) relata que os assentamentos que inauguraram o MST enfrentaram muitos problemas quanto as experiências com cooperativas: falta de estrutura, entre outros fatores, que ajudaram nas lições a serem passadas posteriormente; e não haviam outras instituições preocupadas em ajudar no desenvolvimento dessas cooperativas (p. 181).

Para auxiliar no desenvolvimento e organização das cooperativas em assentamentos em 1988 foi criado o Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA), com três níveis: a) escala local ou microrregional com Cooperativas de Produção e Comercialização; b) escala estadual, com centrais de cooperativas; c) e escala nacional com criação da CONCRAB – Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária no Brasil, em 1992. O SCA apresenta os seguintes grupos de cooperativas: a) Cooperativa de Produção Agropecuária (CPA); b) Cooperativa de Prestação de Serviços (CPS); c) Cooperativa de Prestação de Serviços Regionais (CPSR); d) Cooperativa de Produção e de Prestação de Serviços (CPPS); e) Cooperativa de Crédito (FERNANDES, 2000, p. 232).

Obedecendo ao princípio de livre adesão, que estipula que a cooperativa deve estar aberta a qualquer pessoa, é permitido que outros produtores também sejam membros de cooperativas instaladas em assentamentos (FERNANDES, 2000, p. 233).

O MST, pelo que foi visto, busca uma prática cooperativista com ênfase no desenvolvimento humano e social, valorizando o trabalhador e não o capital.

4.4.1 COPAVI: Cooperativa de Produção Agropecuária Vitória

A COPAVI é uma cooperativa de produção organizada no assentamento Santa Maria, em Paranacity. Foi fundada em 1993, e hoje é exemplo de sucesso nesse ramo de cooperativismo.

Na atualidade, como já discutido, as cooperativas apresentam-se cada vez mais atreladas ao capital, ficando em segundo plano os aspectos sociais e humanos. No entanto, as cooperativas ligadas ao MST, como também já vimos, procuram valorizar o social, colocando em primeiro lugar as necessidades humanas. Estando ligado ao MST, o assentamento Santa Maria desenvolve atividades em sua cooperativa que buscam a qualidade de vida e satisfação dos seus cooperados/assentados.

Cada assentado/cooperado possui sua função determinada, havendo para cada grupo de dez pessoas dois líderes (um homem e uma mulher) que são escolhidos pelos próprios integrantes, e têm mandatos curtos. Buscam uma certa especialização das pessoas em suas respectivas funções, proporcionando maior qualidade e produção; são feitos remanejamentos, caso não haja total adaptação a determinada função.

Um aspecto interessante na COPAVI é a igualdade nos ganhos. Não há remuneração diferenciada para trabalhos específicos; pode haver diferença de quantidade de horas trabalhadas, mas cada trabalhador vai receber o mesmo por hora trabalhada. “Eu trabalho na frente do computador e não ganho mais do que quem trabalha na roça”, explica Valmir Strozake, assentado/cooperado responsável pela contabilidade da COPAVI.

A distribuição das sobras (“lucro”⁵⁵) é feita da seguinte forma:

- há um coordenador para cada atividade que controla a quantidade de horas de trabalho, consumo, andamento;
- no final de cada mês divide-se o montante de sobras líquidas pelo total de horas trabalhadas, obtendo-se o valor da hora trabalhada para aquele mês;

55 Em cooperativas não se tem o termo “lucro”, e sim “sobras”.

- distribui-se o dinheiro de acordo com a quantidade de horas que cada integrante trabalhou;
- a remuneração por hora é a mesma para todas as atividades (como já foi visto);
- o horário oficial de trabalho é das 7 às 19 horas; quem trabalha fora desse horário ou nos domingos recebe 50% a mais por hora;
- 30% das sobras são destinados para investimentos na cooperativa;
- as crianças podem trabalhar fora do horário de aula, depois de terem terminado seus deveres, e em tarefas simples; elas recebem menos por hora que os adultos;
- mínimo de horas trabalhadas em um mês é 176; máximo não há;
- homens e mulheres recebem o mesmo por hora trabalhada;
- frequência é controlada, havendo punições para os descumprimentos.

Os integrantes do assentamento estão divididos nas seguintes atividades:

- cana-de-açúcar: produção de melado, rapadura, cachaça, açúcar mascavo; estes produtos podem ser consumidos pelos assentados, mas sua produção é voltada principalmente ao comércio;
- leite: produção de queijo, leite pasteurizado (saquinho), iogurte, doce de leite; estes produtos também são voltados principalmente para o comércio, estando disponível também para o consumo interno;
- hortaliças: voltado tanto para consumo interno como para o comércio;
- doces de frutas diversos: voltados para o comércio⁵⁶;

⁵⁶ Essa atividade foi citada por fazer parte da gama de produtos da cooperativa, mas atualmente encontra-se desativada. Um fungo atacou a produção de banana, principal fruta, e somente agrotóxicos poderiam detê-lo; para não ir contra ao princípio da produção orgânica, preferiram parar com a produção de doces.

- padaria: produtos de consumo interno e comércio;
- animais: porcos e galinhas para consumo interno;
- refeitório;⁵⁷
- comércio em feiras livres e carros ambulantes;
- administração;
- liberados: alguns assentados são liberados dos serviços internos para ajudar em novas conquistas do movimento.



Figura 11 - COPAVI. Produção de leite

Atualmente trabalham na cooperativa 46 assentados, e cerca de 10 pessoas são contratadas temporariamente.

O consumo interno é livre: cada família consome o que for necessário; é feito controle somente para levantamento, e é cobrado apenas o valor de industrialização dos produtos (se

⁵⁷ Em dias úteis o almoço é servido no refeitório, onde todos almoçam. As outras refeições são feitas em casa, assim como o almoço em fins de semana e feriados.

houver). Dessa maneira, não utilizam o montante que lhes cabem nas sobras para a compra de mantimentos, já que na cooperativa se tem praticamente tudo.

A comercialização dos produtos da cooperativa é feita principalmente em Paranacity e cidades próximas. Em Paranacity e Cruzeiro do Sul a venda é direta ao consumidor.

E o mercado da COPAVI está ficando cada vez mais amplo; a cooperativa exporta cachaça e açúcar mascavo para a Europa. Derivados da cana-de-açúcar são vendidos também para Curitiba, Maringá, estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul; muitas vezes precisam comprar matéria-prima, pois somente a produção interna não é suficiente para dar conta da demanda.

O cuidado com o meio ambiente é outro fator importante. Na propriedade, 20% da área é mantida para reserva florestal. E ainda não há utilização de agrotóxicos, adubo químico ou semelhantes na produção da COPAVI; só há utilização de adubos orgânicos.

Para a maturação de frutas utilizadas na fabricação dos diversos doces, a cooperativa utiliza de energia solar (energia que não polui); com essa instrumentalização a COPAVI foi premiada pela Associação dos Engenheiros Industriais da Catalunha. Atualmente a estrutura está desativada por não estarem mais produzindo doces⁵⁸.

4.4.2 COANA: Cooperativa de Comercialização e Reforma Agrária Avante

A COANA é localizada na área urbana do município de Querência do Norte, e foi fundada em 1995, inicialmente com 33 membros. Possui atualmente cooperados de 13 assentamentos de Querência do Norte e região, sendo estes: Pontal do Tigre, Che Guevara, Zumbi dos Palmares, Chico Mendes, Santana, Luís Carlos Prestes, Antônio Tavares, Margarida Alves, Paraná, Teixerinha, Oziel Alves Pereira, 17 de Abril, Irmã Dorothy. Não são todos os assentados que são cooperados da COANA. Assim, a cooperativa possui atualmente cerca de 600 cooperados membros dos assentamentos acima elencados, e cerca

⁵⁸ Lembramos que esta produção não se encontra em atividade pelo que já foi descrito.

de 10 cooperados que são pequenos produtores da região. Os assentados trabalham voluntariamente, e os técnicos recebem salário.



Figura 12 - Fundação da COANA. Sócios fundadores (1995)

Os principais produtos comercializados pela COANA são o arroz⁵⁹ e o leite. Cerca de 200 cooperados trabalham principalmente com o leite. Através da COANA também é realizada compra de insumos. Está se iniciando, em conjunto com a prefeitura, a produção de *ginseng*⁶⁰ e outras ervas medicinais.

Com o passar do tempo a COANA foi adquirindo novas funções perante a produção, pois foi se estruturando para industrializar os produtos. Atualmente possui derivados do leite e arroz no mercado com a marca Campo Vivo.

59 Lembramos que Querência do Norte é o maior produtor de arroz do Paraná, como dito anteriormente.

60 O *ginseng* é uma planta utilizada na medicina chinesa há milhares de anos para incrementar a longevidade e a qualidade de vida. A parte medicinal da planta é a sua raiz de crescimento lento, colhida após quatro a seis anos, quando seu teor global de ginsenosídeo - o ingrediente ativo principal do *ginseng* - atinge o máximo



Figura 13 - COANA. Arroz industrializado pelo cooperativa

Em 1998 foi implantado um posto de resfriamento para o leite. Em 2001 passaram a ser instalados tanques de imersão nas propriedades, dando melhor qualidade de armazenamento do produto.

Em 2002 se deu o início do trabalho de agroindustrialização do leite, com a produção de derivados. Até então o leite era vendido *in natura* para laticínios. Sobre este aspecto é importante destacar que como nem todos os assentados são cooperados da COANA, muitos ainda entregam leite *in natura*. Em visita aos assentamentos é comum cruzar com caminhões de empresas como a Frimesa, que passam recolhendo leite nas propriedades.

Com o processo de industrialização passaram a produzir queijo tipo mussarela e tipo provolone em uma unidade chamada Queijaria União. Ainda houve estruturação para que o leite fosse pasteurizado e embalado (saquinho). Passou a se criar então um pequeno laticínio. Em 2006 foi aprovado o projeto de um grande laticínio, com financiamento do BNDES, laticínio este recém inaugurado⁶¹. Pretende-se produzir no novo laticínio quatro tipos de queijo, leite pasteurizado (saquinho), iogurte, bebida láctea, manteiga, creme de leite, requeijão, doce de leite, todos com a marca Campo Vivo.



Figura 14 - COANA. Novo laticínio

Em motivo da atuação intensa no ramo de industrialização que o laticínio promoverá, a COANA está passando por alterações em seu contrato, para além de comercializar, agroindustrializar.

O arroz também é beneficiado pela cooperativa, mas ainda a produção é muito maior do que a capacidade de beneficiamento. Faz-se o armazenamento para beneficiar depois e/ou se vende o arroz *in natura*.

O atual presidente do COANA é Sr. Saturnino, assentado em Santa Cruz de Monte Castelo,

⁶¹ O laticínio foi inaugurado durante a fase final da pesquisa, mais precisamente em novembro de 2008. Nesse início de atividades está comercializando apenas em Querência do Norte, porque os caminhões apropriados para o transporte ainda não foram disponibilizados, mas devem estar em circulação em breve (informação obtida dia 10 de dezembro de 2008).

no assentamento 17 de Abril, e apresentou boas expectativas sobre o desenvolvimento da cooperativa.

4.4.3 COPACO: Cooperativa de Produção Agropecuária Conquista

A COPACO é um cooperativa já extinta, que foi formada por um grupo de assentados do Pontal do Tigre. Esse grupo teve a iniciativa de se relacionar de forma coletiva, assim como na COPAVI. Chegou a possuir 15 famílias que produziam de modo coletivo. Mas por falta de apoio técnico e dificuldades de comercialização dos produtos acabou se desfazendo⁶².

4.5 Considerações

O cooperativismo tem estado cada vez mais atrelado ao capital e às relações de mercado, servindo para intensificar as desigualdades sociais, ao invés de amenizá-las. As grandes “cooperativas” a são mais no papel do que na prática, e a igualdade está longe de ser o princípio de sua prática.

Mesmo assim o MST propõe um cooperativismo que prioriza as necessidades humanas e sociais. E além do auxílio humano, o cooperativismo no MST está intimamente relacionado com o sucesso de assentamentos, como foi possível observar em Paranacity e Querência do Norte.

⁶² Sobre dificuldade de comercialização é interessante ressaltar que a COPAVI se encontra à poucos metros da área urbana de Paranacity, com estrada toda asfaltada. Já o Pontal do Tigre, e portanto a extinta COPACO, só possui acesso por estradas sem asfalto, e está bem distante da área urbana. Em visita ao assentamento, não chegamos a conhecer o assentamento todo e percorremos mais de 30 km em estrada de chão.

5 Reforma Agrária e desenvolvimento local: o impacto dos assentamentos rurais em Querência do Norte

Passamos à análise dos impactos dos assentamentos rurais como meio de desenvolvimento local/regional. Antes, porém, uma discussão sobre o que é desenvolvimento local, e suas particularidades.

5.1 Desenvolvimento local

Os estudos sobre desenvolvimento local surgiram notadamente na década de 80 do século passado. Países menos desenvolvidos no sul da Europa passaram a adotar estratégias de cooperação regional e potencialização local, estimulando ações endógenas. Estratégias de cunho cooperativo tendem, realmente, a surgir em momentos de crise. Quando a continuidade da sobrevivência em determinado local é questionada, surge a necessidade de mudanças, elaboração de estratégias⁶³. Nesse aspecto ainda é importante ressaltar que não existe um único modelo de desenvolvimento local. É o que veremos a seguir.

5.1.1 O que é desenvolvimento?

O termo desenvolvimento é utilizado em discursos e justificativas das mais diversas ordens, principalmente políticas. No entanto, é um conceito transdisciplinar, sobre o qual giram discussões, e nem sempre há consenso. A economia trata de desenvolvimento praticamente como sinônimo de crescimento econômico, criação de mercados, competitividade; dados estatísticos são os parâmetros para análise de resultados. Mas o desenvolvimento não se resume (ou não deve se resumir) a crescimento financeiro; a qualidade de vida, a inclusão social, o respeito à cultura e identidades locais fazem parte do verdadeiro desenvolvimento. O conceito de desenvolvimento, e portanto de desenvolvimento local, deve ir muito além das habilidades da economia.

63 A implantação de assentamentos de Reforma Agrária pode ser considerada como uma dessas estratégias.

“Un desarrollo exitoso no es simplemente lo mismo que crecimiento económico, sino que debe existir un contexto adecuado de tipo social, económico, político, administrativo y cultural para lograr lo que se define como desarrollo” (SIEBER, 1999, p. 445)⁶⁴.

E ainda “el desarrollo no es algo adquirido, algo fijo. Todos los países, todas las sociedades y territorios están en vías de desarrollo. Sólo se puede hablar de él cuando hay acción, cuando las cosas se mueven” (ROSA, 1999, p. 37)⁶⁵

Em se tratando de desenvolvimento local, muitos são os termos que pertencem a um mesmo conjunto de idéias: “desarrollo rural integrado, Desarrollo Local, desarrollo endógeno, ecodesarrollo, nuevo desarrollo, desarrollo rural global, desarrollo comunitario, desarrollo armónico, self-reliance (autorrealización), desarrollo a escala humana” (VALCÁRCEL-RESALT, 1999, p. 62)⁶⁶. Coque Martínez (2003) ainda traz desenvolvimento “autocentrado, difuso, descentralizado, comarcal, regional...” (p. 265)

5.1.2 Dimensões da localidade

Delimitar o que é o local é uma tarefa complicada. Não há um tamanho, uma medida, um parâmetro exato para isso. A concepção do que é local vai além de medidas e valores. O local é definido por um conjunto de situações de caráter territorial, social, político, cultural e econômico.

O local é o ambiente do convívio social, onde o indivíduo e seu grupo se enquadram, onde as relações mais valiosas de caráter humano acontecem. É também o ambiente da ação e luta política, do trabalho. Podemos utilizar a terminologia sistema local, que irá determinar

64 “Um desenvolvimento exitoso não é simplesmente o mesmo que crescimento econômico, sendo que deve existir um contexto adequado de tipo social, econômico, político, administrativo e cultural alcançar o que se define como desenvolvimento.”

65 “O desenvolvimento não é algo adquirido, algo fixo. Todos os países, todas as sociedades e territórios estão em vias de desenvolvimento. Só se pode falar dele quando há ação, quando as coisas se movem.”

66 “Desenvolvimento rural integrado, Desenvolvimento Local, desenvolvimento endógeno, eco-desenvolvimento, novo desenvolvimento, desenvolvimento rural global, desenvolvimento comunitário, desenvolvimento harmônico, auto realização, desenvolvimento em escala humana.”

o conjunto de relações sociais e econômicas, interpretadas através do referencial territorial, uma unidade de vida social.⁶⁷

Não há espaço mais flexível e estável para planejar e concretizar o desenvolvimento. É no local que se desenvolvem as relações e conhecimentos necessários para o processo produtivo, que é capaz de modificar o território. O processo é diferente de local para local, criando a identidade de cada lugar. As estruturas de relações serão diferentes, e também serão diferentes as soluções de ação coletiva e civil, com organizações distintas.

O local é verdadeiramente um espaço privilegiado de interferências e de sínteses, onde se pode tratar o heterogêneo e o complexo.

5.1.3 Desenvolvimento local empresarial

Como vimos, apesar do termo desenvolvimento significar muito mais que crescimento econômico, a prática nem sempre nos leva a essa realidade.

Empresários, economistas, grandes produtores rurais e empreendedores em geral encontraram na escala local/regional um ambiente interessante para o desenvolvimento da competitividade e de mercado consumidor. Os objetivos não vão além de condições de mercado e sistemas produtivos, e cooperação entre as empresas. Essa concepção de desenvolvimento é pautada na adaptação do local para que as empresas se instalem.

Vázquez Barquero (2001) deixa bem clara a idéia de desenvolvimento local baseada no crescimento empresarial:

as formas [...] locais conferem uma configuração flexível aos mercados de trabalho, permitindo às firmas operarem com baixos custos de produção e, em particular, com salários relativamente reduzidos. A disponibilidade de uma oferta de mão-de-obra suficientemente qualificada para realizar as tarefas previstas, ajustável às necessidades das empresas, e o baixo nível de conflitos trabalhistas representam fatores que lhes asseguram vantagens comparativas (p. 43)

67 Foram encontradas várias referências que vão de encontro a esse pensamento.

O desenvolvimento empresarial objetiva, acima de tudo, na competitividade e nos resultados econômicos, apesar de apresentarem justificativa social em seus discursos: “o desenvolvimento endógeno propõe-se a atender às necessidades e demandas da população local através da participação ativa da comunidade envolvida” (VÁZQUEZ BARQUERO, 2001, p. 39). A empresa apenas “saboreia” o patrimônio e as relações já existentes no local, e direciona as riquezas produzidas para outros locais.

Quando o autor menciona a participação da comunidade envolvida o discurso soa como pensamento socializante. Todavia é necessário compreender quem são os atores, ou agentes do desenvolvimento local para esses estudiosos: “são precisamente as pequenas e médias empresas que, com sua flexibilidade e capacidade empresarial e organizacional, estão fadadas a ocupar um papel de protagonistas nos processos de desenvolvimento endógeno” (VÁZQUEZ BARQUERO, 2001, p. 39).

Com essa informação é nítido que, para esse pensamento, desenvolvimento endógeno é praticamente sinônimo de industrialização endógena. O desenvolvimento endógeno é mais flexível, e vem aparecendo na preferência dos modelos regionais, mesmo industriais. Esse modelo está menos sujeito às instabilidades do sistema.

A especialização produtiva está muito vinculada ao desenvolvimento local empresarial, que deixa a análise do lugar em segundo plano, fazendo com que, em muitos casos, as estruturas de desenvolvimento não se articulem com a realidade social local. Rodrigues (1997) aponta o turismo como maior vilão dessa categoria, pois não leva ao desenvolvimento integral, e intensifica a exclusão social. E outras iniciativas de especialização produtiva desvinculadas da realidade local existem: dentro da nossa expectativa de trabalho podemos citar grandes propriedades rurais que produzem para exportação. É a representação de iniciativas empresariais que se desenvolvem “no” local, ao invés de trazer desenvolvimento “ao” local.

5.1.4 Desenvolvimento local integral e socializante

Toda ação econômica, política e administrativa também se realiza dentro de um contexto social. Por isso é preciso levar consideração três dimensões nos processos de desenvolvimento endógeno: econômica, sociocultural e política. Somente assim o desenvolvimento local será integral e socializante; é necessário contemplar todo o sistema local, e não apenas um único setor.

Para Rodrigues (1997), desenvolvimento local se refere ao processo em que as localidades, munidas de seus recursos mais variados, criam oportunidades de promoção de bem-estar coletivo, implementando atividades que de alguma forma dinamizem a economia em pequena escala, gerando o desenvolvimento do lugar por meio de estratégias de baixo impacto sócio-ambiental. Esse conceito vai além da proposta empresarial, apresentada anteriormente.

O desenvolvimento local integral não pode de forma alguma criar situações nas quais a desigualdades sociais sejam fortalecidas. O desenvolvimento empresarial (mesmo sendo de caráter local) estimula a competitividade, que por sua vez é capaz de acentuar as desigualdades. O desenvolvimento integral é capaz de fortalecer a identidade local, valorizando a cultura e conhecimentos já existentes, levando a melhoria da qualidade de vida dos que vivem no local.

Para alcançar esse desenvolvimento integral é preciso levar em consideração os seguintes pontos:

mobilização da população local e a coesão social; a cultura e a identidade do território; as atividades e os empregos; a imagem do território; as migrações e a inserção social e profissional; o meio ambiente; a gestão dos espaços e dos recursos naturais; a evolução de tecnologias; a competitividade; e o acesso aos mercados (OLIVEIRA, 2003).

Completando o pensamento, Sforzi (1999) diz que:

no se trata simplemente de ver de forma diferente la escala de producción, sino de asociar al componente económico el componente social en la explicación de

las posibilidades que la empresa tiene de organizar el propio proceso productivo y de obtener beneficios (ahorro de coste) que no dependen exclusivamente de las relaciones de mercado (p. 20).⁶⁸

O processo de desenvolvimento local não deve se orientar apenas pela produção de mercadorias, mas também acerca da reprodução das condições materiais e humanas para a própria reprodução do espaço como organismo social (SFORZI, 1999, p. 27).

5.2 Desenvolvimento local em Querência do Norte

A implantação de assentamentos rurais promove impactos de cunho social, econômico e territorial no município sede, e até em municípios circunvizinhos (desenvolvimento local/regional). Os impactos são maiores, quanto maior for o número de famílias e de assentamentos envolvidos. Por esse motivo Querência do Norte foi escolhido dentre os municípios do Noroeste paranaense para um estudo sobre o impacto da instalação de assentamentos rurais. Ao analisarmos o Quadro 1, apresentado anteriormente, é possível observar que o município é o maior detentor de assentamentos, e ainda polariza o município de Santa Cruz de Monte Castelo, também possuidor de assentamentos.

Elencamos alguns pontos de análise para identificar o impacto no município:

- demografia;
- número e diversidade de estabelecimentos comerciais;
- arrecadação de impostos;
- infra-estrutura (saúde, educação, transportes);

68 “Não se trata simplesmente de ver de forma diferente a escala de produção, e sim de associar ao componente econômico o componente social na explicação das possibilidades que a empresa tem de organizar o próprio produtivo e obter benefícios (economia de custo) que não dependem exclusivamente das relações de mercado.”

- estrutura fundiária;
- políticas públicas de desenvolvimento rural.

Os assentamentos rurais passaram a ser formados em Querência do Norte a partir de meados da década de 1980, tendo como marco histórico a ocupação da Fazenda Pontal do Tigre em 1986. Desde então, outros assentamentos foram sendo criados, e as transformações foram surgindo.

Em visita ao município realizamos entrevistas com funcionários da prefeitura, assentados, funcionários da COANA, entre outros.

Na prefeitura foi imediata a percepção sobre a grande aceitação dos assentamentos, pelo menos no momento atual. Muitas vezes mal vistos por políticos e sociedades locais, os assentamentos e os seus assentados sofrem preconceito e são marginalizados. Todavia, não é o que se vê em Querência do Norte no atual momento.

Os assentamentos serviram como instrumento de desenvolvimento local no município de Querência do Norte, havendo grande interação da prefeitura, por meio de políticas públicas, com os assentamentos⁶⁹. O município tem atualmente diversas políticas voltadas ao desenvolvimento local, como os programas Mais Leite, Mais Seda, Mais Cana, voltado à produção de pepino, auxílios diversos ao pequeno produtor, e o mais recente programa para produção de *ginseng*, ao qual a COANA está fortemente ligada.

A prefeitura nos relatou um incremento na dinâmica do município a partir da década de 1990, provocada pelo aumento populacional decorrente da instalação dos assentamentos (famílias assentadas). O crescimento demográfico trouxe benefícios diversos para o município, pois ampliou o montante de verbas federais, revigorou o mercado consumidor, levou à melhoria de infra-estrutura pública (saúde, educação, transporte, lazer), entre outros.

⁶⁹ Um fato interessante observado em visita ao assentamento Pontal do Tigre foi uma reunião com dirigentes do assentamento, da qual a prefeita do município estava presente. Isso mostra quão forte é o papel desempenhado pelos assentamentos no que se refere à desenvolvimento.

Querência do Norte ainda não recuperou o auge populacional alcançado na década de 1970 – cerca de 14000 habitantes - , mas tem apresentado vertiginoso crescimento, de acordo com o informado pela prefeitura, e conforme as estatísticas demonstram. O gráfico 1⁷⁰ demonstra a variação populacional no município desde a década de 1970 até a década atual.

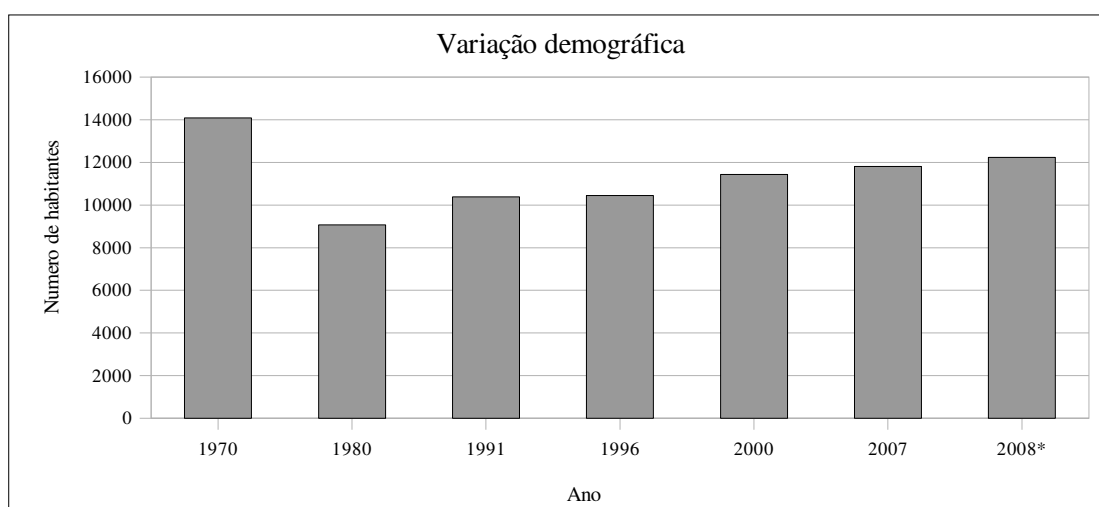


Gráfico 1- Querência do Norte. Demografia

*estimativa IBGE

A variação demográfica nos mostra que a instalação dos assentamentos rurais não somente rompeu com o processo de esvaziamento populacional pelo qual o localidade passava, mantendo uma certa estabilidade, que pode ser observada na década de 1990, como causou posterior (e atual) crescimento populacional.

Além do aumento no número de habitantes, é interessante notar o comportamento da população rural e urbana em Querência do Norte.

70 Todos os gráficos presentes neste capítulo foram organizados pela própria autora.

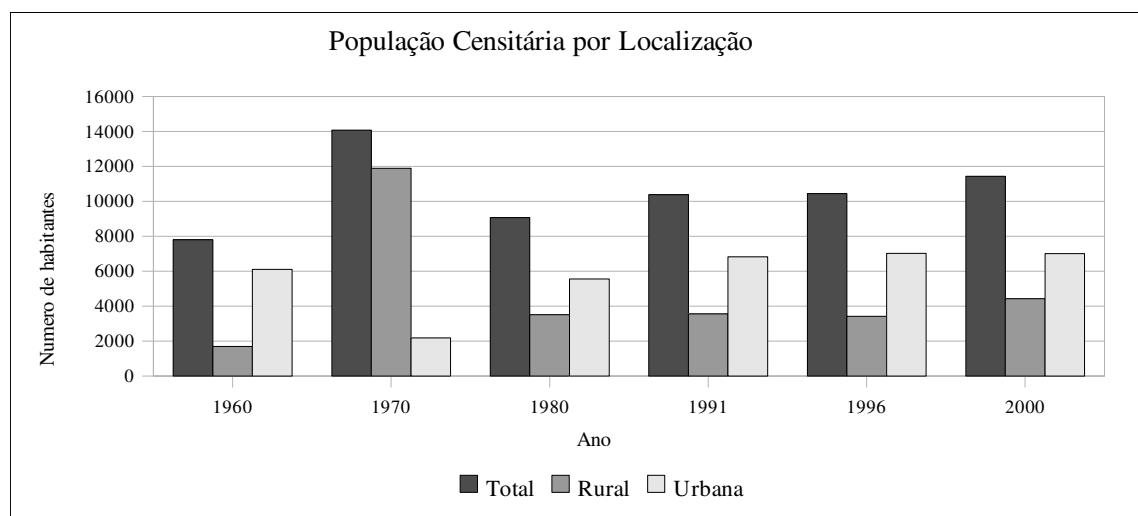


Gráfico 2 - Querência do Norte. População por localização

Em 1970 a grande maioria da população se encontra na área rural do município, resultado de uma produção realizadas em pequenas propriedades, marcada primeiramente pelo café, e posteriormente por culturas temporárias como o algodão e o arroz. Mas alguns fatos conjugados vieram transformar essa situação de forma brusca: o fim da ciclo do café, as dificuldades com a produção de algodão (valor de mercado baixo), a modernização e o avanço da pecuária extensiva, levaram os pequenos produtores a venderem suas propriedades migrando para o meio urbano tanto de Querência do Norte, mas principalmente de municípios maiores (Maringá, por exemplo). Cerca de 5000 pessoas deixaram o município em dez anos.

E o gráfico 2 nos faz notar, ainda, além do crescimento da população em valores totais, um maior índice de crescimento na população rural; ou seja, a população rural tem crescido mais que a urbana. O quadro 4 traz essa comparação para período 1996-2000.

Quadro 4 - Querência do Norte. Variação populacional

	1996	2000	Variação
Total	10448	11438	+ 9,475%
Urbana	7022	7007	- 0,213%
Rural	3426	4431	+ 29,334%

Fonte: IBGE, Censos 1996 e 2000

Entre 1996 e 2000, a população municipal cresceu cerca de 9,5%, enquanto a população rural mais de 29%; para o mesmo período houve redução da população urbana em 0,2%. Apesar da realidade nacional e estadual caminhar para a redução da população rural de forma geral, Querência do Norte apresenta um crescimento vertiginoso, fruto da instalação dos assentamentos, que fixam o homem no campo. Mais do que aumento populacional, temos uma reorganização do espaço, e um processo de redefinição de funções no município; o campo volta a ter mais dinamicidade e fazer parte do processo de desenvolvimento.

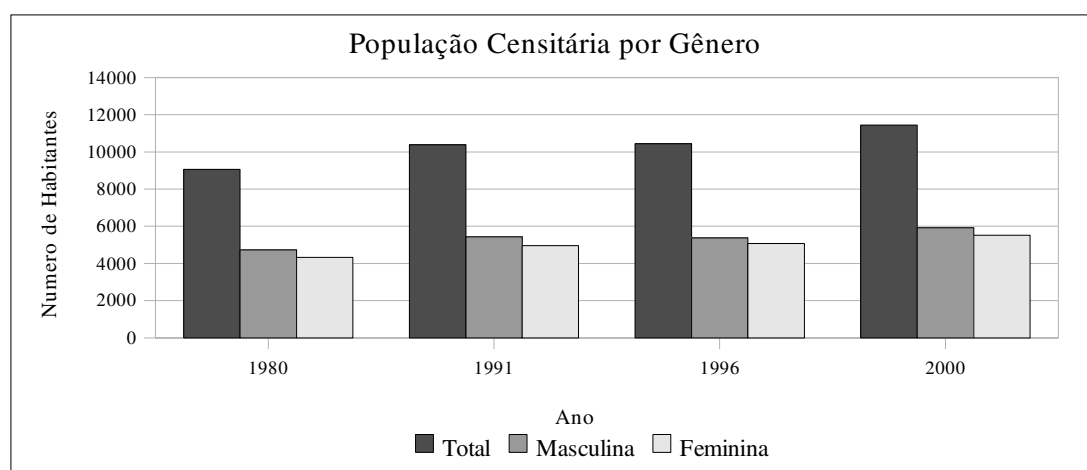


Gráfico 3 - Querência do Norte. População por Gênero

Quanto ao gênero, a população encontra-se bem distribuída, sendo a população masculina um pouco maior que a feminina, situação essa típica em áreas com grande vínculo rural.

Quanto a faixa etária, a maior população tem até 19 anos. É uma população jovem, e o grande número de crianças e adolescentes nos leva a pensar na alta demanda por infraestrutura de saúde e educação.

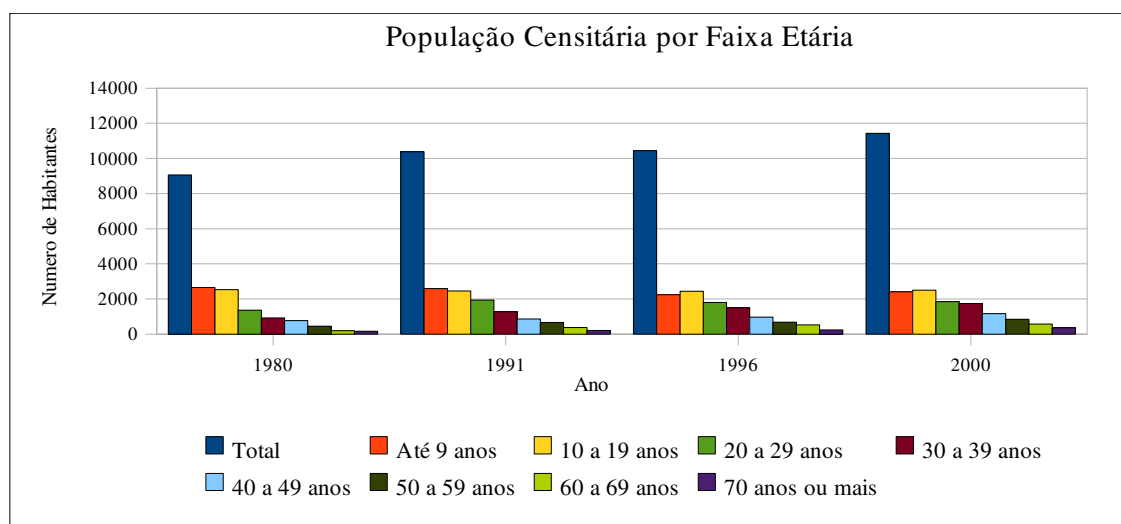


Gráfico 4 - Querência do Norte. População por Faixa Etária

Uma população infantil e adolescente, como observamos, necessita de educação. O gráfico 5 demonstra o número de matrículas em Querência do Norte, para ensinos infantil, fundamental, médio e profissional.

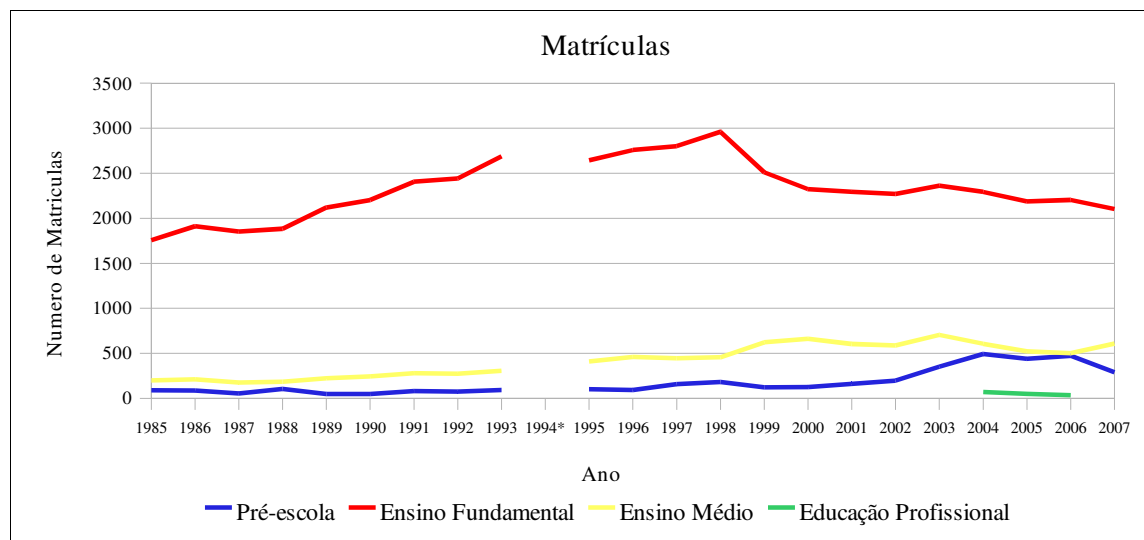


Gráfico 5 - Querência do Norte. Matrículas escolares

* não há dados disponíveis

Chamamos a atenção para o aumento do atendimento à pré-escola, visto que o município vem investindo nesse setor, de acordo com informações obtidas na prefeitura.

As matrículas para ensino fundamental, no entanto, diminuíram, como se observa no gráfico 5. Informações obtidas no Departamento de Educação do município revelam que tal redução ocorreu pela extinção do turno noturno para as turmas de 5ª a 8ª séries (atuais 6º a 9º ano). Como no município ainda existem muitas pessoas em defasagem escolar, esses jovens e adultos estudantes do ensino fundamental buscaram os chamados “supletivos” para continuarem os estudos.

Outro ponto que chama atenção ao observarmos o gráfico 5, é ver quão menor é o número de matrículas no ensino médio, quando comparado ao ensino fundamental. É notável que o número de alunos vem aumentando, mas realmente alguns fatores vem contribuindo para que as matrículas nesse nível de ensino continuem baixas. Um deles é a criação do curso profissional em magistério, que “substitui” o ensino médio; o número de matrículas nessa nova modalidade dentro do município aparecem em verde, no gráfico 5. Um outro fator é o crescimento dos cursos supletivos, tal qual citado para a situação do ensino fundamental. Não conseguimos dados suficientes para sistematizar as matrículas nos supletivos, mas as informações obtidas nos levam a dizer que este tipo de ensino tem crescido muito no

município, graças a grande demanda por pessoas com idade escolar em atraso.

Na existência de maior demanda por infra-estrutura, graças ao aumento populacional, e à alta concentração de crianças e adolescentes, Querência do Norte tem recebido maiores recursos oriundos dos governos federal e estadual, como podemos observar no gráfico 6⁷¹.

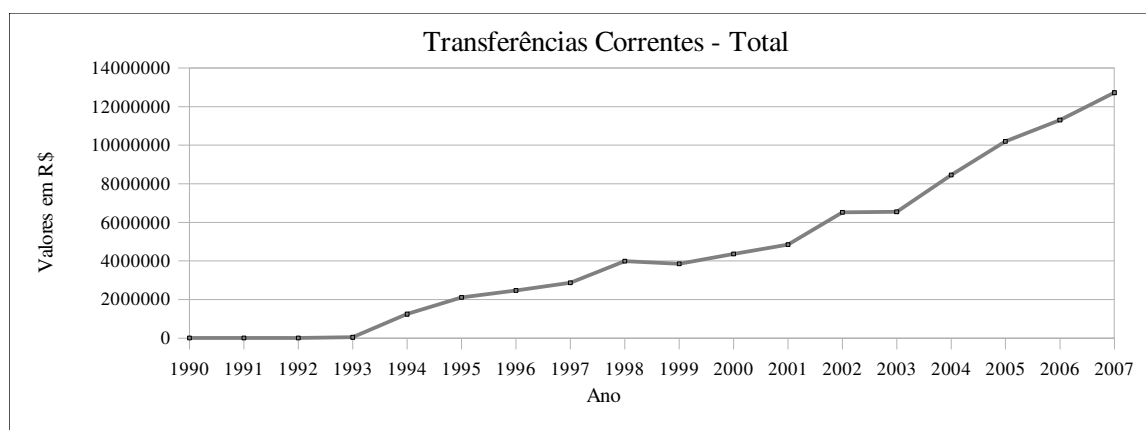


Gráfico 6 - Querência do Norte. Transferências Correntes

As Transferências Correntes são recursos destinados aos municípios e têm como origem principal a União e os estados federados. Fazem parte das Transferências da União a cota-parte do Fundo de Participação dos Municípios - FPM, as transferências do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - FUNDEF, e outras transferências do Governo Federal. Já as Transferências dos estados englobam a cota-parte do ICMS; a cota-parte do imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA; transferências do FUNDEF e outras transferências da Administração Estadual. Ainda compõem as transferências correntes as Transferências dos Municípios e outras transferências correntes (IBGE, 2004, p. 35).

As transferências correntes são destinadas às despesas ditas correntes, como gastos com pessoal, e encargos diversos, não contribuindo diretamente para aquisição de um bem de

71 A respeito dos gráficos que apresentam valores monetários é interessante observar as trocas de moedas ocorridas ao longo da história do Brasil. Os valores cuja data antecede 1994 foram convertidos para Real. Como não foi feito apenas a transformação, sem correções, alguns valores tornam-se muito pequenos, ou “desaparecem”. Alguns desses valores aparecem nos gráficos pois demonstram a trajetória daquele tema, mas o valor absoluto em si é muitas vezes insignificante.

capital; por esse motivo apresenta uma variação gradativa e uniforme, crescente de acordo com a demanda (aumento populacional). Mais recursos significa melhoria na qualidade de vida dos habitantes de Querência do Norte, tanto na zona urbana, quanto na rural.

Dentre os fundos que constituem o total das transferências correntes, destaca-se o Fundo de Participação dos Municípios, diretamente vinculado ao número de habitantes⁷².

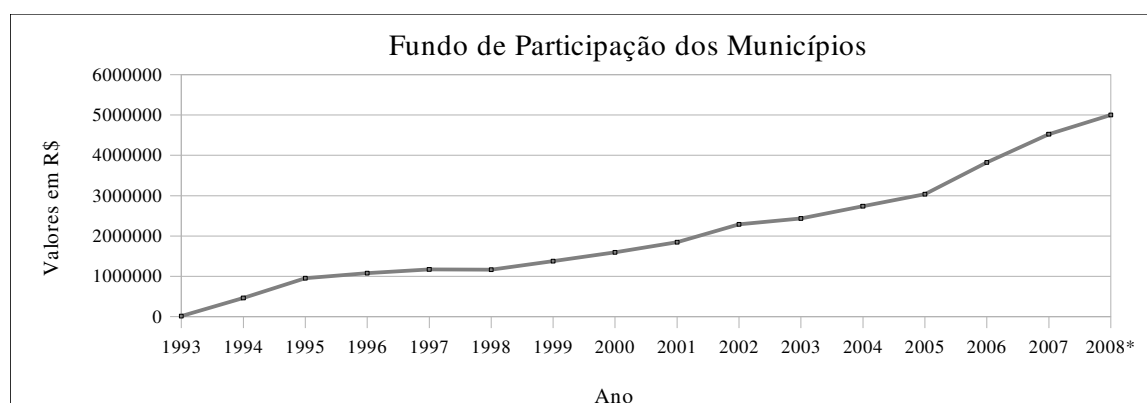


Gráfico 7 - Querência do Norte. Fundo de Participação dos Municípios

* estimativa obtida na prefeitura de Querência do Norte

Para o ano de 2008, de acordo com valores obtidos na prefeitura, o repasse ultrapassou os cinco milhões de reais. O dinheiro pode ser utilizado nas despesas da prefeitura, desenvolvimento de políticas públicas, levando a melhoria da qualidade de vida da população, se bem administrado. Podemos dizer que esse é o recurso mais importante para os municípios com pequena população, chegando a corresponder a mais de 50% da receita municipal em alguns casos (IBGE, 2004). No caso de Querência do Norte, o FPM correspondeu em 2007 a aproximadamente 36% dos recursos repassados pelo governo ao município (IPARDES, 2008).

Na composição das transferências correntes, destacam-se o Fundo de Participação dos Municípios - FPM, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - FUNDEF e o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS que, juntos totalizaram cerca de 72% do total das transferências para os municípios. O FPM é formado por uma parcela (22,5%) do produto da arrecadação do Imposto de Renda - IR e do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI (IBGE, 2004, p. 37).

⁷² Como o Censo de Contagem de População não é realizado todo ano, o governo utiliza as estimativas anuais do IBGE.

Além de verbas para despesas correntes, os municípios recebem recursos destinados a compra de bens de capital. O gráfico 8 mostra os valores para Querência do Norte.

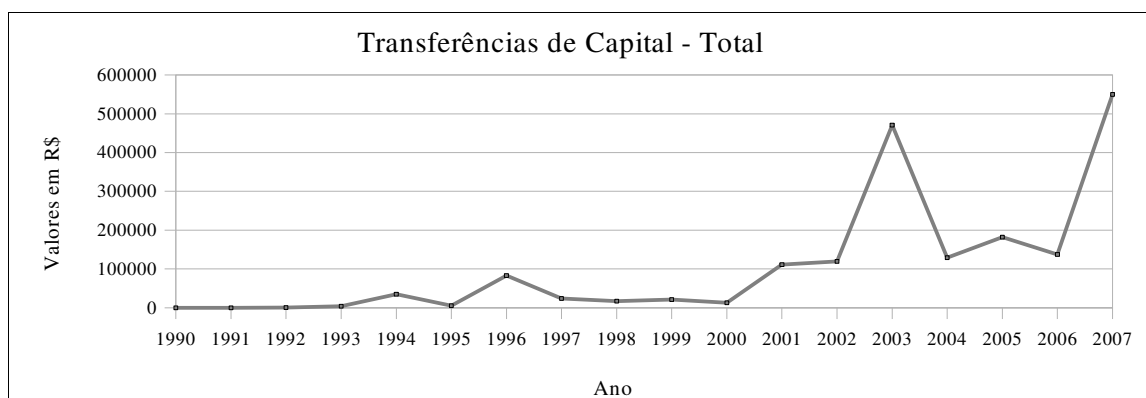


Gráfico 8 - Querência do Norte. Transferências de Capital

As transferências de capital devem ser utilizadas para a compra de bens de capital, que consiste em um tipo de despesa muito variável; todavia, mesmo com variações é possível notar valores maiores a partir de 2001, sendo possível relacioná-las com incremento populacional, por sua vez causado pela instalação dos assentamentos de Reforma Agrária. O uso desse tipo de recurso constitui na compra de equipamentos para saúde, transporte e educação, de acordo com informações obtidas na prefeitura municipal de Querência do Norte.

Concordemos que analisar apenas o repasse de verbas ao município não é suficientemente para verificar melhorias para sua população. É necessário verificar se as despesas também apresentaram crescimento, e em que setores os investimentos tem sido maiores. As despesas correntes e de capital precisam ser coerentes às respectivas transferências. Verifiquemos os valores encontrados para o município de Querência do Norte.

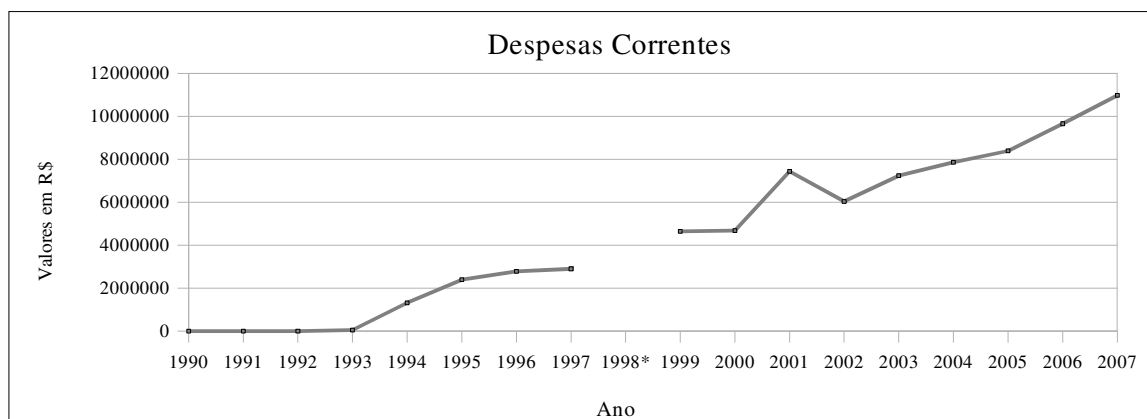


Gráfico 9 - Querência do Norte. Despesas Correntes

*não há dados disponíveis

No gráfico 9 podemos observar que as despesas correntes do município cresceram, indicando que os recursos estão sendo utilizados em benefício da população.

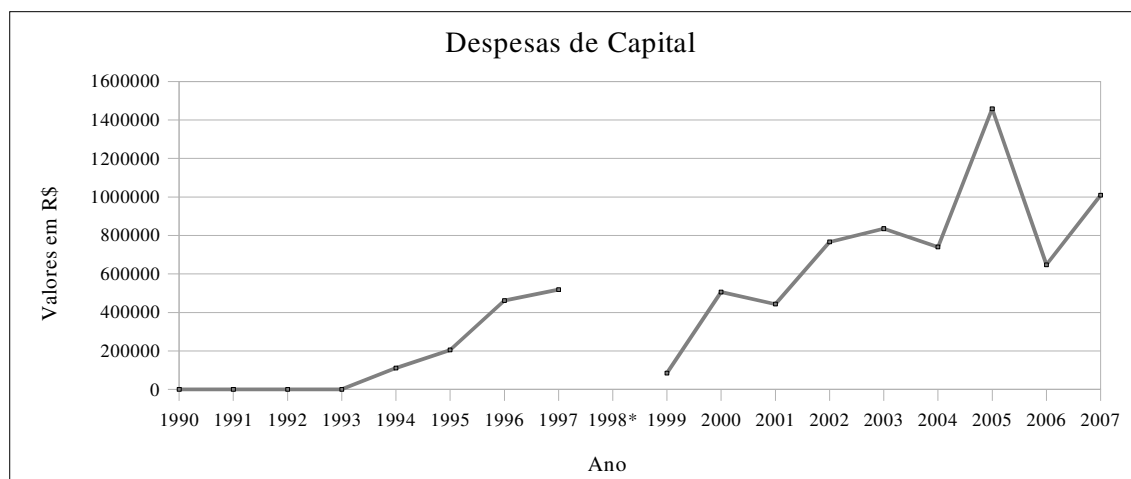


Gráfico 10 - Querência do Norte. Despesas de Capital

*não há dados disponíveis

As despesas de capital em Querência do Norte apresentaram oscilações (tal qual as respectivas transferências), como vimos no gráfico 10. Os “picos” aparecem com atraso se comparado com o recebimento da verba (gráfico 8), o que é de se esperar, pois a compra de bens para setores públicos consiste num processo burocrático e lento, devido as licitações, abertura de concorrência, e demais processos que compõe a transação.

Mais importante do que verificar se os recursos estão sendo utilizados, é saber em que setores estão sendo investidos, para analisarmos os benefícios para a população querenciana. No gráfico 11 são apresentadas as despesas por função, para o município de Querência do Norte.

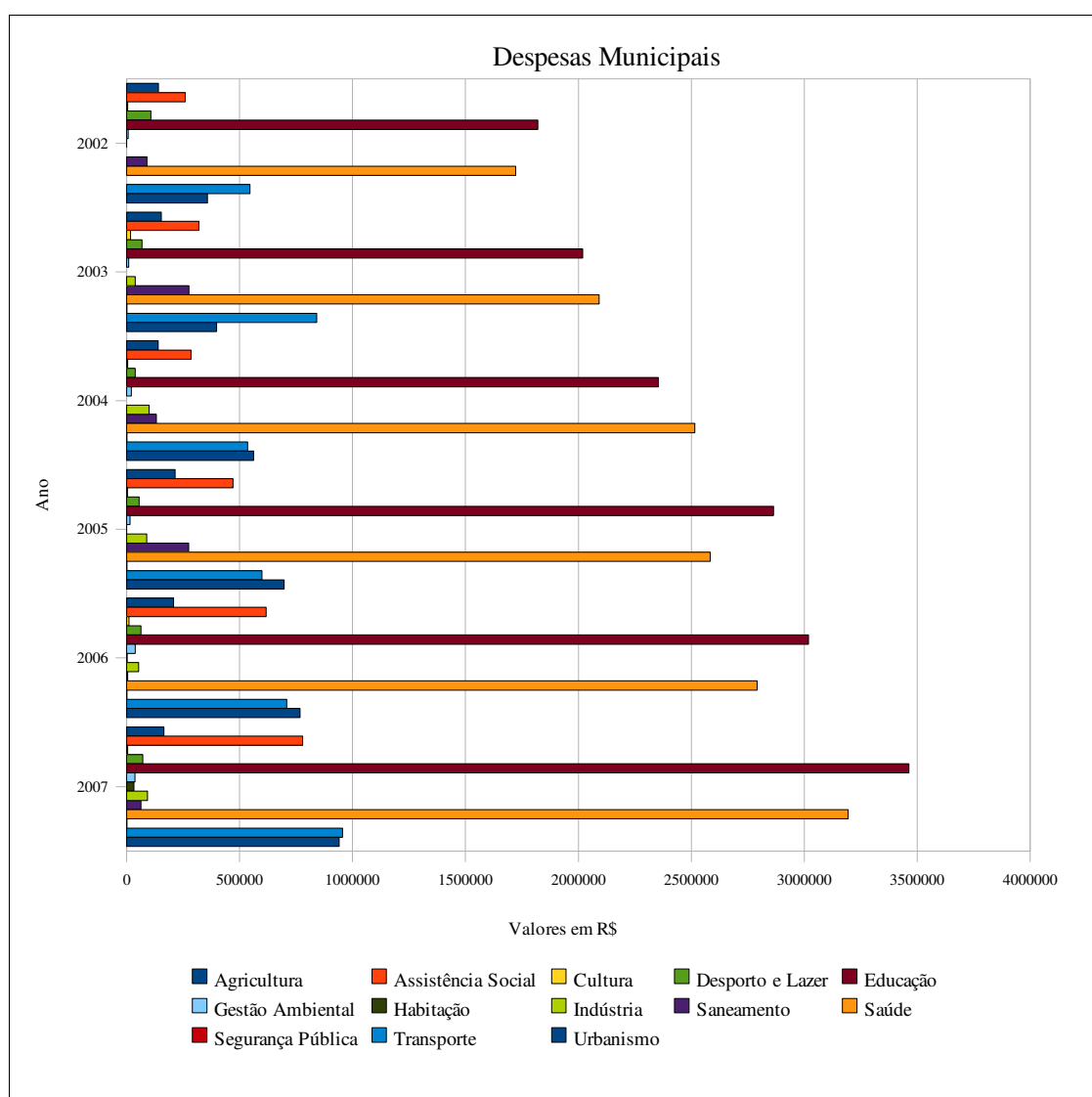


Gráfico 11 - Querência do Norte. Despesas Municipais por Função

É possível observar que saúde e educação são os dois setores de maiores gastos nos diferentes períodos, e, ainda, que estes gastos vêm aumentando, demonstrando maior demanda por serviços públicos. Segundo a prefeitura, a necessidade de serviços públicos é alta, não havendo nem hospitais nem escolas privadas; saúde e educação são serviços

totalmente públicos no município, e devido ao aumento de população advinda dos assentamentos, os investimentos nesses setores aumentaram. Os professores já possuem piso salarial, mesmo antes da atual determinação federal. O município possui hospital e postos de saúde. O transporte escolar municipal também foi ampliado, principalmente para as áreas rurais, percorrendo cerca de 2100 km por dia; o crescimento das despesas com transportes pode ser notada no gráfico 11.

O IBGE (2004) diz que “entre as funções do governo municipal, duas são funções sociais das mais importantes. São elas as funções relativas à Educação e Cultura e à Saúde e Saneamento” (p. 39).

O número de estabelecimentos atendidos pelo abastecimento de água também cresceu nos últimos anos, sendo exemplo de mais melhorias na infra-estrutura municipal. O gráfico 12 apresenta uma série histórica de dados desde o ano de 1980.

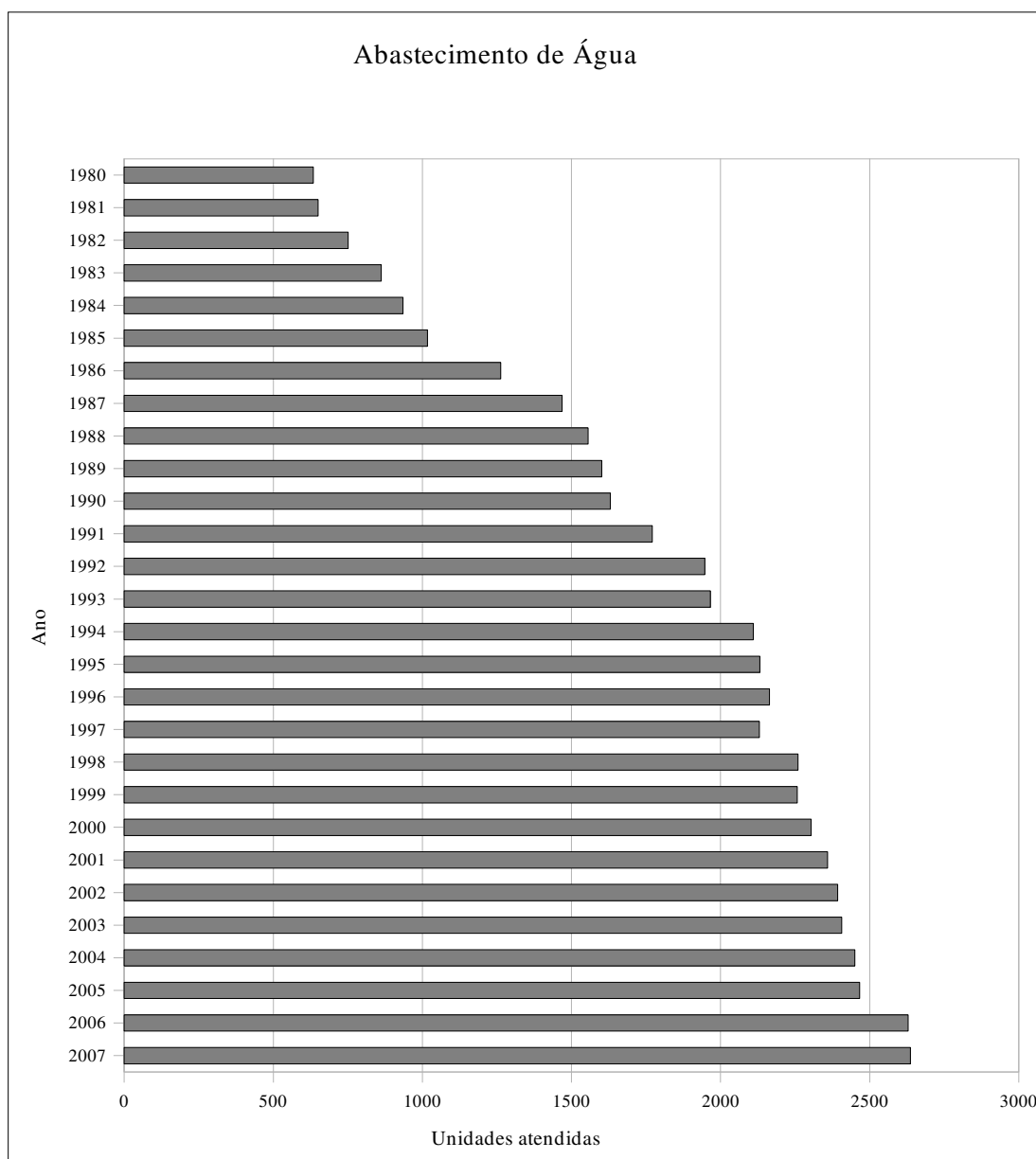


Gráfico 12 - Querência do Norte. Abastecimento de Água

Há setores, no entanto, nos quais as despesas são tão pequenas que mal aparecem no gráfico 11, sendo compreensivo por se tratar de um município com baixa . A segurança pública é um desses itens de pouco investimento, nos gerando certa preocupação, ainda mais quando notado que os gastos vem diminuindo. Em 2007, as estatísticas oficiais trazem um montante de R\$ 817,00. Mas tanto a prefeitura, quanto os habitantes nos relataram que a violência reduziu, e vem caindo mais, reduzindo assim o investimento em segurança. O

que parecia um problema, na verdade é uma boa notícia.

Com os dados exposto até aqui, verificamos que a instalação dos assentamentos rurais em Querência do Norte provocou aumento populacional, visto que as mais de 700 famílias assentadas representam mais de 25% do número de habitantes. Esse crescimento populacional, por sua vez, levou ao maior recebimento de verbas, graças a maior demanda por infra-estrutura. Essas mudanças culminam em benefício geral da população, tanto urbana quanto rural.

Vejamos, então, que os assentados, mais do que contingente populacional, consistem em trabalhadores possuidores de renda, que circula no mercado local⁷³. Apesar da prática da agricultura de subsistência, não se produz toda alimentação no assentamento; tão pouco essas famílias vivem apenas de comida, necessitando de vestuário, remédios, materiais escolares, entre outros. Passamos a análise de outro impacto ocasionado pela Reforma Agrária em Querência do Norte: a movimentação da economia local.

Com mais consumidores, o comércio local tende a crescer e se diversificar. O gráfico 13 mostra o crescimento no número de estabelecimentos comerciais ocorrido nos últimos anos, citando os setores mais relevantes.

⁷³ Pensemos que um contingente populacional desempregado, sem fonte de renda, representa problemas para a localidade, e não benefício; mais do que “gente”, os assentamentos trouxeram renda para Querência do Norte.

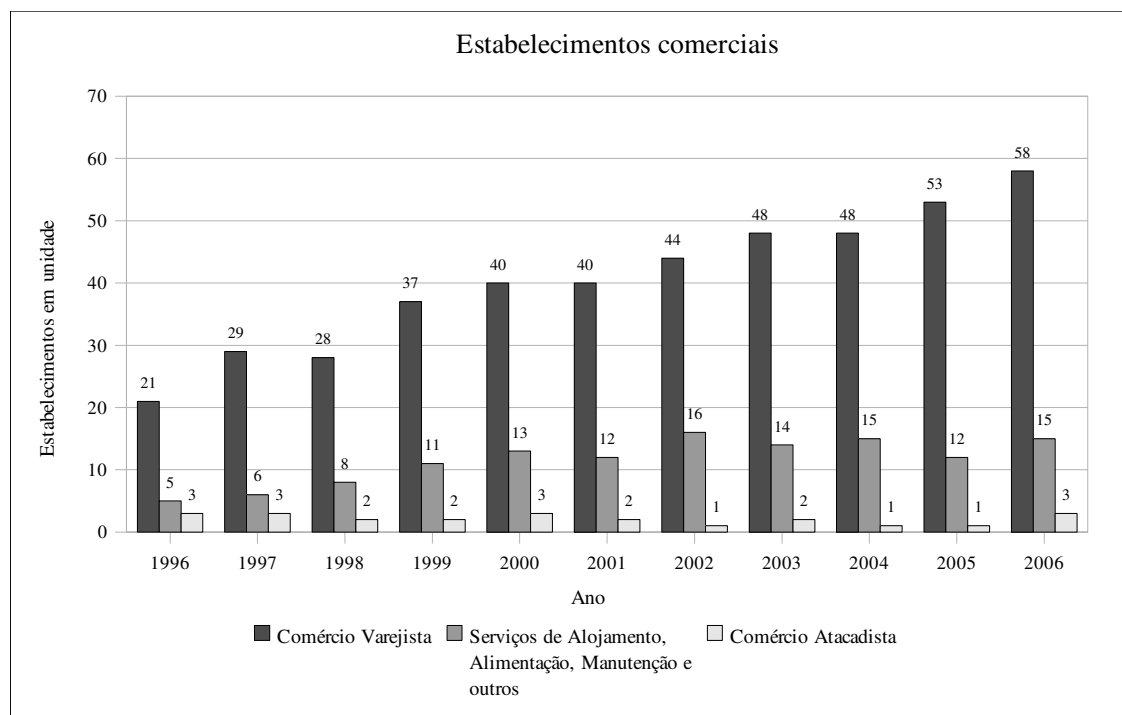


Gráfico 13 - Querência do Norte. Número de estabelecimentos comerciais

A dinâmica trazida pelos assentamentos levou ao aumento no número de estabelecimentos comerciais dentre os quais destacamos os de comércio varejista, que teve aumento de 176,19%. Esse ramo comercial está diretamente vinculado ao consumo familiar. Em destaque no gráfico 14.

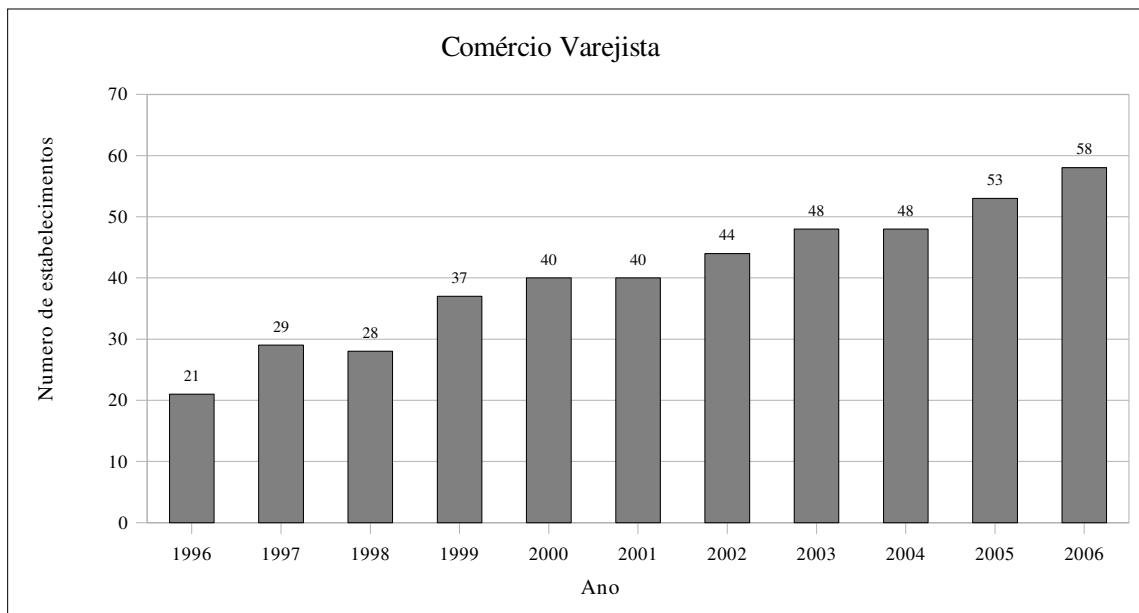


Gráfico 14 - Querência do Norte. Comércio Varejista

A maior movimentação do comércio leva ao aumento do número de estabelecimentos comerciais, que por sua vez interferem diretamente no número de empregos e na arrecadação de impostos.

Os números referentes ao setor empregatício em Querência do Norte são positivos, como nos mostra o gráfico 15.

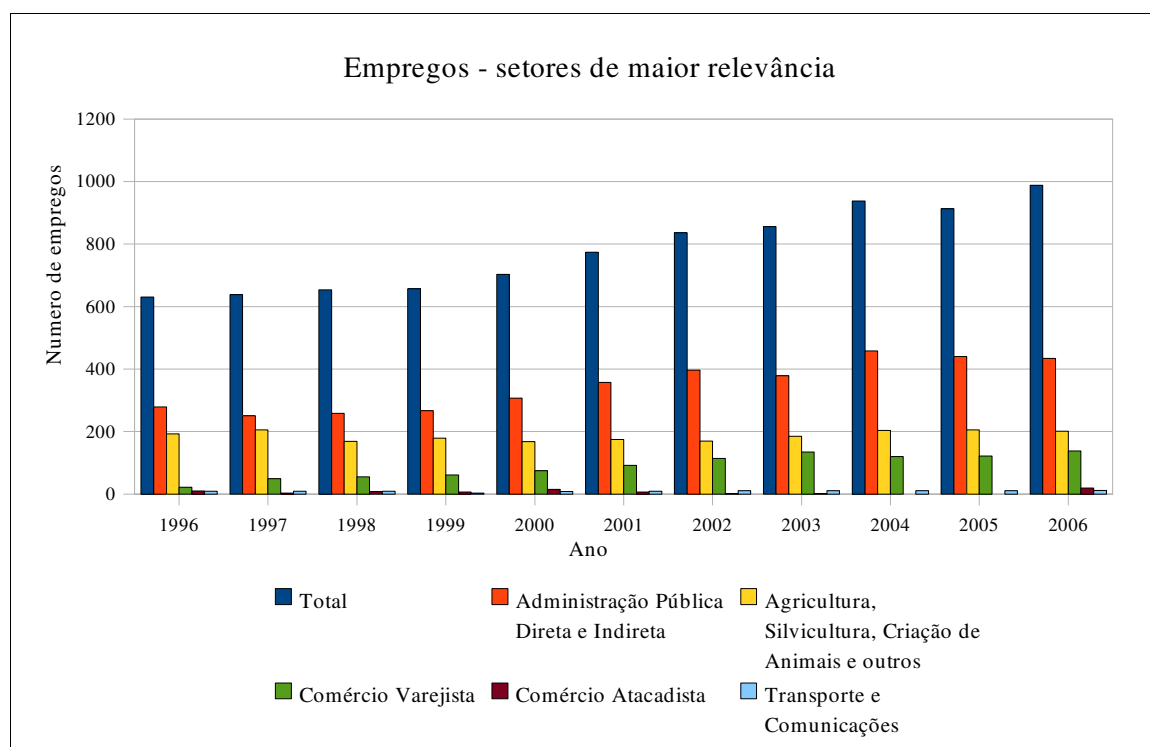


Gráfico 15 - Querência do Norte. Empregos

O número de empregos em Querência do Norte aumentou em 56,8% no período 1996-2006, tendo melhores índices a partir do ano de 2000, como se vê no gráfico 15. Os assentamentos foram instalados predominantemente na década de 1990, mas os impactos no comércio local e geração de empregos foi significativo no início do século 21.

Uma estratégia de desenvolvimento é socialmente pertinente quando não se faz excludente, ou seja, quando não beneficia apenas um ou outro grupo. Demonstrando a integralidade do desenvolvimento trazido pela Reforma Agrária no município em questão, destacamos o índice de crescimento do emprego no comércio varejista, que foi de 527,27%, pois eram apenas 22 postos de trabalho em 1996, e 138 em 2006. Os resultados positivos não ficaram restritos ao meio rural, às atividades ligadas a agricultura.

Discutimos no início deste capítulo o conceito de desenvolvimento local e suas implicações nas localidades. O desenvolvimento pode se restringir a um grupo, que se beneficia do aparato local, ou pode levar a melhoria da localidade como um todo, levando a um

processo integral de desenvolvimento.

Ao nos depararmos com os resultados de Querência do Norte perante a instalação dos projetos de Reforma Agrária, encontramos um exemplo de desenvolvimento integral, visto que os assentados não são os únicos beneficiados no processo.

Retomando a análise dos números da economia local, nos atentaremos aos impostos arrecadados pela prefeitura querenciana.

A maior circulação de mercadorias, causada pelo aumento populacional e desenvolvimento do comércio gera tributos a serem pagos ao município, incrementando a receita da administração pública, e por sua vez, beneficiando a população.

As Receitas Tributárias são arrecadadas pelos próprios municípios em forma de impostos ou taxas. Fazem parte dessas receitas o Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU, o Imposto sobre Transmissão “Inter Vivos” - ITBI e o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS, além de outros tributos (IBGE, 2004, p.33).

A arrecadação tributária de Querência do Norte tem apresentado crescimento como se verifica no gráfico 16.

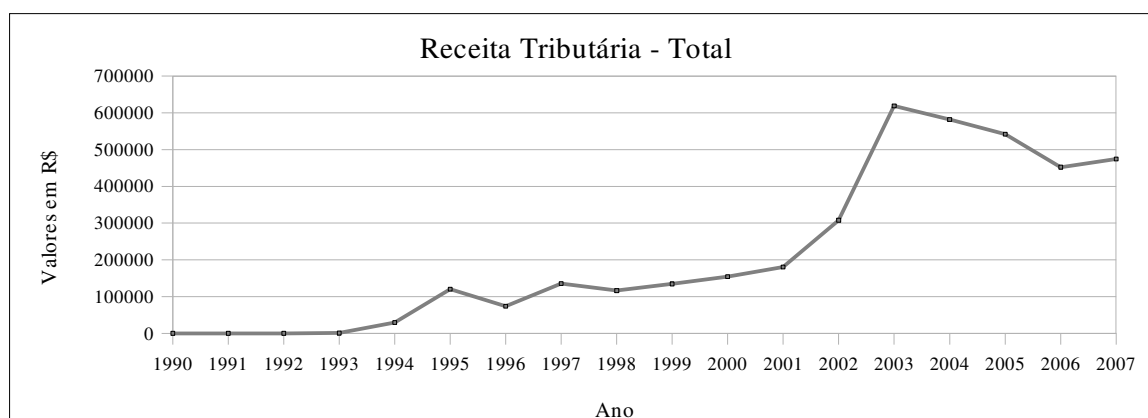


Gráfico 16 - Querência do Norte. Receita Tributária

Os melhores valores tem sido alcançados após 2000, coincidindo com aumento no número

de estabelecimentos, e número de empregos. No gráfico 16 observamos um “pico” de arrecadação tributária em 2003. Entramos em contato com a prefeitura para verificar os motivos. Para melhor compreensão foi necessário tomar conhecimento dos valores de alguns impostos separadamente. Assim será possível entender tal oscilação, e também compreender o vultoso crescimento na arrecadação tributária de forma geral, para o município de Querência do Norte. É importante ressaltar que a Reforma Agrária em si não explica todos os fatos, e que a arrecadação tributária é influenciada por uma gama de fatores.

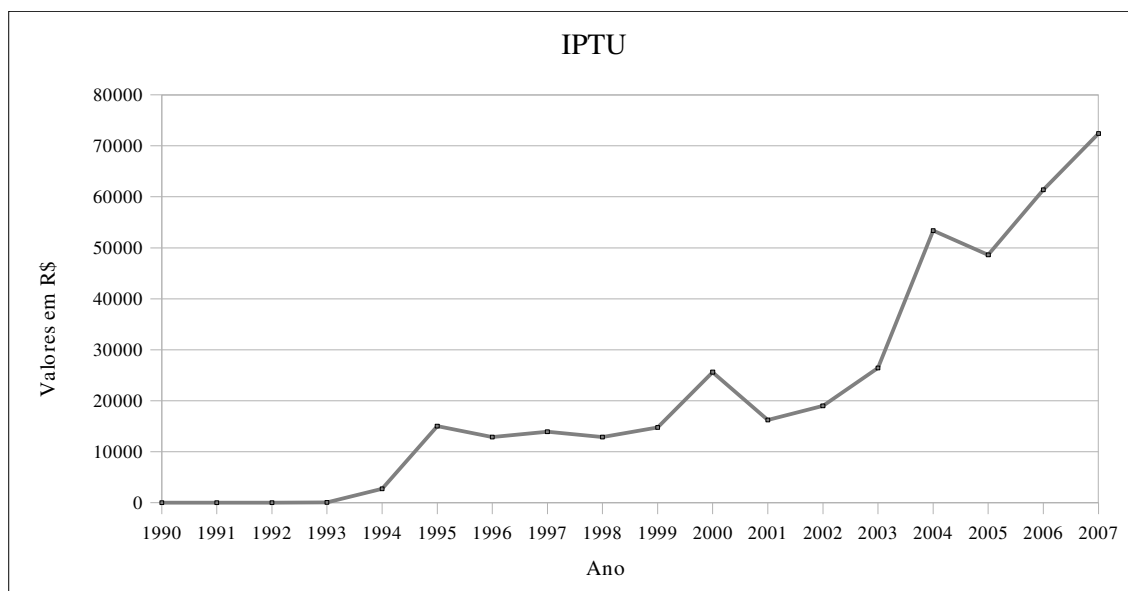


Gráfico 17 - Querência do Norte. Arrecadação de IPTU

A arrecadação do IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano) apresentou crescimento por dois motivos, de acordo com a prefeitura:

- houve redução na inadimplência, tanto pelo melhor condição dos moradores, quanto pelo intenso trabalho do governo local. O recebimento de valores em atraso justificam o “pico” em 2004;

- houve crescimento da população urbana⁷⁴ de Querência do Norte; o número de domicílios urbanos cresceu de 1806 em 1991, para 2292 em 2000, causando aumento na arrecadação do IPTU, demonstrada no gráfico 17. Os maiores valores estão sendo alcançados após esse período, nos fazendo acreditar que o número de domicílios vem crescendo ainda mais. O IPTU indica também melhoria na qualidade das residências.

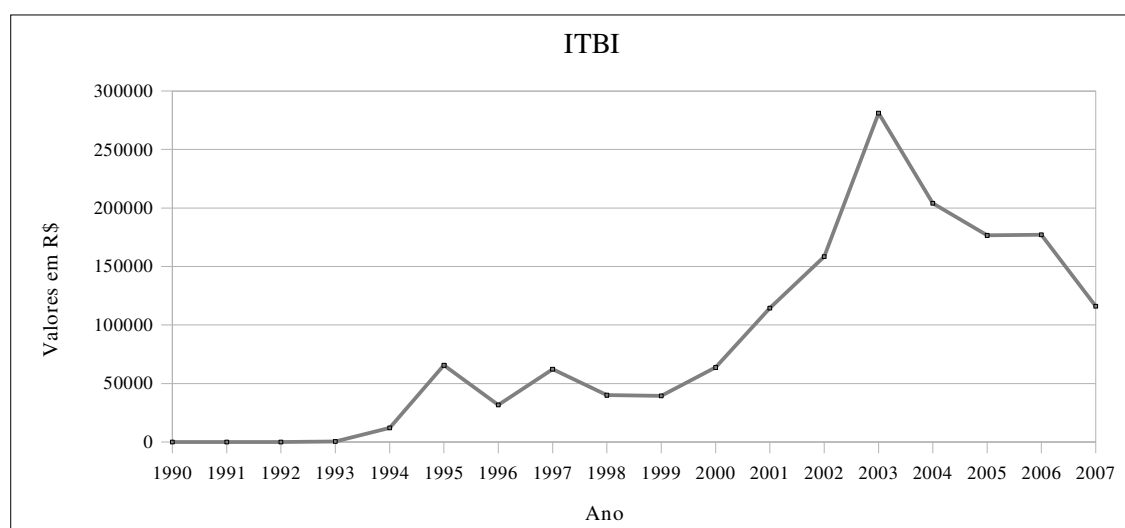


Gráfico 18 - Querência do Norte. Arrecadação de ITBI

Como já destacamos, os assentamentos não podem ser vistos como único e exclusivo fator de influência para o comportamento da arrecadação tributária. Algumas variações bruscas podem ser observadas nos gráficos, e não se explicam tão somente pelos assentamentos. O ITBI (Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis) de Querência do Norte, observado no gráfico 18, apresenta auge de arrecadação em 2003, após um aumento considerável; depois volta a cair. Essa variação se deu por motivo de programas de produção de soja em áreas de Arenito, que atraiu produtores da região de Maringá, local este onde o preço por hectare é bem maior do que em Querência do Norte. Com a grande movimentação do mercado imobiliário rural, a arrecadação atingiu altos índices; com o esfriamento do mercado, ele

⁷⁴ Apesar da estabilidade apresentada mais recentemente.

volta a patamares mais modestos. Essa oscilação brusca de 2003 no ITBI querenciano influenciou a variação ocorrida no mesmo ano para a arrecadação total (gráfico 16).

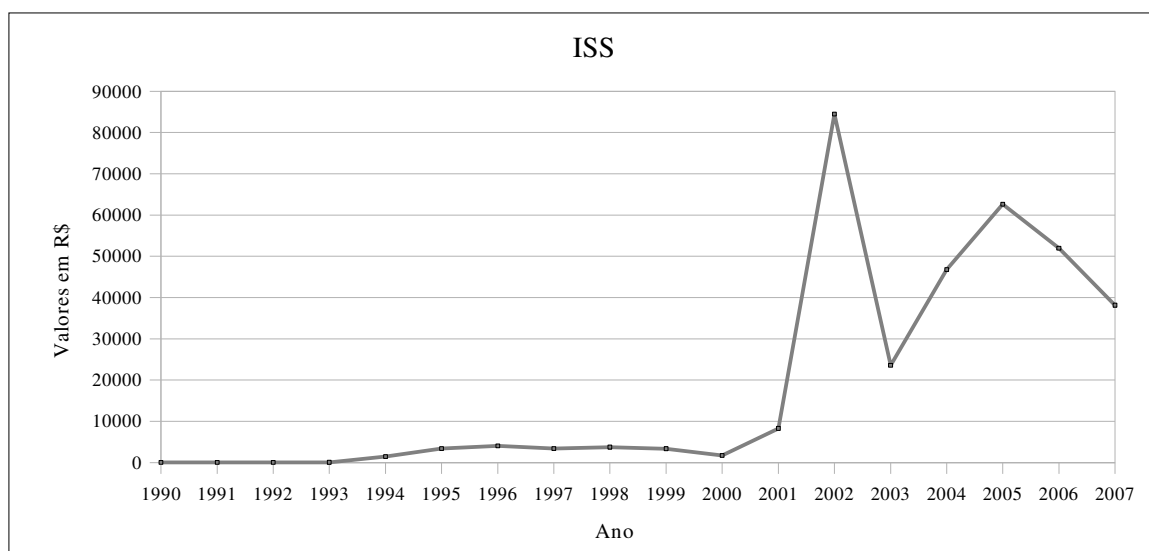


Gráfico 19 - Querência do Norte. Arrecadação de ISS

O ISS (Imposto Sobre Serviço), representado no gráfico 19 teve grandes oscilações no município em questão. A prefeitura explica que antes de 2001 esse imposto praticamente não era cobrado, mas foi movida uma ação fiscal em relação ao Banco de Brasil e ao extinto Banestado, cobrando o acumulado de cinco anos, explicando a alta arrecadação em 2002, e as oscilações nos anos seguintes, ainda decorrentes dessa ação. Será preciso uma série histórica a partir desse marco para realizar uma análise consistente dos impacto nesse imposto.

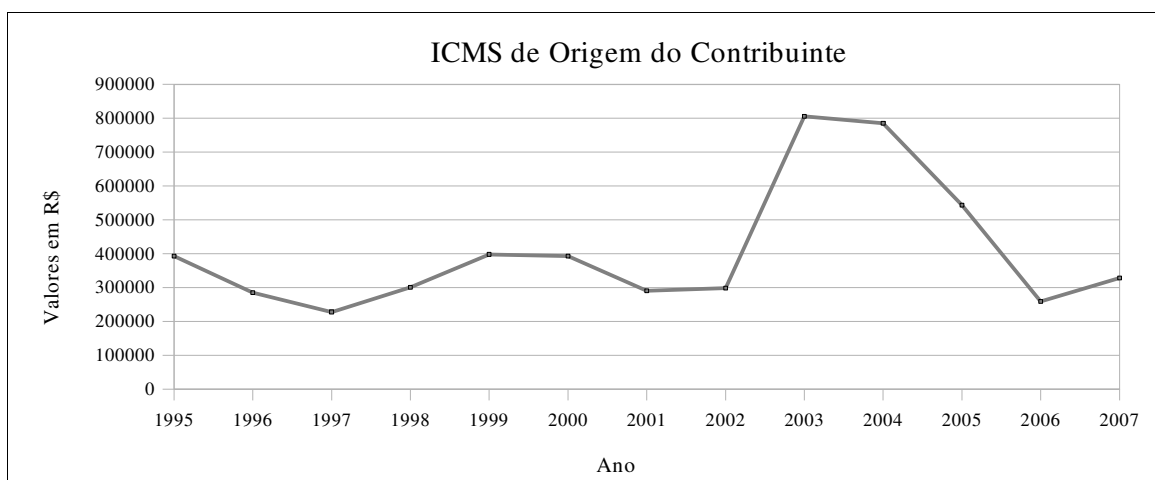


Gráfico 20 - Querência do Norte. Arrecadação de ICMS

O comportamento da arrecadação de ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços), apresentada do gráfico 20, é explicado, segundo informações obtidas na prefeitura, tanto pelo melhor aparelhamento da prefeitura, que intensificou a cobrança para por fim na inadimplência, quanto pelo crescimento da população, e conseqüente aumento de consumo.

As mudanças nos valores de arrecadação tributária no município de Querência do Norte devem ser explicadas através de um conjunto de fatores vinculados não somente a variação demográfica e a movimentação do comércio local, mas também pelo comportamento do governo público local perante a cobrança desses impostos. No entanto, até as ações da prefeitura podem ser indiretamente relacionadas ao impacto dos assentamentos, já que uma economia mais dinâmica exige maior organização do poder público para que este não perca o controle da situação.

Os dados apresentados até então consistem nos valores absolutos da transformação econômica, social e estrutural ocorrida no município de Querência do Norte em função da instalação dos assentamentos rurais.

5.2.1 Produção agrícola em Querência do Norte

Querência do Norte, assim como o Noroeste do Paraná como um todo, é um local onde a economia está amplamente vinculada à produção agrícola (GÓMEZ, 2002). O município figura atualmente como maior produtor de arroz do Paraná, como podemos observar na figura 15.

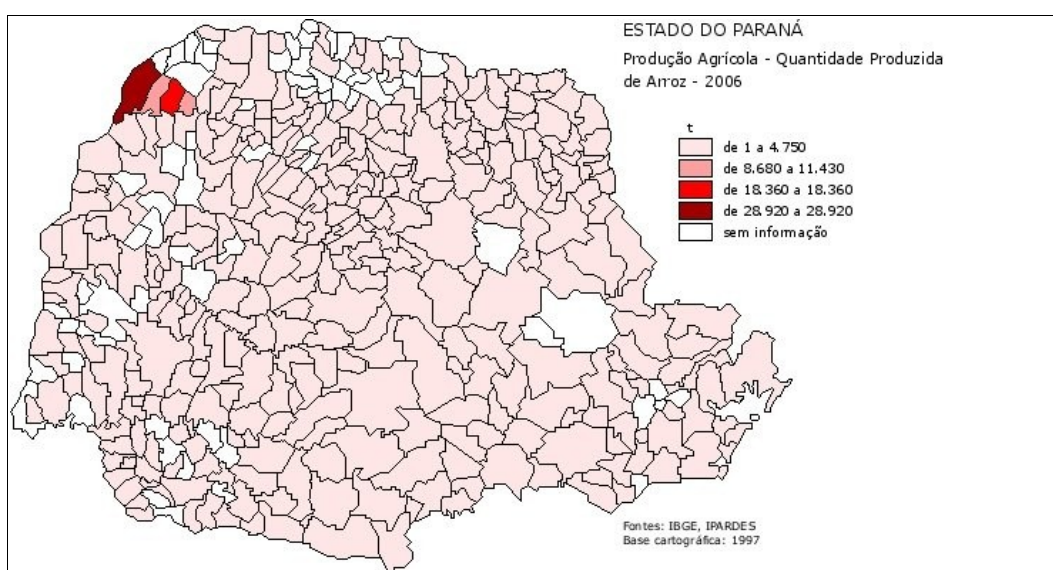


Figura 15 - Produção de arroz no Paraná

É fundamental o papel dos assentamentos para manter o município em questão como maior produtor de arroz do estado. O arroz é uma cultura que permite ser produzida em pequenas propriedades, já que não necessita de tantos aparatos biotecnológicos.

Como a produção agrícola é diretamente dependente das condições climáticas, e estas podem apresentar bruscas variações de um ano para outro, o gráfico 21 apresenta oscilações, ao passo que representa a quantidade de arroz produzida em Querência do Norte, desde a década de 1980.

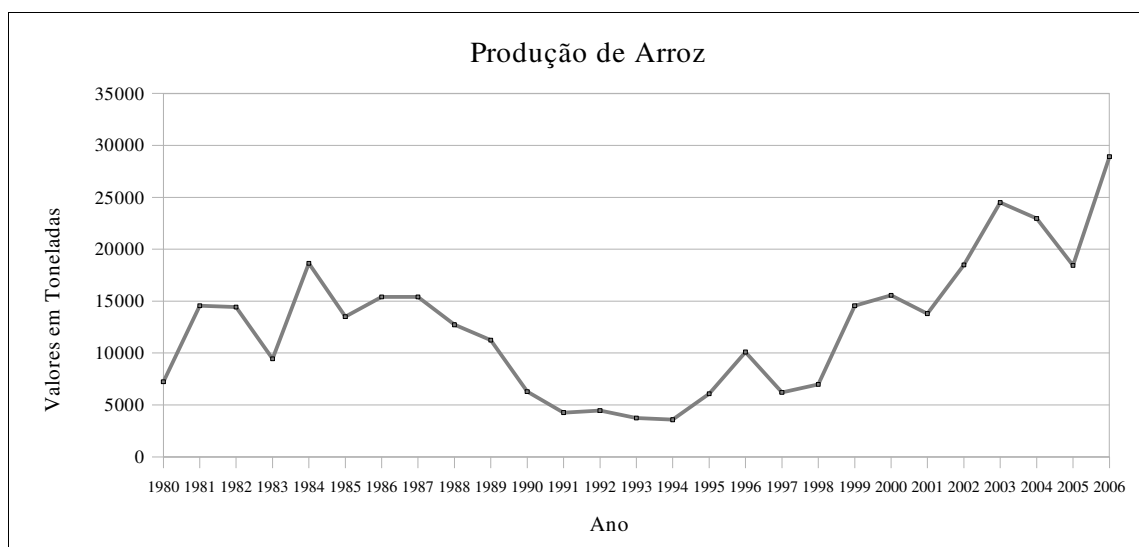


Gráfico 21 - Querência do Norte. Produção de arroz

É notável, apesar das oscilações, que a quantidade de arroz produzido aumentou com o desenvolvimento da produção nos assentamentos. Mais do que resultados qualitativos, ou seja, melhoria de infra-estrutura, qualidade de vida, entre outros, os assentamentos também proporcionam para Querência do Norte resultados positivos quantitativos, valores esses, que os economistas almejam.

Quadro 5 - Produção de arroz em Querência do Norte

Ano	Área colhida (ha)	Quantidade produzida (t)	Rendimento (kg/ha)	Valor (R\$ 1000,00)
1980	3070	7244	2360	*
1981	4850	14550	3000	*
1982	4672	14430	3089	*
1983	3650	9443	2587	*
1984	6470	18634	2880	*
1985	5000	13500	2700	*
1986	5180	15412	2975	*
1987	5000	15400	3080	*

Ano	Área colhida (ha)	Quantidade produzida (t)	Rendimento (kg/ha)	Valor (R\$ 1000,00)
1988	4400	12720	2891	*
1989	3300	11250	3409	*
1990	2090	6278	3004	*
1991	1300	4270	3285	*
1992	1450	4470	3083	*
1993	1150	3737	3250	*
1994	1050	3575	3405	572
1995	2050	6075	2963	1002
1996	2550	10100	3961	1970
1997	1580	6220	3937	1406
1998	1960	6982	3562	2111
1999	4900	14550	2969	4386
2000	4900	15560	3176	3820
2001	4100	13800	3366	3243
2002	4250	18500	4353	6262
2003	4250	24500	5765	14933
2004	4750	22950	4832	16099
2005	4326	18429	4260	10560
2006	5180	28920	5583	11568

* nesses períodos a moeda corrente não era o Real, e ao fazer a transformação os valores se tornam insignificantes. Para tais períodos, sem conversão de moedas, os valores são, respectivamente: Cr\$76062000; Cr\$220578000; Cr\$613275000; Cr\$669225000; Cr\$4658500000; Cr\$11249955000; Cz\$43662196; Cz\$63218000; Cz\$243804000; NCz\$1946000; Cr\$31390000; Cr\$284680000; Cr\$2525550000; CR\$40643000

Fonte: IPARDES, 2008

A produção de arroz em Querência do Norte cresceu em quantidade produzida, em rendimento por hectare e em área destinada ao plantio, tendo como marco de crescimento o ano de 1999, como o demonstrado do quadro 5.

O leite é outro produto importante no trabalho dos assentamentos, que tende a adquirir ainda mais importância com as atividades do novo laticínio da COANA. É uma produção passível de ser realizadas em pequenas propriedades, e abastece o mercado local, podendo também ser comercializada regionalmente. Ganham os produtores, pela facilidade de comercialização de um produto de consumo diário, e ganham os consumidores que conseguem o produto a valores mais acessíveis. O gráfico 22 apresenta o vertiginoso crescimento da produção de leite em Querência do Norte.

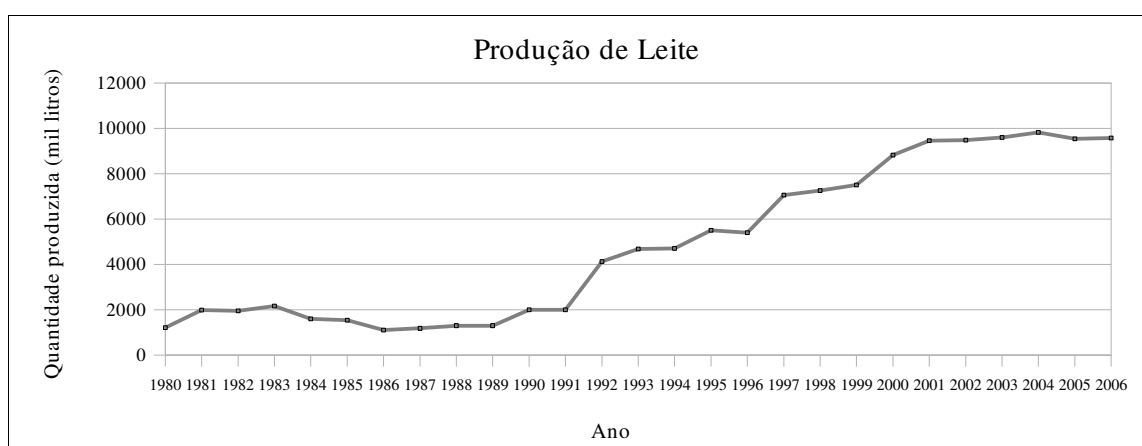


Gráfico 22 - Querência do Norte. Produção de leite

Trabalhos posteriores a este poderão analisar o impacto do novo laticínio no município, visto que a instalação entra no setor industrial, setor até então pouco desenvolvido no município.

Se o crescimento da população gera maior repasse de verbas, o aumento da produção movimenta o setor de crédito. Os financiamentos destinados a produção rural tendem a crescer conforme o sucesso do ramo. O gráfico 23 nos mostra o grande aumento no montante de financiamentos para a agricultura no município de Querência do Norte.

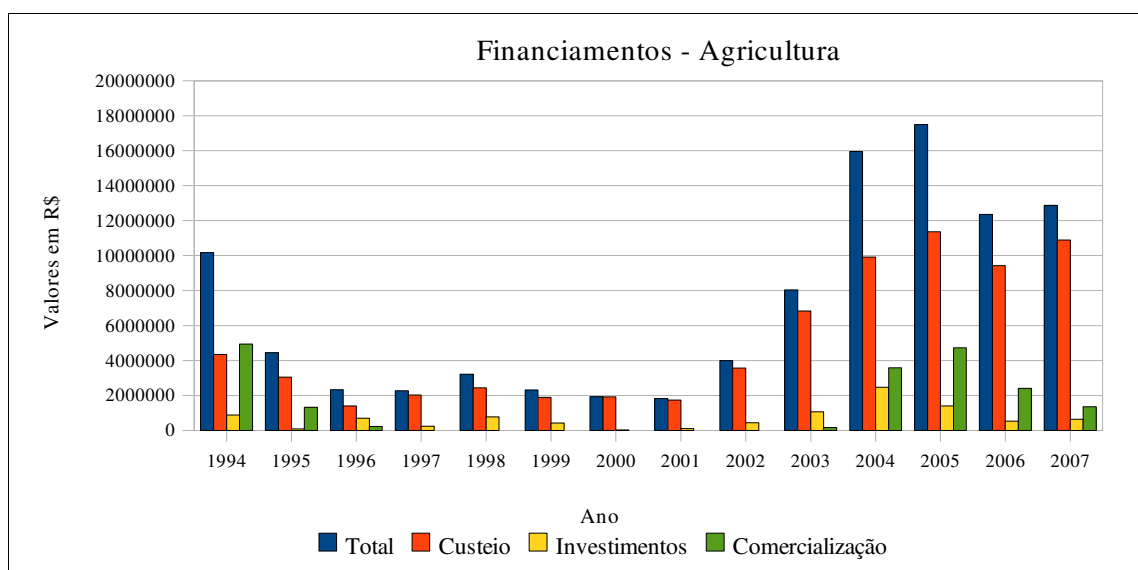


Gráfico 23 - Querência do Norte. Financiamento: Agricultura

Mais financiamento é sinônimo de maior produtividade e maior desenvolvimento do mercado. Quanto mais os assentados produzem, mais o município ganha de forma direta ou indireta.

E a dinâmica também pode ser notada na pecuária. Apesar de não estar diretamente ligada aos assentamentos, a pecuária se mostrou mais dinâmica nos últimos anos. Mesmo que esse tipo de atividade não traga proporcionalmente tantos benefícios para o local, como os assentamentos, faz parte da economia de Querência do Norte, e também lhe trata algum benefício.

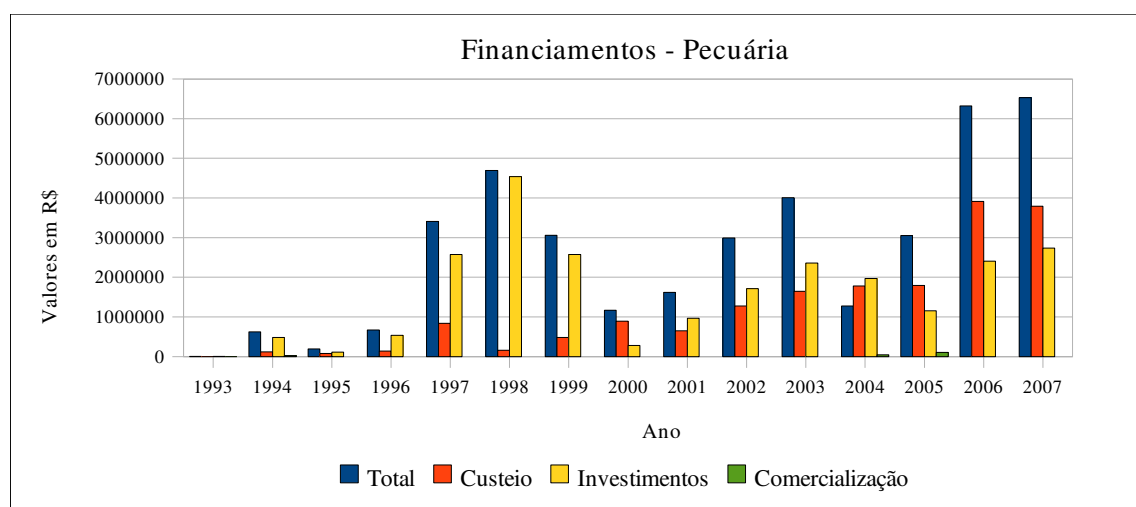


Gráfico 24 - Querência do Norte. Financiamento: Pecuária

Tanto os levantamentos realizados *in loco*, quanto os dados estatísticos nos mostram a dimensão do impacto causado pela instalação de assentamentos de Reforma Agrária no município de Querência do Norte. Enquanto a maior parte dos municípios do Noroeste paranaense perde população, Querência do Norte cresce; enquanto a pastagem extensiva domina a paisagem rural, em Querência do Norte as pequenas propriedades se desenvolvem, e vão, aos poucos, transformando a paisagem; enquanto a produção de *commodities* retira as riquezas do local, a produção em assentamentos faz o local crescer nos diversos setores da sociedade.

5.2.2 Estrutura fundiária em Querência do Norte

Um dos principais objetivos da Reforma Agrária é a desconcentração da estrutura fundiária, ou seja, que tenhamos propriedades menores, e mais proprietários. A concentração, seja ela de renda ou de terra, reflete as desigualdades existentes em uma sociedade. Já vimos que o Brasil possui uma das maiores concentrações de terra do mundo (índice de Gini 0,8), e que essa característica está cravada na história do país.

Mesmo sem a disponibilidade de dados mais atualizados, procuraremos caracterizar a estrutura fundiária de Querência do Norte, e a influência dos assentamentos nesta.

Quadro 6 - Querência do Norte. Número de estabelecimentos por classe de área

Ano	0-10 ha	10-100 ha	100-500 ha	mais de 500 ha
1960	58	223	23	6
1970	799	311	48	29
1980	230	189	66	35
1985	425	329	80	36
1995	158	374	86	35

Fonte: Censos Agropecuários, IBGE.

Na década de 1970 o município era caracterizado pela presença de pequenos e médios estabelecimentos, como se verifica no quadro 6. Coincide com o período de auge populacional já mencionado, período este no qual a maior parte da população se encontrava no campo. O brusco esvaziamento apresentado na década seguinte, no referido município, é simultâneo à redução no número desses estabelecimentos. Ao mesmo tempo surgem mais estabelecimentos de grande porte, caracterizando uma fase de concentração da estrutura fundiária.

Entre o período de 1980 e 1995 houve aumento no número de estabelecimentos com área entre 10 e 100 ha, indicando uma redução na concentração fundiária de Querência do Norte. Essa alteração está relacionada à instalação de assentamentos rurais, que promovem divisão de grandes áreas. Quanto aos estabelecimentos com área inferior a 10 ha, notamos uma redução destes no período atual, apesar de sua predominância na década de 1970. Apesar de parecer, à primeira vista, um resultado ruim, quando se leva em consideração o potencial pedológico do município, percebemos que áreas com menos de 10 ha podem caracterizar minifúndios. A Reforma Agrária visa não somente o fim do latifúndio, mas também do minifúndio, sendo tal redução, então, um ponto positivo para a situação do processo em Querência do Norte.

Por outro lado, o quadro 6 nos faz notar que os grandes estabelecimentos também

aumentaram em número. Isso comprova o que já dissemos sobre a paisagem rural do município: apesar da instalação dos assentamentos, predominam as grandes propriedades com pecuária extensiva.

Todavia, não conseguimos disponibilizar de dados mais atuais para verificar a continuidade do processo de Reforma Agrária em Querência do Norte. Mesmo assim podemos contar com o surgimento de mais estabelecimentos de pequeno e médio porte, pois após 1995 (data mais recente dos dados apresentados) foram criados sete assentamentos no município, nos quais estão assentadas cerca de 290 famílias; e ainda, alguns assentamentos criados mais recentemente não esgotaram sua capacidade de famílias⁷⁵. Estamos a espera dos dados atuais para confirmarmos nossa expectativa.

Em visita à prefeitura nos foi feita uma observação muito pertinente no que se refere ao impacto local das pequenas propriedades de modo geral: as grandes propriedades, mesmo se produtivas, não trabalham para o desenvolvimento do município, já que seus proprietários sequer moram na terra, e as riquezas produzidas vão para outro lugar. Os grandes proprietários não utilizam do mercado local, e ainda com a produção de gado, é gerado pouco emprego⁷⁶. Já as pequenas propriedades movimentam a economia local, geram empregos e ainda produzem alimentos, deixando-os mais baratos para todos⁷⁷.

A desconcentração fundiária é um dos aspectos da Reforma Agrária, dentre tantos outros, que gera o desenvolvimento integral das localidades, e em nossa pesquisa foi possível constatar essa realidade em Querência do Norte.

75 Essas informações podem ser observados no quadro 2.

76 Lembrar do desenvolvimento local empresarial, exposto há pouco.

77 Lembrar do desenvolvimento local integral, exposto há pouco.

Considerações

A Reforma Agrária ainda é esperança para os que nela acreditam, e a vêem como grande meio de desenvolvimento social e econômico. No entanto, a realização de assentamentos rurais vem nos mostrando um pouco do que a Reforma Agrária é capaz.

O desenvolvimento local é também assunto de grande discussão no momento, e mais uma vez o grande capital procura se aproveitar da estratégia, assim como fez com o cooperativismo. O grande capital utiliza do socializante discurso do desenvolvimento local para se aproveitar das facilidades concedidas pelas pequenas localidades. Ao invés do local se desenvolver, é subordinado ao grande capital, e vemos um desenvolvimento “no” local, e não o desenvolvimento “do” local.

Em Querência do Norte as grandes propriedades, produtivas ou não, representavam (e ainda representam) o grande capital que retira riqueza do município, já que não movimentam a economia local, e tão pouco desenvolvem o local. Já os assentamentos trouxeram desenvolvimento ao município, por meio do aumento populacional, - e conseqüente aumento no repasse de recursos públicos - , movimentação do comércio local, alimentos mais baratos, geração de empregos, maiores investimentos em infra-estrutura, entre outros. Querência do Norte renasceu, e hoje é o maior produtor de arroz do Paraná, vem recuperando seus índices populacionais, e ampliou sua rede de serviços públicos.

Não estamos aqui defendendo a criação de assentamentos como forma universal de desenvolvimento local, pois as estratégias devem ser compatíveis com a realidade e com as potencialidades do local. Querência do Norte é um (entre tantos) exemplo do sucesso da Reforma Agrária, e referência para outros municípios, nos quais a Reforma Agrária poderá contribuir para o desenvolvimento.

A análise do impacto dos assentamentos em Querência apresentou a importância da Reforma Agrária como meio de desenvolvimento local, e redução das desigualdades sociais. Usando as palavras de um morador “aqui [em Querência do Norte] a filha do médico estuda junto com o filho do assentado”.

A qualidade de vida no campo é melhor porque:

- média de renda acima do urbano;
- apesar dos conflitos, se sofre menos com a violência;
- praticamente não há fome;
- melhor saúde e qualidade na alimentação.

Todos esses aspectos puderam ser observados, no município de Querência do Norte, durante a pesquisa, tanto em sua área urbana, quanto rural.

Um outro fator importante para o desenvolvimento dos assentamentos em si, foi a implantação do cooperativismo, seja na produção ou na comercialização dos produtos. No assentamento Santa Maria, em Paranacity, o sistema coletivo de produção, organizado por meio de uma cooperativa tem garantido qualidade de vida, e desenvolvimento econômico para as 23 famílias assentadas. Dificilmente seriam alcançados resultados tão bons sem a cooperativa, e sem a produção coletiva. A coletividade gera impasses, reforçados com o pensamento individualista da sociedade contemporânea, no entanto, vale a recompensa.

Em Querência do Norte, no assentamento Pontal do Tigre, um grupo de famílias, cujo número variou entre 12 e 15, trabalhou em sistema coletivo de produção, por meio de uma cooperativa, durante alguns anos; mas o grupo não alcançou bons resultados devido a dificuldade de comercialização dos produtos e falta de amparo técnico. Mesmo assim, o cooperativismo atua nos assentamentos nos setores de comercialização e agroindustrialização, através da COANA, que atende assentamentos de Querência do Norte e Santa Cruz de Monte Castelo.

É fato que nem todos os assentados estão vinculados à cooperativa, preferindo comercializar a produção por conta própria, de forma individual. Geralmente, esses mesmos assentados, além de não se associarem à cooperativa, não realizam produção de subsistência. Esses trabalhadores, apesar de estarem inseridos no processo de Reforma

Agrária, possui pensamento individualizado, empresarial, vendo a terra como um mero negócio, e não como lugar, ambiente de vida e trabalho. Esses produtores podem até apresentar crescimento econômico (ressaltando que muitos desses estão com problemas desse cunho), todavia, não crescem humanamente e socialmente, pois muitas vezes ao invés de se unir à luta, buscam competir com os outros assentados, numa visão, como já dito, individualista.

Foi possível observar em Querência do Norte impactos de ordem quantitativa e qualitativa, passando desde o aumento de repasse de recursos públicos e crescimento demográfico, até o surgimento de consciência política na sociedade.

Esse trabalho não esgota rico conteúdo existente na relação entre os assentamentos rurais e o desenvolvimento de Querência do Norte, e tão pouco o tema assentamentos rurais no Noroeste do Paraná. Existem ainda muitos municípios e muitos assentamentos a serem estudados, nessa região onde os assentamentos têm feito renascer localidades e sociedades, onde o rural não é o passado, mas talvez o futuro.

Referências

- ABRAMOVAY, R.; BITTENCOURT, G. A. Inovações Institucionais no Financiamento à Agricultura Familiar. *Economia Ensaios*, Uberlândia, v. 16, n. 1, p. 179-207, 2001.
- ALBUQUERQUE, F. J. B. et al. Análise psicossocial do assentamento e seu entorno. *Psicologia Reflexão e Crítica*. Porto Alegre, v. 17, n. 2, p. 233-242, 2004.
- ALBUQUERQUE, F. J. B. et al. As políticas públicas e os projetos de assentamento. *Estudos de Psicologia*. Natal, v. 9, n. 1, p. 81-88, 2004.
- ARAÚJO, S. M. *Eles: a cooperativa: um estudo sobre a ideologia da participação*. Curitiba: Projeto, 1982.
- BEDUSCHI FILHO, L. C.; ABRAMOVAY, R. Desafios para o desenvolvimento das regiões rurais. *Nova Economia*. Belo Horizonte, v. 14, n. 3, p. 35-70, set./dez. 2004.
- BRASIL: Ministério do Desenvolvimento Agrário. *Reforma Agrária e desenvolvimento sustentável*. Brasília: Paralelo 15 / Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento / Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2000.
- CALDART, R. S. *Pedagogia do Movimento Sem Terra*. São Paulo: Expressão popular, 2004.
- CARLOS, A. F. A. A questão da cidade e do campo: teorias e política. *Mercator: Revista de Geografia da UFC*. Fortaleza, v. 3, n. 5, p. 7-13, 2004.
- CHAYANOV, A. V. *La organización de la unidad económica campesina*. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.
- COMPARATO, B. K. *A ação política do MST*. São Paulo: Expressão popular, 2000.
- ENDLICH, A. M. *Pensando os papéis e significados das pequenas cidades do Noroeste do Paraná*. 2006. 504 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia

de Presidente Prudente, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

FABRINI, J. E. *A resistência camponesa nos assentamentos sem-terra*. Cascavel, PR: EDUNIOESTE, 2003.

FABRINI, J. E. *Assentamentos de trabalhadores sem-terra: experiências e lutas no Paraná*. Marechal Cândido Rondon, PR: EDUNIOESTE, 2001.

FAO/INCRA. Reforma Agrária e globalização da economia : o caso do Brasil . *Projeto UTF/BRA/036/BRA*. Publicado em Janeiro de 1998.

FELÍCIO, M. J. Os camponeses, os agricultores familiares: paradigmas em questão. *Geografia*. Londrina, v. 15, n. 1, jan./jun. 2006.

FERNANDES, B. M. *A formação do MST no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

FERNANDES, B. M. Espaços agrários de inclusão e exclusão social: novas configurações do campo brasileiro . *Currículo sem Fronteiras*, v. 3, n. 1, p. 11-27, jan./jun. 2003.

FERNANDES, B. M. Espaços agrários de inclusão e exclusão social: novas configurações do campo brasileiro. *AGRÁRIA*, n. 1, p. 16-36, 2004.

FERNANDES, B. M. *MST: formação e territorialização*. São Paulo: Hucitec, 1999.

FERNANDES, B. M.; GIRARDI, E. P.; OLIVEIRA, F. N. Análise da relação entre a implantação de assentamentos rurais e a atratividade populacional dos municípios paranaenses no período de 1991-2000. In: XVII Encontro Nacional de Geografia Agrária - Tradição e Tecnologia: as novas territorialidades do espaço agrário brasileiro, 2004, GRAMADO. *CD do XVII Encontro Nacional de Geografia Agrária*. Porto Alegre: ENGA/UFRGS, 2004.

FRANCIOSI, E. O. Caracterização e situação dos assentamentos dos trabalhadores rurais “sem- terra” no Estado do Paraná . *Analecta*. Guarapuava, v. 2, n.1, p.171-178, jan./jun.

2001.

GEHLEN, I. Políticas Públicas e Desenvolvimento Social Rural. *São Paulo em Perspectiva*. São Paulo, v. 18, n. 2, p. 95-103, abr./jun. 2004.

GÓMEZ, J. R. M. *Políticas públicas de desenvolvimento rural e o projeto de reforma agrária do MST no Noroeste do Paraná: uma contribuição ao entendimento do conflito capital x trabalho, da gestão territorial do Estado e do controle social do capital*. 2002. 230 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual de Maringá, Maringá.

GONH, M. G. *Os sem-terra, ong's e cidadania*. São Paulo: Cortez, 1997 (capítulo 5).

GONH, M. G. *Teoria dos movimentos sociais: Paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Edições Loyola, 1997.

GRAZIANO DA SILVA, J. F. (coord.). *Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1978.

GUALDA, N. L. P.; SOUZA, J. B. da L. Identificação de possíveis arranjos produtivos locais nos municípios que compõem a associação de municípios Amusep. In: ENCONTRO PARANAENSE DE PESQUISA E EXTENSÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS, 1, 2005, Francisco Beltrão. *Anais*. p. 273-287.

HARACENKO, A. A. S. A Reforma Agrária como uma Nova Forma de Ocupação do Noroeste do Estado do Paraná. In: Simpósio Internacional de Geografia Agrária, 2., 2005, Presidente Prudente, SP. *Anais*. 18 p.

HARACENKO, A. A. S. *Querência do Norte: uma experiência de colonização e reforma agrária no Noroeste do Paraná*. Maringá: Editora Massoni, 2002.

IBGE. *Censo Agrícola de 1960*. Paraná-Santa Catarina. VII Recenseamento geral do Brasil. Série Regional, v. 2, tomo 12, Rio de Janeiro: IBGE.

IBGE. *Censo Agropecuário – Paraná, IX Recenseamento Geral do Brasil, 1980, v. 2, tomo 3.* Rio de Janeiro: IBGE, 1983.

IBGE. *Censo Agropecuário – Paraná, VIII Recenseamento Geral, 1970, v. 3, tomo 19,* Rio de Janeiro: IBGE, 1975.

IBGE. *Censo Agropecuário 1985 – Paraná, n. 22,* Rio de Janeiro: IBGE, 1991.

IBGE. *Censo Agropecuário 1995/1996, n. 20 – Paraná.* Rio de Janeiro: IBGE, 1998.

IBGE. *Censo Agropecuário 2006 – Resultados Preliminares.* Rio de Janeiro: IBGE, 2006, p. 1-146.

IBGE. *Perfil dos Municípios Brasileiros – Finanças Públicas 1998-2000.* Rio de Janeiro: IBGE, 2004.

INCRA. *Projetos de Reforma Agrária Conforme Fases de Implementação.* 2007.

IPARDES. *Caderno Estatístico: Município de Querência do Norte.* 2008. 23 p.

IPARDES. *Sistema de Informações dos Municípios Paranaenses* (disponível em www.ipardes.gov.br)

IPEA, Novas Instituições para o Desenvolvimento Rural: o caso do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) . *TEXTO PARA DISCUSSÃO Nº 641.* Brasília. Publicado em abril de 1999.

IPEA, Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária (PROCERA): institucionalidade, subsídio e eficácia . *TEXTO PARA DISCUSSÃO Nº 648,* Rio de Janeiro. Publicado em maio de 1999.

KAUTSKY, K. *A questão agrária.* São Paulo: Proposta Editorial, 1980.

KAY, C. Estructura agraria y violencia rural en América Latina . *Sociologias.* Porto

Alegre, v. 5, n. 10, p. 220-248, jul/dez 2003.

KÖHLER, H. Corporatismo local, ¿una estrategia de consenso para el desarrollo? In: RODRÍGUEZ GUTIÉRREZ, F.(editor). *Manual de Desarrollo Local*. Gijón: Trea, 1999, p. 91-109.

LAMARCHE, Hugues (Coord.). As lógicas produtivas in *A agricultura camponesa: comparação internacional*. Campinas-SP:Editora da UNICAMP, 1998.

LAZZARETTI, M. Â. *Ação coletiva em assentamentos de reforma agrária: processos de organização dos trabalhadores rurais*. Cascavel, PR: Editora EDUNIOESTE, 2003.

LÊNIN, W. I. *Capitalismo e agricultura nos Estados Unidos da América: novos dados sobre as leis de desenvolvimento do capitalismo na agricultura*. São Paulo: Brasil Debates, 1980.

LÊNIN, W. I. *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*. São Paulo: Nova cultural, 1985.

LIMA, J. C. O trabalho autogestionário em cooperativas de produção: o paradigma revisitado. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, v. 19, n. 56, p. 45-62, out. 2004 .

LUFT, Celso Pedro. *Minidicionário Luft*. São Paulo: Ática, 2001; p. 601.

MARTINE, G.; GARCIA, R. C. *Os impactos sociais da modernização agrícola*. São Paulo: Caetés, 1987, capítulo 6.

MARTINS, F. J. (org.). *Educação do campo e formação continuada de professores: uma experiência coletiva*. Porto Alegre: EST Edições; Campo Mourão:FECILCAM, 2008.

MARTINS, J. S. As mudanças nas relações entre a sociedade e o Estado e a tendência à anomia nos movimentos sociais e nas organizações populares. *Estudos avançados*. São Paulo, v. 14, n. 38, p. 268-278, 2000 .

MARTINS, J. S. *Reforma agrária e os limites da democracia na “Nova República”*. São Paulo: Hucitec, 1986.

MARTINS, J. S. *Reforma Agrária: o impossível diálogo*. São Paulo: Edusp, 2000.

MAUER Jr, T. H. *O cooperativismo: uma economia humana*. São Paulo, 1966.

MEDEIROS, L.; BARBOSA, M. V.; FRANCO, M.; et al (orgs.). *Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar*. São Paulo: Unesp, 1994.

MIOR, L. C. Agricultura familiar, agroindústria e desenvolvimento territorial. In: Colóquio Internacional de Desenvolvimento Rural Sustentável, 22 a 25 de agosto de 2007, Florianópolis. *Anais*, Florianópolis, 2007, 20 p.

MORISSAWA, M. *A história da luta pela terra e o MST*. São Paulo: Expressão popular, 2001.

NAVARRO, Z. Desenvolvimento rural no Brasil : os limites do passado e os caminhos do futuro . *Estudos avançados*. São Paulo, v. 15, n. 43, p. 83-100, 2001.

NEVES, D. P. Agricultura familiar: quantos ancoradouros! In: Bernardo Mançano Fernandes; Marta Inez Medeiros Marques; Julio César Suzuki. (orgs.). *Geografia Agrária: teoria e poder*. São Paulo: Expressão Popular, 2007, v. 1, p. 211-270.

OLIVEIRA, A. P. M. de. *Ideologia e educação: a proposta pedagógica do MST e as escolas do campo de Querência do Norte-PR*. 2006 . 154 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual de Maringá, Maringá.

OLIVEIRA, A. U. *A geografia das lutas de campo: conflitos e violência, movimentos sociais e resistência, a “Nova República” e a reforma agrária*. São Paulo: Contexto, 1991.

OLIVEIRA, A. U. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. *Estudos avançados*. São Paulo, v. 15, n. 43, 2001.

OLIVEIRA, S. O. Desenvolvimento local e organização sócio-espacial. *Interações: Revista Internacional de Desenvolvimento Local*. Campo Grande, v. 4, n. 6, p. 47-52, mar. 2003.

PAGAMUNICI, A. *Estudo dos referenciais de produção coletivo e individual dos assentamentos Santa Maria e Oziel Alves Pereira*. 2001. 141 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

PEREIRA, J. M. M. A política agrária do Banco Mundial em questão. *Estudos avançados*. São Paulo, v. 20, n. 57, p. 355-383, 2006.

PEREIRA, L. C. P. A Questão Agrária e o Campesinato. In: XVII ENGA - Encontro Nacional de Geografia Agraria, 2004, Gramado-RS. *Anais*, 2004.

RODRIGUES, A.B. *Turismo e desenvolvimento local*. São Paulo: Hucitec, 1997.

ROSA, G. D. Algunas reflexiones sobre la metodología del Desarrollo Local a partir del ejemplo francés. In: RODRÍGUEZ GUTIÉRREZ, F.(editor). *Manual de Desarrollo Local*. Gíjon: Trea, 1999, p. 33-41.

SANT'ANA, A. L.; BUOZO, J.; VERCESE, F. Caracterização da produção e da comercialização das famílias do Assentamento Rio Paraná. In: I Encontro da Rede de Estudos Rurais, 2006, Niterói (RJ). *Anais do I Encontro da Rede de Estudos Rurais*. Niterói : UFF, 2006. v. CD-Rom. p. 01-15.

SANTOS, R. R. A territorialização do capital e as relações camponesas de produção. *CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária*, v. 2, n. 3, p. 40-54, fev. 2007.

SCHERER-WARREN, I. *Redes de movimentos sociais*. São Paulo: Edições Loyola, 1993.

SCHNEIDER, S. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, v. 18, n. 51, p. 99-121, fev. 2003.

SCHNEIDER, S. A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações

externas. *Sociologias*. Porto Alegre, v. 6, n. 11, p. 88-125, 2004.

SCOPINHO, R. A. Sobre Cooperação e Cooperativas em Assentamentos Rurais. In: III Conferencia Internacional La Obra de Carlos Marx y los desafíos del siglo XXI,, 2006, Havana. *La Obra de Carlos Marx y los desafíos del siglo XXI*, 2006.

SERRA, Elpídio. A reforma agrária e o movimento camponês no Paraná in XI Encontro Nacional de Geografia Agrária, *Anais*, vol. II, Mesas Redondas. Maringá, Universidade Estadual de Maringá/ Departamento de Geografia, dez. 1992a.

SERRA, Elpídio. Os primeiros processos de ocupação da terra e a organização pioneira do espaço agrário no Paraná in *Boletim de Geografia*. Maringá, UEM/DGE, 10 (1), dez. 1992b.

SFORZI, F. La teoría marshalliana para explicar el Desarrollo Local. In: RODRÍGUEZ GUTIÉRREZ, F.(editor). *Manual de Desarrollo Local*. Gíjon: Trea, 1999, p. 13-32.

SHANIN, Teodor. *La classe incómoda: sociología política del campesinato en una sociedad en desarrollo*. Madrid: Alianza Editorial, 1983.

SIEBER, W. Los actores em la dimensión local. In: RODRÍGUEZ GUTIÉRREZ, F. (editor). *Manual de Desarrollo Local*. Gíjon: Trea, 1999, p. 445-458.

SILVA, L. O. *Terras devolutas e latifúndio: efeitos da Lei de 1850*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1996.

SILVEIRA, Henrique Flávio Rodrigues da. Um estudo do poder na sociedade da informação. *Ciência da Informação*. Brasília, v. 29, n. 3, p. 79-90, set./dez. 2000.

SOARES DO BEM, A. A centralidade dos movimentos sociais na articulação entre o Estado e a sociedade brasileira nos séculos XIX e XX. *Educação & Sociedade*. Campinas, v. 27, n. 97, p. 1137-1157, set./dez. 2006 .

STEDILE, J. P. (org.). *História e natureza das ligas camponesas*. São Paulo: Expressão

Popular, 2002.

STÉDILE, João Pedro. *Questão agrária no Brasil*. São Paulo: Atual, 1997.

TEIXEIRA, E. C.; VIEIRA, W. C. (editores). *Reforma da política agrícola e abertura econômica*. Viçosa, MG: 1996.

VALCÁRCEL-RESALT, G. Bases del Desarrollo Local sustentable. In: RODRÍGUEZ GUTÍERREZ, F.(editor). *Manual de Desarrollo Local*. Gíjon: Trea, 1999, p. 61-77.

VÁZQUEZ BARQUERO, Antonio. *Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização*. (Tradução: Ricardo Brinco). Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 2001.

VAZZOLER, M. R.; EID, F. Cooperativismo em Assentamentos de Reforma Agrária: a Sobrevivência de Cooperativas do MST na Economia Capitalista. In: II Congresso Brasileiro de Extensão Universitária, 2004, Belo Horizonte. *Anais*, 2004.

VEIGA, J. E. Nascimento de outra ruralidade. *Estudos avançados*. São Paulo, v. 20, n. 57, p. 333-353, 2006.

VILLALOBOS, Jorge G. (org.). *Gente que liberta a terra, terra que liberta a terra*. Maringá: Programa de Pós-Graduação em Geografia-UEM, 2001.

VILLALOBOS, Jorge G. (org.). *Geografia Social e Agricultura*. Maringá: Programa de Pós-Graduação em Geografia-UEM, 2000.

VILLENEUVE, R. Nuevos instrumentos de la política pública. In: RODRÍGUEZ GUTÍERREZ, F.(editor). *Manual de Desarrollo Local*. Gíjon: Trea, 1999, p. 111-119.